

SÍLVIA COELHO OLIVEIRA

**ANÁLISE DO *ETHOS* DO SUJEITO DO DISCURSO JORNALÍSTICO DO  
PERIÓDICO “O ESTADO DE S. PAULO”: LEITURA DE MATÉRIAS  
PUBLICADAS SOBRE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE  
PLEITOS PRESIDENCIAIS**

UBERLÂNDIA  
2020

SÍLVIA COELHO OLIVEIRA

**ANÁLISE DO *ETHOS* DO SUJEITO DO DISCURSO JORNALÍSTICO DO  
PERIÓDICO “O ESTADO DE S. PAULO”: LEITURA DE MATÉRIAS  
PUBLICADAS SOBRE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE  
PLEITOS PRESIDENCIAIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heloisa Mara Mendes

UBERLÂNDIA  
2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

O48 2020	<p>Oliveira, Sílvia Coelho, 1982- Análise do ethos do sujeito do discurso jornalístico do periódico "O Estado de S. Paulo": leitura de matérias publicadas sobre Luiz Inácio Lula da Silva durante pleitos presidenciais [recurso eletrônico] / Sílvia Coelho Oliveira. - 2020.</p> <p>Orientadora: Heloisa Mara Mendes. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Estudos Linguísticos. Modo de acesso: Internet. Disponível em: <a href="http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.61">http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.61</a> Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Linguística. I. Mendes, Heloisa Mara, 1980-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 801</p>
-------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

Sílvia Coelho Oliveira

**Análise do *ethos* do sujeito do discurso jornalístico do periódico “O Estado de S. Paulo”: leitura de matérias publicadas sobre Luiz Inácio Lula da Silva durante pleitos presidenciais**

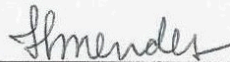
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de Pesquisa: Linguagem, sujeito e discurso.

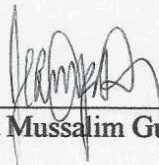
Uberlândia, 28 de fevereiro de 2020.

Banca examinadora



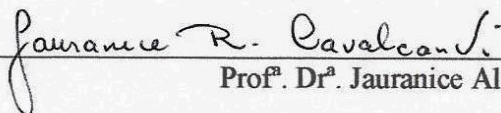
---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Heloisa Mara Mendes – UFU



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira - UFU



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jauranice Alves Cavalcanti – UFTM

Para meus primeiros professores, meus pais Aida e Pio

## AGRADECIMENTOS

À professora Heloisa, minha orientadora acadêmica e, muitas vezes, emocional, pelos ensinamentos, pelo acolhimento afetuoso e pela confiança em nossa parceria;

Às professoras Fernanda Mussalim Guimarães e Jauranice Rodrigues Cavalcanti (para sempre uma mestra inspiradora), pelas dicas e orientações mais preciosas no exame de qualificação e em outros momentos;

Às professoras Maria Aparecida Resende Ottoni e Marina Célia Mendonça, por participarem da banca como suplentes;

Ao Breno, pela amizade, pelo encorajamento, pela importante contribuição nesse etapa acadêmica ao compor a banca de qualificação;

Aos professores das disciplinas, pelos ensinamentos e pela inspiração;

Aos servidores do PPGEL, pelo atendimento e pelo tratamento gentil;

Às companheiras de trabalho e amigas, Cristiane, Juliana e Flávia, pelas trocas, risadas e pelo incentivo aos estudos;

À eterna chefe e amiga, professora Luciana, pelos conselhos certos e pelo afeto;

Às irmãs de alma, Camila Elias, Camila Pinheiro, Danielle, Fran, Mariana, Nicole, Priscilla, Suzana e Thaís, pela amorosidade, pela generosidade e pelas curas;

Aos meus irmãos amados, Cecília e Alfredo, pelas experiências de uma vida toda, pelo afeto e pelos sobrinhos maravilhosos;

Aos meus sobrinhos amados, Matheus, Cauã, Benício, Gael e Eduardo, pela presença leve e essencial em nossas vidas;

Ao meu amor e companheiro de jornada, Maurício, pelos cuidados, pelo afeto e por enxergar o melhor em mim;

Aos meus queridos pais, Aida e Pio, pela existência, pela resistência, pelo pensamento crítico, pelos afagos, pelo incentivo sem medida e, sobretudo, pelo amor que me dedicam;

Ao Divino Mestre, pela guiança espiritual.

A AD teria um papel a desempenhar na decifração das formas contemporâneas de dominação se, primeiro, ela insistir em assumir o papel crítico que estava em sua origem; se, em segundo lugar, ela se abrir à diversidade das materialidades verbais, quer sejam orais ou escritas, assim como da imagem, na qual são tecidas as formas de comunicação que atravessam e organizam a esfera pública; se, enfim, sua ancoragem histórica for tal que lhe permita conservar às palavras e às imagens sua filiação, ou seja, se ela souber restaurar a memória das representações coletivas, sempre mais fugazes, sempre mais fluidas. Dessa forma, a AD contribuirá para que o presente de nossas sociedades não apague sua história tornando-as ininteligíveis.

(J-J.COURTINE, 2015)

## RESUMO

Nossa pesquisa visou reconhecer as feições do sujeito do discurso jornalístico do periódico *O Estado de S.Paulo* (OESP) ao enunciar sobre o político brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, durante pleitos presidenciais de 1989 e 2006, a partir da observação de categorias de análise da ordem do discurso. Para tal empreitada, valemo-nos do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso de tendência francesa (AD), sobretudo aquele adotado por Dominique Maingueneau. Mobilizamos o conceito de interdiscurso, transitamos pelas noções de destacabilidade e aforização, investigamos aspectos da semântica global e nos embasamos na construção teórica sobre o *ethos* discursivo. A escolha pela pesquisa do campo jornalístico está fundamentada, basicamente, nas condições de produção que remetem ao contexto histórico da imprensa brasileira, especialmente, nas décadas finais do século XX e início do XXI, em que houve uma ampliação dos mecanismos de ação da mídia nos processos políticos, eleitorais e na formação da opinião pública nas mais diversas áreas da prática social, o que representa uma esfera rica para investigação na área da AD. Algumas empresas jornalísticas foram se consolidando em grandes organizações econômicas, cujo objetivo se baseava em transformar a produção de informações em uma fábrica de retratos que se diziam fidedignos da realidade. Diante do caráter próprio do discurso jornalístico, inter-relacionado a outros discursos, optamos por compor nosso *corpus* a partir de matérias de gêneros variados (reportagens, artigos opinião, entrevistas, editoriais, notícias), dentro dos cenários históricos dos pleitos presidenciais de 1989 e de 2006, episódios da primeira e da última disputa eleitoral de Lula, respectivamente. Nossa hipótese central é a de que não há uma linearidade no processo de composição do *ethos* do sujeito do discurso jornalístico do OESP no contexto histórico dos dois momentos analisados, os anos 1989 e 2006.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Campo jornalístico. *Ethos*. Eleições presidenciais.



## RESUMEN

Nuestra investigación tuvo el objetivo de reconocer las características del sujeto del discurso periodístico del periódico *O Estado de S.Paulo* (OESP) al enunciar sobre el político brasileño Luiz Inácio Lula da Silva, durante las elecciones presidenciales de 1989 y 2006, a partir de la observación de las categorías de análisis del orden del discurso. Para eso, utilizamos el marco teórico y metodológico del Análisis del Discurso francés (AD), especialmente el adoptado por Dominique Maingueneau. Movilizamos el concepto de interdiscurso, pasamos por las nociones de resaltabilidad y aforización, investigamos aspectos de la semántica global y nos basamos en la construcción teórica del *ethos* discursivo. La elección de la investigación en el campo periodístico se basa básicamente en las condiciones de producción que se refieren al contexto histórico de la prensa brasileña, especialmente en las últimas décadas del siglo XX y principios del XXI, cuando hubo una expansión de los mecanismos de acción de los medios en los procesos políticos, electorales y la formación de la opinión pública en las más diversas áreas de la práctica social, lo que representa una esfera rica para la investigación en el área de AD. Algunas compañías de periódicos se consolidaron en grandes organizaciones económicas, cuyo objetivo se basaba en transformar la producción de información en una fábrica de retratos presuntamente fiables de la realidad. En vista del carácter específico del discurso periodístico, interrelacionado con otros discursos, elegimos componer nuestro *corpus* basado en artículos de varios géneros (informes, artículos de opinión, entrevistas, editoriales, noticias), dentro de los escenarios históricos de las elecciones presidenciales de 1989 y 2006, episodios de la primera y última disputa electoral de Lula, respectivamente. Nuestra hipótesis central es que no existe linealidad en el proceso de composición del *ethos* del sujeto del discurso periodístico del OESP en el contexto histórico de los dos momentos analizados, los años 1989 y 2006.

**Palabras clave:** Análisis del discurso. Campo periodístico. *Ethos*. Elecciones presidenciales.

## LISTAS DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa das eleições presidenciais de 1989 .....	22
FIGURA 2: Mapa das eleições presidenciais de 2006 .....	25
FIGURA 3: Gráfico da população de internautas no Brasil.....	34
FIGURA 4: Parte do frontispício do jornal <i>A Província de São Paulo</i> .....	37
FIGURA 5: Esquema de <i>ethos</i> .....	56
QUADRO 1: <i>Corpus</i> de análise: ano 1989 .....	71
QUADRO 2: <i>Corpus</i> de análise: ano 2006 .....	72

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO</b> .....	16
1.1 Painel político brasileiro: acontecimentos do final do século XX e início do XXI .....	16
1.1.1 Breve retrato da redemocratização no Brasil .....	16
1.1.2 A conjuntura histórico-discursiva das eleições de 1989 .....	20
1.1.3 A conjuntura histórico-discursiva das eleições de 2006 .....	22
1.2 Pautas do campo jornalístico .....	25
1.2.1 O mundo do jornalismo.....	25
1.2.2 Em cena: gêneros informativos e opinativos na imprensa escrita.....	29
1.2.3 O universo da <i>internet</i> no campo jornalístico .....	33
1.2.4 A representatividade do jornal <i>O Estado de São Paulo</i> .....	36
<b>2. EIXOS TEÓRICOS DA AD: METODOLOGIAS DE ANÁLISE</b> .....	40
2.1 A noção de interdiscurso em Maingueneau .....	40
2.2 Por uma semântica global .....	46
2.3 Do <i>ethos</i> retórico ao <i>ethos</i> discursivo .....	47
2.4 A noção de <i>ethos</i> em Maingueneau .....	51
2.5 Destacabilidade e aforização: possíveis leituras do discurso jornalístico.....	56
<b>3. A INVESTIGAÇÃO: COMO É E COMO DIZ O SUJEITO DO DISCURSO JORNALÍSTICO DO OESP</b> .....	65
3.1 <i>Clipping</i> : a montagem do <i>corpus</i> de análise .....	65
3.2 Breve exposição sobre os gêneros jornalísticos selecionados .....	67
3.3 Matéria (1): “Lula e a Alemanha” (28 de março de 1989) .....	72
3.4 Matéria (2): “Lula sonha com Disneylândia no Pantanal” (02 de setembro de 1989) ...	77
3.5 Matéria (3): “Para PT, droga leve não é crime” (13 de setembro de 1989).....	81
3.6 Matéria (4): “A esquerda feudal” (15 de outubro de 1989).....	85
3.7 Matéria (5): “Porque votar em Lula” (02 de dezembro de 1989) .....	88
3.8 Matéria (6): “No segundo turno, Lula modera o discurso” (05 de dezembro de 1989)..	92
3.9 Matéria (7): “Lula diz ter a cara do povo e culpa rivais por atraso em seus programas” (21 de janeiro de 2006) .....	97
3.10 Matéria (8): “A banalidade do mau” (27 de junho de 2006) .....	101

3.11 Matéria (9): “ ‘Vamos governar o País com o PT, o PMDB e fazer acordos pontuais’ ” (07 de setembro de 2006).....	105
3.12 Matéria (10): “ ‘Sou um sobrevivente’, afirma Lula, mais pragmático a cada dia” (1º de outubro 2006).....	109
3.13 Matéria (11): “Dever cívico” (1º de outubro de 2006) .....	112
3.14 Matéria (12): “Presidente resgata ‘Lulinha paz e amor’ para enfrentar 2º turno” (03 de outubro de 2006).....	115
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	118
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	121
<b>ANEXOS</b> .....	125

## INTRODUÇÃO

Para a constituição do trajeto interpretativo aqui proposto, esboçaremos, a seguir, um breve traçado do contexto histórico-discursivo que eclodirá, *a priori*, no pleito presidencial de 1989, primeira eleição direta após a redemocratização no Brasil, disputada pelo então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, e, já no século XX, no pleito de 2006, ano da reeleição de Lula. E, em seguida, exporemos nossa proposta de pesquisa.

Nas últimas duas décadas do breve século XX, países desenvolvidos e em desenvolvimento passam por um período de rupturas com a velha ordem econômica e, especialmente, dentro do contexto da esfera política. Diante da conjuntura do fim da Guerra Fria, do fim do período ditatorial na América Latina, do advento da terceira revolução industrial, isto é, perante o contexto de rápidas mudanças políticas e econômicas dentro e fora do território brasileiro, diversos países caminham para a reestruturação política com base nos preceitos democráticos.

O fim da Guerra Fria retirou de repente os esteios que sustentavam a estrutura internacional e, em medida ainda não avaliada, as estruturas dos sistemas políticos internos mundiais. E o que restou foi um mundo em desordem e colapso parcial, porque nada havia para substituí-los. A ideia, alimentada por pouco tempo pelos porta-vozes americanos, de que a velha ordem bipolar podia ser substituída por uma “nova ordem” baseada na única superpotência restante, logo se mostrou irrealista. Não poderia haver retorno ao mundo de antes da Guerra Fria, porque coisas demais haviam mudado, coisas demais haviam desaparecido. Todos os marcos haviam caído, todos os mapas tinham sido alterados (HOBSBAWN, 1995, p. 251).

A condição econômica de países em desenvolvimento como o Brasil, apesar da vivência da redemocratização, ainda estava centrada no fornecimento de matérias-primas agrícolas e minerais aos países centrais do capitalismo. A dependência dos bens industrializados aumentou sobremaneira a dívida externa e ocasionou um aprofundamento de crises econômicas no terceiro mundo. Neste cenário, as elites políticas e econômicas de países como o Brasil promoveram uma “revolução passiva” entre a ordem ditatorial e a democrática, em um processo de tentativa de conservação da velha ordem baseada na diferenciação de classes sociais, tal como elucida Werneck Vianna (2011, p. 172):

Revoluções passivas são processos de revolução sem revolução em que as elites políticas das classes dominantes se apropriam total ou parcialmente da agenda dos setores subalternos, cooptando suas lideranças, afastando outras, em uma estratégia de conservar-mudando, tal como nas palavras de um

personagem do romance *O leopardo*, a obra-prima do italiano Giuseppe Lampedusa, que sentenciava ser necessário mudar para que as coisas permanecessem como estavam.

Aproximando a lupa do contexto brasileiro, é possível afirmar que o processo de abertura política pós-ditadura não implicou, de fato, uma ampla ação revolucionária, mas apresentou avanços institucionais significativos, na medida em que a sociedade civil passou então a compor o processo político mais efetivamente. Para vislumbrar tais fatos, miremos no processo de redemocratização do país, iniciado em 1982, cujo panorama põe em cena o protagonismo de novos atores políticos, advindos de setores organizados da sociedade civil, após um longo processo de ditadura político-ideológica dos militares. *Pari passu*, o sistema político começou a caminhar em direção à liberdade de contestação da realidade socioeconômica e política do país e, na mesma direção, foram revogadas medidas politicamente constituídas que limitavam o direito de voto e de organização política com a participação popular. O primeiro acontecimento histórico-discursivo mais expressivo daquele momento se deu com a promulgação da nova Constituição em 1988, cuja composição ocorreu com a presença, mesmo que minoritária, de setores de esquerda, originários, sobretudo, de organizações civis como os sindicatos de trabalhadores<sup>1</sup>.

Deste campo político, cujos contornos ainda estavam se delineando, emerge um segundo importante acontecimento discursivo: o pleito presidencial de 1989. Há, nesse momento, o fortalecimento dos vieses ideológicos de esquerda. Aparece em cena um novo representante lançado como candidato, um líder sindical descendente das camadas populares, Luiz Inácio Lula da Silva. Sua trajetória política se inicia a partir do convívio com os companheiros de sindicato, com a classe intelectual e com representantes de movimentos sociais de base, pertencentes aos movimentos de resistência contra a ditadura, com os quais funda o Partido dos Trabalhadores (PT).

O próximo acontecimento recortado, que também constitui um cenário proposto para nossa análise, o pleito de 2006, irrompe com a segunda vitória de Lula, reeleito após o pleito de 2002. Do primeiro pleito presidencial após a reabertura democrática do Brasil, no contexto do ano de 1989, à reeleição do primeiro presidente oriundo das classes populares em 2006, há, certamente, uma plethora de acontecimentos histórico-discursivos. Diante da importância histórica desse ator político, e, sobretudo, a partir do reconhecimento da constituição

---

<sup>1</sup> Sobre a participação sindical na formulação na constituinte de 1988, ver “A atuação da esquerda no processo da constituinte (1986-1988)”, de Luziano Pereira Mendes de Lima, da coleção “Parlamento em Tese”, da Câmara dos Deputados. Disponível em: [bd.camara.leg.br](http://bd.camara.leg.br).

multifacetada dos discursos que fazem referência ao ex-presidente Lula, optamos por investigar o *ethos* do sujeito do discurso jornalístico do periódico *O Estado de S. Paulo* (de agora em diante OESP), veículo que pode ser tomado como representativo da grande mídia nacional, por sua constituição histórica e pelo reconhecimento de outras grandes empresas jornalísticas como concorrente. Nossa escolha se baseia na noção de que a mídia se constitui como um importante aparato de produção de sentidos e simulacros, na medida em que “[...] *as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social*, elas impõem o que constroem do espaço público” (CHARAUDEAU, 2018, p. 19, grifos do autor). Além disso, é possível inferir que, dado o surgimento de um novo tipo de protagonismo político, representado por um ator social proveniente das classes populares, houve e há uma abundância de publicações referentes à figura de Lula.

Analisamos um *corpus* composto por matérias de gêneros variados (reportagens, colunas de opinião, notícias, entrevistas, editoriais), publicadas no OESP, que apresentam referência ao político brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e que foram veiculadas nos anos de 1989, sua primeira disputa presidencial, e 2006, ano de sua reeleição como presidente.

Justificamos a escolha desse tipo de *corpus*, o de cenas genéricas variadas, na medida em que verificamos, ao longo da pesquisa, que ao ampliar as possibilidades de leitura dos discursos que compuseram o corpo do jornal, no contexto dos pleitos presidenciais de 1989 e 2006, seria possível constituir uma análise do discurso jornalístico, e não só do discurso do sujeito jornalista de fato, ou seja, aquele contratado pelo jornal, ou de editoriais, mas também de textos produzidos por colunistas externos, “intelectuais-jornalistas” (BOURDIEU, 1997), comentaristas. O objetivo é investigar a instância que emerge no texto como responsável pela asserção independentemente de sua relação com a empresa jornalística.

Ao estender a área de leitura dos espaços do jornal, aumentou nosso aporte material para examinar as dimensões da semântica global (a intertextualidade, o vocabulário, os temas, o estatuto do enunciador e do destinatário, a *déixis* discursiva, o modo de enunciação e o modo de coesão) que corporificam os discursos por meio dos quais se constitui o *ethos* do sujeito do discurso jornalístico. Examinamos que o sujeito do discurso jornalístico apresenta e defende seu ponto de vista referente a pautas específicas em textos do tipo argumentativo e, também, nos informativos, isto é, o caráter argumentativo/persuasivo evidentemente presente em artigos de opinião ou em editoriais, por exemplo, também compõe a cena genérica de reportagens e entrevistas. Os diversos níveis argumentativos presentes nesses diferentes gêneros analisados produzem efeitos e desenvolvem fatos sociais que representam “aquilo em

que as pessoas acreditam e passam a tomar como se fosse verdade, agindo de acordo com essa crença” (MARCUSCHI, 2008, p. 150).

Caucionados pelo quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso de tendência francesa (AD), sobretudo aquele adotado por Dominique Maingueneau, nossa pesquisa se ancora no primado do interdiscurso cuja noção está baseada naquilo que “amarra, em uma relação inextrincável, o Mesmo do discurso e seu Outro” (MAINGUENEAU, 2008, p. 31) e na de que os diferentes planos do discurso estão submetidos ao mesmo sistema de restrições semânticas (MAINGUENEAU, 2008). Analisamos o *corpus* selecionado a partir dos conceitos de destacabilidade e aforização, a partir do que foi possível traçar um possível desenho do *ethos* do sujeito do discurso jornalístico do OESP.

Acreditamos na relevância desta pesquisa na medida em que contribuirá para que sejam reconhecidos possíveis efeitos de sentido que despontam de estratégias argumentativas resultantes do discurso jornalístico, a partir do modo como é construída a imagem de Lula. E, também, para ampliar a compreensão, mesmo que sumária, de como constitui-se, discursivamente, um dos representantes da grande mídia nacional, cuja biografia coincide com parte importante da história política brasileira: do advento da democracia do final do século XX até a consolidação da política neoliberal na primeira década do século XXI, período no qual a figura de Luiz Inácio Lula da Silva se destacou.

Nos capítulos que compõem nossa pesquisa, abordaremos algumas características relacionadas às condições de produção: acontecimentos histórico-discursivos tangentes aos períodos em foco (1989 e 2006); traços da história da imprensa brasileira; o uso da *internet* como meio de comunicação; a ética na produção informativa. Apresentaremos, em seguida, o embasamento teórico que ampara nossa pesquisa. E, por fim, lançaremos mão da metodologia proposta para analisar o *corpus* selecionado.

A escolha específica destes dois pleitos (1989 e 2006) se deve ao fato de que investigamos se houve alteração ou manutenção dos traços do *ethos* investigado, diante de acontecimentos histórico-discursivos distintos. Nossa hipótese central se baseia na ideia de que o processo de produção de sentidos por meio da composição imagética de Lula constitui o *ethos* do sujeito do discurso jornalístico do OESP de maneira não linear, ou melhor, houve modificação no “tom”, na “voz”, no “caráter” e na “corporalidade” que compõem o corpo do enunciador, de acordo com alterações na produção discursiva sobre Lula e, também, a partir das transformações das condições de produção dentro dos dois momentos históricos, de 1989 e 2006.



## I

### Condições sócio-históricas de produção

As condições de produção desempenham um papel essencial na construção dos *corpora*, que comportam necessariamente vários textos reunidos em função da hipótese do analista sobre suas condições de produção consideradas estáveis (CHARADEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 114).

A inextricável relação entre discurso e história compõe o que a AD nomeia, resumidamente, de condições de produção. Averiguar aquilo que “condiciona” o fio do discurso, possibilita ao analista apreender os efeitos de sentido que emergem da situação de enunciação.

Todo enunciado está inserido em condições específicas de produção, isto é, “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1997, p. 77). Para reconhecer as marcas que materializam essas condições em textos jornalísticos, (nosso foco de investigação) é preciso reconhecer não só as particularidades do universo do jornalismo, mas também os indícios sócio-históricos que viabilizam a circulação de informações e discursos que asseguram os variados lugares de fala.

A fim de compreender o panorama que alicerça o funcionamento discursivo, nas seções seguintes, lançaremos um breve olhar sobre o trajeto histórico do cenário político brasileiro – o enredo da redemocratização do Brasil e dos anos eleitorais de 1989 e 2006 - e sobre peculiaridades do universo jornalístico – a ética no campo, os gêneros jornalísticos e a representatividade do jornal OESP.

#### 1.1 Paineis políticos brasileiros: acontecimentos do final do século XX e início do XXI

##### 1.1.1 Breve retrato da redemocratização no Brasil

Apesar do uso controverso do termo “redemocratização” no contexto brasileiro da década de 1980, pois há historiadores que contestam a ideia de que a realidade política no país entre 1945 e 1964 era democrática, vamos tomá-lo de empréstimo, já que havia, no período anterior ao golpe militar de 1964, a existência de partidos atuantes, de voto popular e a inexistência de atos institucionais.

A ditadura militar brasileira teve algo de singular, houve revezamento de generais no posto de presidente da República, diferentemente de outros regimes ditatoriais da América

Latina, em que uma única figura deteve o poder durante todo o período do regime. Os militares daqui pretendiam construir uma imagem de “aparência da normalidade democrática” (FICO, 2016, p. 91). Quando questionado por jornalistas franceses sobre a arbitrariedade do Pacote de Abril, conjunto de medidas que fechou temporariamente o Congresso Nacional, o general presidente Geisel declarou: “Todas as coisas no mundo, exceto Deus, são relativas. Então, a democracia que se pratica no Brasil não pode ser a mesma que se pratica nos Estados Unidos da América, na França ou na Grã-Bretanha”. E, em outra declaração ao jornal francês RTF2, afirmou: “O Brasil vive um regime democrático dentro da sua relatividade”<sup>2</sup>.

A configuração de “alternância” abriu brecha para que uma pequena parcela do MDB (partido que fazia oposição aparente ao regime), os chamados “autênticos”, lançasse a candidatura<sup>3</sup> do líder do partido, Ulysses Guimarães, à presidência, no ano de 1974.

Ficou claro que a estratégia do MDB não era disputar a eleição para valer, mas antes, assumir uma posição oposicionista mais agressiva, abrir brechas de denúncias nos meios de comunicação, mobilizar as pessoas em comícios (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 468).

As eleições de 1974 foram indiretas e era sabido que o movimento de candidatura oposicionista, impulsionada pelo MDB, tinha como fim defender a realização de eleições diretas para a abertura democrática. Naquele mesmo ano, o MDB conquistou a maioria dos votos nas eleições legislativas de estados centrais como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A partir desse movimento e também da promulgação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que permitiu a criação de novas agremiações, cinco partidos concorreram a cadeiras nas eleições de 1982 – MDB (agora PMDB), Arena (agora PDS), PTB e os novos partidos: PT e PDT. Naquele momento, os militares perderam maioria no Congresso Nacional.

Paralelamente à realidade do congresso e da política institucional, houve o crescimento dos movimentos de base, materializado nas greves de grandes proporções e na adesão dos trabalhadores de várias categorias aos sindicatos dos metalúrgicos, que tinham estrutura e organização mais avançadas, e que deram início ao que ficou conhecido como “novo sindicalismo brasileiro”,

---

<sup>2</sup> Extraído da matéria “País tem democracia “relativa”, diz Geisel”.

<sup>3</sup> O ato de lançamento do nome de Ulysses Guimarães para disputar o cargo de presidente nas eleições indiretas de 1974 foi chamado de anticandidatura, pois sabia-se que tinha caráter simbólico, não haveria chance de vitória do MDB.

O ciclo grevista começou em 1978 e transbordou do movimento dos metalúrgicos para irrigar a base de dois grandes projetos que emergiram na virada da década de 1970 para a de 1980. O primeiro, a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, surgiu quase como um desdobramento do “novo sindicalismo”: o projeto de criação de uma central sindical de representação ampla – incluindo os trabalhadores do campo e a defesa da reforma agrária [...] O segundo projeto, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, significava a criação de um partido de massas que se organizava de baixo para cima, estava pronto a incorporar a experiência de luta dos sindicatos operários e dos movimentos populares (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 477).

Nesse contexto, surgiu a liderança sindical de Luiz Inácio Lula da Silva, um operário, presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que encabeçou as três maiores greves da categoria, nas décadas de 1970 e 1980.

É no início dos anos 1980, perante forte recessão econômica e com a ebulição de movimentos sociais organizados, que protestavam contra a censura e a violência, e, no caso do movimento sindical, contra a desvalorização dos trabalhadores e a repressão, que eclode o movimento pelas Diretas Já.

Na Câmara dos Deputados, entrou em pauta de votação a chamada a Emenda Dante de Oliveira (1983), uma proposta de emenda constitucional (PEC nº 05/983) proposta pelo então deputado federal Dante de Oliveira. Essa PEC adveio de todos esses movimentos contra a ditadura, que propunha que fossem restabelecidas as eleições diretas para a presidência da República. E, tal como registra Fico (2016, p. 101), “as “Diretas Já” conseguiram reunir lideranças políticas de diversas correntes e também ídolos populares, artistas que atraíam o público e conferiam um clima festivo às manifestações”.

A Emenda não foi aprovada, mas faltaram poucos votos, e a representatividade da maior manifestação de massas, as Diretas Já, simbolizou o descontentamento geral (de variadas vertentes político-partidárias) quanto ao regime. As eleições de 1985 ainda seriam indiretas, mas o Brasil já estava sinalizando sua entrada no jogo democrático. As principais lideranças que se uniram em prol da redemocratização anunciaram a opção por continuar com as manifestações. Mas,

Tancredo sonhava em ser candidato de qualquer maneira e, em mais de uma ocasião, atropelou a campanha das Diretas Já. Em abril de 1984, por exemplo, às vésperas da votação no Congresso – quando havia um acordo entre as oposições de que só se trataria de outras alternativas depois de ter ocorrido a votação –, Tancredo chamou a imprensa e afirmou que aceitaria de bom grado liderar uma negociação com as forças do governo, com os generais e com o próprio Palácio do Planalto – “se para isso recebesse

delegação do PMDB”, completou, prudentemente (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 485).

Tancredo Neves era uma opção de “sucessor” aceitável para os militares, ele representava a aliança entre PFL (antigo Arena, pró-governo) e PMDB (oposição tolerada pelo regime), por isso, por ser visto como conciliador e não revanchista, em 15 de janeiro de 1985, com 480 votos, foi eleito o novo presidente, o primeiro civil após 21 anos de regime militar.

No dia 15 de março de 1985, o último general a governar o Brasil, João Figueiredo, recusou-se a entregar a faixa presidencial ao seu sucessor ou a descer solenemente a rampa do Planalto como previa o cerimonial – escolheu sair do palácio pela porta dos fundos (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 467).

A ação do general Figueiredo ilustra certo fracasso da política de abertura controlada, cujo início se deu em 1975, durante o governo do general Geisel. O objetivo dessa estratégia era o de garantir que a abertura política e, especialmente, a sucessão do poder executivo, mantivessem distantes os opositores ao regime e, principalmente, ao modelo econômico almejado desde 1964. No entanto, os militares deixaram o governo sem “pagar a conta”, isto é, não foram julgados e condenados pelos crimes cometidos durante o regime, pois tiveram perdão garantido pela Lei da Anistia de 1979, inicialmente direcionada aos presos e exilados políticos, e, por esse motivo, não foram julgados pelas violações aos direitos humanos, até o presente momento.

Com a morte de Tancredo, José Sarney, vice-presidente, apoiador do regime militar até alguns meses antes das eleições de 1985, assumiu o cargo no executivo em 15 de março daquele ano. De acordo com as historiadoras Schwarcz e Starling (2018, p. 487), o novo presidente “tinha uma impressionante facilidade para mudar de matiz e se adaptar a qualquer corrente ideológica, desde que fosse mantido exatamente onde queria estar: no poder”.

Em janeiro de 1987, instalou-se a Assembleia Constituinte que resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988, com o compromisso de reforçar as bases democráticas do país. Batizada de “Constituição Cidadã”, ela foi elaborada por diversas vertentes políticas e ideológicas daquele momento.

A constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, implantou um modelo de democracia com ampla liberdade de organização, de expressão e de oposição; expandiu os direitos políticos de cidadania; universalizou o direito de voto e introduziu um alto grau de liberdade de criação e de

funcionamento dos partidos políticos, o que permitiu que se retomasse a tradição multipartidária do Brasil (DINIZ, 2006, p. 2).

Os fatos históricos que conduziram a política brasileira até episódio da redemocratização representam o fio condutor dos acontecimentos histórico-discursivos que nos interessam nesta pesquisa. Selecionamos dois momentos históricos para nosso trabalho: os pleitos presidenciais de 1989 e 2006. Escolhemos o pleito de 1989 por figurar a primeira eleição após a abertura política e, também, por ser a primeira disputada por Lula. Já quanto à escolha pelo pleito de 2006, refere-se ao fato de ser a eleição mais distante da primeira pleiteada pelo ex-presidente, no contexto de uma realidade social e econômica e também distinta do ponto de vista da difusão de informações. A seguir, apresentamos alguns recortes de acontecimentos político-eleitorais desses períodos.

### **1.1.2 A conjuntura histórico-discursiva das eleições de 1989**

Uma série de acontecimentos políticos e econômicos (hiperinflação, planos monetários malogrados, estelionato eleitoral) desembocou no quadro de forte acirramento político do pleito de 1989, primeiras eleições diretas pós-ditadura militar. Na perspectiva de Fico (2016, p. 115, grifos nossos)

Não se deve descuidar da dimensão simbólica daquele período (1988). O Brasil não experimentou uma efetiva ruptura em relação à ditadura militar: o primeiro presidente civil havia sido líder do partido de sustentação do regime (Arena).

De fato, a ruptura esperada com o regime não ocorreu efetivamente. Além de não ter havido julgamento dos crimes perpetrados pelos órgãos de repressão, a economia brasileira entrou em colapso, esgotaram-se as divisas para importações e para o pagamento da dívida externa, que subiu vertiginosamente durante os governos militares, os serviços públicos ficaram mais sucateados, faltavam produtos básicos para a população, e os valores dos bens de consumo inflacionavam abruptamente.

Diante desse cenário nacional caótico, concorreram à vaga para a Presidência da República o total de 22 candidatos, e os destaques das pesquisas de intenção de voto eram Lula (PT), Mário Covas (PSDB, dissidência do MDB), Brizola (PDT) e Fernando Collor (PRN). O descontentamento dos brasileiros alimentou os discursos de campanha com a busca pela figura do messias:

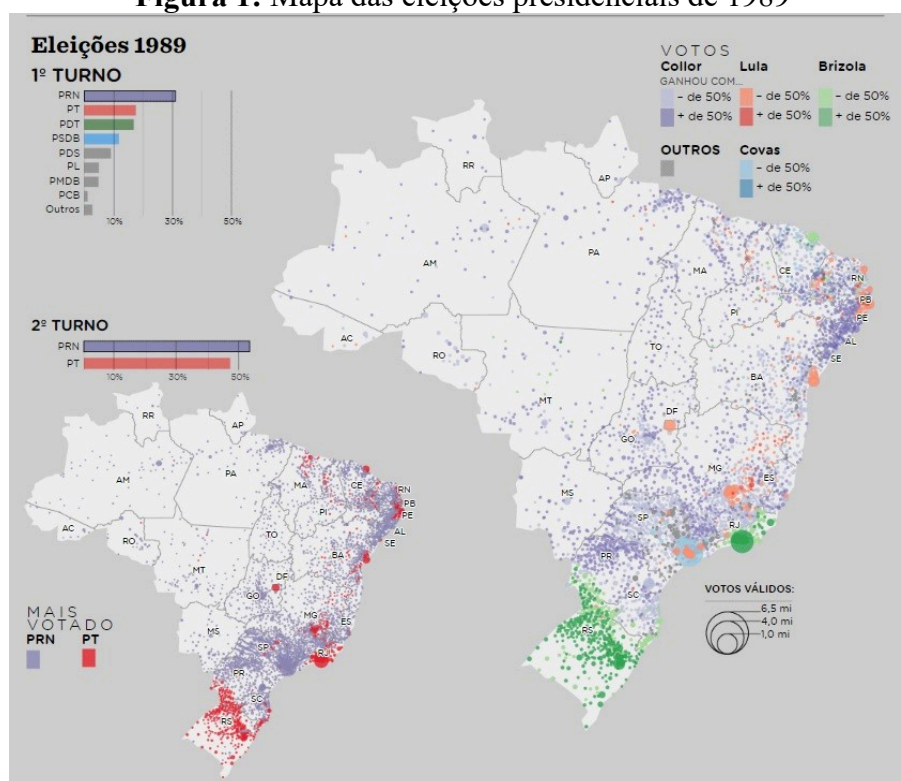
O candidato a salvador chamava-se Fernando Collor e era governador de Alagoas. Estava com quarenta anos, tinha um queixo empinado, o olhar arregalado e fixo, e pretendia ganhar as eleições batendo duro em Sarney e liderando uma cruzada moralizadora contra o empreguismo e as distorções salariais do funcionalismo público, sobretudo de quem aumentava o salário por meio de manobras burocráticas – os “marajás”, como ele dizia (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 491).

Lançando um breve olhar para o contexto internacional, o fim da Guerra Fria, a queda do muro de Berlim e a crise da antiga União Soviética desembocaram em um retraimento das vertentes políticas de esquerda. Criou-se um clima de medo do comunismo, que foi bastante explorado na campanha de Collor.

A classe média, que se sentia expropriada diariamente pela inflação, entrou em pânico quando Collor soprou as brasas do anticomunismo visceral de largos setores da sociedade e associou Lula à desapropriação de imóveis e ao confisco das cadernetas de poupança (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 492).

O estandarte central das eleições de 1989 seria o da “mudança”, o da “nova” política, os empresários e grupos conservadores se manifestavam contra a possibilidade de uma investida à esquerda na política brasileira e ameaçavam abandonar o Brasil em eventual vitória de Lula, “o presidente da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo (FIESP), Mario Amato, declarou que 800 mil empresários deixariam o Brasil” (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 492). Uma possível leitura do seguinte mapa, especialmente do que retrata o segundo turno, corrobora a ideia de que os votos direcionados à esquerda, naquele momento, não estavam concentrados em regiões específicas, e também não possuíam significativo peso de regiões, como o Nordeste. Diferentemente, do que ocorreu no último pleito em que Lula se elegeu (2006), quando houve forte concentração de votos a partir da região Nordeste.

**Figura 1: Mapa das eleições presidenciais de 1989**



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Centro de Política e Economia do Setor Público – FGV (CepespData)

### 1.1.3 A conjuntura histórico-discursiva das eleições de 2006

Segunda grande disputa presidencial do início do século XXI, as eleições de 2006 foram marcadas pelo bipartidarismo, visto que a disputa ficou concentrada na representação de dois grandes partidos. De um lado, o PSDB – partido formado por dissidentes do MDB, que ocupou a cadeira presidencial entre os anos 1995 e 2003, com a figuração central do ex-ministro da fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC) – e que, naquele momento, iniciava uma disputa interna com Geraldo Alckmin para nomeação como candidato oficial do partido. De outro lado, o PT, representado pela figura de Lula, que já havia disputado quatro vezes o pleito presidencial, logrou vitória nas eleições de 2002 e, naquele momento, ocupava o cargo de presidente da república. Os outros concorrentes, que ficaram situados abaixo do patamar de 10% da intenção de votos, foram: a senadora Heloísa Helena (PSOL), o senador Cristovam Buarque (PDT), o ex-deputado José Maria Eymael (PSDC), o empresário Luciano Bivar (PSL) e a cientista política Ana Maria Rangel (PRP).

A agenda política desenhada pelos governos FHC e pelas lideranças do partido de centro-direita PSDB fora pautada pelo viés neoliberal, o que não era algo restrito ao Brasil. Essa ideologia político-econômica se fez presente, a partir dos anos 1990, em países da

Europa Oriental adeptos da ideologia socialista e em países da América Latina recém-saídos da experiência de ditaduras militares.

No contexto da primeira vitória presidencial de Lula (2002), por um lado, o PT não rompeu com a agenda política neoliberal do governo anterior e, por outro, reforçou e ampliou as políticas públicas para mitigar as disparidades econômicas e sociais profundas do Brasil. Esse governo também levou ao centro da administração a grande burguesia industrial e agrária e, ao mesmo tempo, tentou atender a pautas de movimentos sociais, de inclusão de minorias. Foi nomeado, por uma corrente de analistas políticos, como o “governo da conciliação”. Sobre essa questão, o cientista político Andre Singer (2012, p. 62) afirma:

Ainda em 2002, depois de unir-se a partido de centro-direita, anunciar candidato à vice de extração empresarial, assinar carta compromisso com garantias ao capital e declarar-se o candidato da paz e do amor, Lula contava com menos intenção de voto entre os eleitores de renda baixa do que entre os de renda superior.

A questão central naquele momento era a de construir estratégias de como aliar a ampliação e consolidação do mercado interno, aumentar os índices de emprego e, ao mesmo tempo, melhorar os indicadores sociais, com a implementação de políticas públicas de combate à pobreza.

A opção foi, no primeiro ano, priorizar a estabilidade econômica e encaminhar uma agenda de reformas parciais (previdenciária, tributária e judiciária), todas concluídas em 2003. A partir desse ano, com a melhora do cenário internacional, os indicadores econômicos começam a se recuperar e o governo, embora mantendo a condução econômica ortodoxa, redefine as políticas governamentais para uma perspectiva desenvolvimentista (a partir do mercado interno) e social (AZEVEDO, 2011, p. 91).

Foi nesse contexto de busca de equilíbrio entre as agendas econômica e social do primeiro mandato do governo Lula, que se constituiu o cenário da disputa eleitoral de 2006<sup>4</sup>. Certamente, as circunstâncias políticas regionais dos estados e municípios também interferiram na compleição da disputa central, mas nos limitaremos a observar somente a conjuntura das eleições presidenciais.

Em 2006, os debates giravam em torno de pautas bastante atuais ainda hoje no Brasil: geração de empregos, ajuste fiscal, enfrentamento de desigualdade social, relação entre Estado e mercado, dentre outras. Todavia, surge um novo componente no embate entre as

---

<sup>4</sup> Para uma análise mais detalhada sobre debates e pautas das eleições presidenciais de 2006, ver Carreirão (2006).



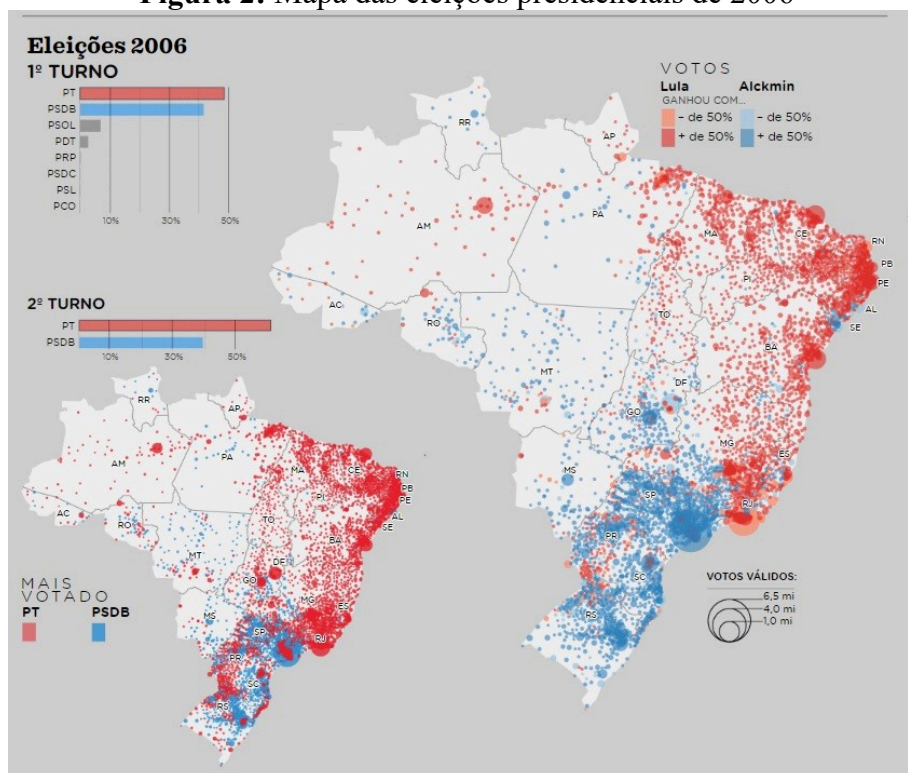
duas forças políticas, o denominado “escândalo do mensalão”, que denunciava o pagamento de mensalidades para que deputados votassem a favor dos projetos do Executivo. Recorda Azevedo (2011, p. 88) que

A campanha eleitoral de 2006 foi uma das mais cruentas por conta do chamado “escândalo do mensalão”, largamente explorado pela oposição e pela grande imprensa, que em quase sua totalidade se posicionou contra a recondução do presidente Lula.

As discussões entre a ideologia da “gramática social” e a “gramática de mercado”, que tinham como centro a antinomia socialismo-capitalismo, inerente às eleições de 1989, ficaram em segundo ou terceiro plano. Mesmo com a polarização entre petistas e tucanos desde a primeira vitória de FHC (1994), não era mais debatido se haveria implantação do “comunismo” no Brasil ou se seriam radicalizadas pautas sociais caso Lula continuasse a governar. A questão central agora, hasteada pela oposição naquele momento, era se o PT tinha “traído” suas ideologias, sua ética partidária, com base nas denúncias de corrupção, e se isso prejudicaria o mercado e a economia. O trunfo do candidato governista era que o surgimento da “nova classe média” no Brasil, formada pela população advinda das classes menos favorecidas, que adquiriram acesso a bens de consumo duráveis, à universidade, entre outras conquistas, garantiu ao PT uma grande porcentagem de votos. A votação foi pragmática, os eleitores de renda baixa e média votaram com base na nova experiência de poder de consumo e na melhora nas condições de vida.

Reproduziremos a seguir, o mapa das eleições de 2006 que demonstra uma configuração distinta em relação a de 1989, visto que já se desenhava uma polaridade maior entre os candidatos do PT e do PSDB já no primeiro turno. No segundo turno, Lula ganhou as eleições com maioria em 21 estados, incluindo o Distrito Federal, especialmente nos estados da região Nordeste. Os índices comprovam que os resultados das políticas de inclusão social e de desenvolvimento em infraestrutura, principalmente da região Nordeste, influenciaram sobremaneira as opções de voto.

**Figura 2:** Mapa das eleições presidenciais de 2006



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Centro de Política e Economia do Setor Público – FGV (CepespData)

Identificar, mesmo que sumariamente, as linhas ideológicas e as pautas de governo levantadas pelos principais candidatos à presidência do Brasil nos ajudam a reconhecer aspectos das condições de produção do discurso midiático do OESP. Desta forma, a partir dessa síntese do perfil do cenário da política brasileira, miraremos nosso olhar para a fonte de nossa pesquisa: o universo do jornalismo e a grande mídia nacional representada pelo jornal OESP.

## 1.2 Pautas do campo jornalístico

Nas seções seguintes, examinaremos o modo como a mídia tende a conduzir sua produção e que fatores podem estar ligados à forma como elabora a edição dos fatos e dos temas e, também, que possíveis interferências o uso da *internet* podem ter incidido na prática jornalística, especialmente para apoiar nossa análise referente aos artigos do ano de 2006, momento em que a rede já era também um suporte para a produção jornalística.

### 1.2.1 O mundo do jornalismo

A ampliação dos mecanismos de ação da mídia nos processos políticos, eleitorais e, sobretudo, na formação da opinião pública nos mais diversos campos da prática social, suscita questões relativas à conduta e aos princípios que norteiam as forças motrizes do campo jornalístico. A fim de fundamentar as leituras do *corpus*, nesta seção, contamos com os postulados teóricos de Pierre Bourdieu (1977, 1996, 1997) sobre a ética no jornalismo, com os estudos do autor Clóvis de Barros Filho (2016) sobre essa temática, com os conceitos sobre gênero do discurso do teórico russo Mikhail Bakhtin (2011) e, por fim, com as contribuições de José Marques de Melo (2003) acerca de gêneros do discurso no contexto do jornalismo brasileiro.

Bourdieu (1996) assevera que é comum a todas as profissões que haja produção de uma “ideologia profissional”, na medida em que há, nos diversos ofícios, o hábito de se construir representações muitas vezes ideais ou mitificadas sobre suas práticas, o que ocorre também no meio dos jornalistas.

É importante que qualquer grupo, e especialmente um grupo cujas responsabilidades sejam tão importantes quanto as dos jornalistas, levante explicitamente o problema da ética e se esforce para desenvolver seu próprio código de ética. Dito isto, correndo o risco de parecer um pouco exagerado, mas muitas vezes é o papel do sociólogo, devo lembrar que uma ética solta no ar, não enraizada no conhecimento de práticas reais, tem uma boa chance de fornecer apenas instrumentos de auto-justificação, para não dizer auto-mistificação. E é verdade que o discurso ético muitas vezes tem o efeito de permitir que um grupo tenha uma boa consciência enquanto fornece uma boa imagem de si mesmo (BOURDIEU, 1996, p. 1).

A representação simbólica do ideal profissional que os sujeitos do campo jornalístico constroem sobre si, tal como as questões da ética no campo, está diretamente atrelada à ideia da autonomia, isto é, a atividade jornalística é valorada de acordo com o grau de independência em relação às pressões externas sofridas pelo jornalista/jornal ou externas à prática jornalística. Uma produção mais independente de apreciações externas, provenientes do mercado ou de outros campos, deveria ser, reforça o sociólogo francês, o maior propósito dos profissionais do jornalismo, deveria compor, primordialmente, a deontologia da profissão. Bourdieu (1996) elucida, no entanto, que esse movimento de autonomia no campo ocorre com pouca intensidade no âmbito da prática social do “jogo jornalístico”, isto é, existe uma dinâmica dentro do campo jornalístico que influencia diretamente na prática da autonomia, “um exemplo desses efeitos de campo pode ser visto no fato de que, quando um dos órgãos de imprensa que conta, ou seja, que tem peso no campo, trata um assunto, todos os demais são obrigados a falar sobre isso.” (BOURDIEU, 1996, p. 2). O jogo jornalístico, diferentemente

do científico, que possuiu regras mais restritas e se supõe mais bem protegido dos interesses externos, compara Bourdieu (1996), ampara-se exatamente na fraca autonomia, ou seja, a identidade do campo jornalístico também se constituiu pelo fato de que está sujeito a pressões externas, direta ou indiretamente, dos anunciantes, das fontes e também da política. Enfatiza Bourdieu (1997, p. 102) que “o grau de autonomia de um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob a forma de publicidade ou subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes.”.

O “peso no campo” e a fraca autonomia dos atores responsáveis pela prática do jornalismo foram ampliados, relata Bourdieu (1996, p. 3), pela irrupção da televisão, o que agravou a heteronomia do campo, na medida em que ocorreu uma “crescente capacidade da televisão, ela própria determinada pelas classificações e pela pesquisa, de determinar a agenda dos jornais”. A televisão, desta forma, instrumentalizou o meio jornalístico e se transformou, em certa medida, em um “formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica” (BOURDIEU, 1997, p. 20), especialmente no final do século XX e início do XXI.

Dentro da constituição ética do campo jornalístico, o sociólogo sublinha a função central da figura dos jornalistas como reprodutores de visões de mundo, de pontos de vista, sempre abarcados e legitimados pela empresa jornalística que representam.

[...] o campo jornalístico, como os outros campos, baseia-se em um conjunto de pressupostos e de crenças partilhadas (para além das diferenças de posição e opinião). Esses pressupostos, os que estão inscritos em certo sistema de categorias de pensamento, em certa relação com a linguagem, em tudo o que implica, estão no princípio da seleção que os jornalistas operam na realidade social, e também no conjunto das produções simbólicas. Não há discurso (análise científica, manifesto político etc.) nem ação (manifestação, greve etc.) que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova da seleção jornalística, isto é, a essa formidável *censura* que os jornalistas exercem, sem sequer saber disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes *interessar* [...] (BOURDIEU, 1997, p. 66, grifos do autor).

Entretanto, no campo jornalístico, especialmente quando consideramos os mecanismos de funcionamento das grandes empresas midiáticas, há uma especificidade (e aqui reiteramos): sua sobrevivência depende de demandas de mercado, da adesão significativa de determinado público-alvo e da legitimação pelas empresas concorrentes. A pressão econômica sobre esse campo, versa Bourdieu (1997), promove também uma compressão sobre os outros campos, visto que o jornalístico, enquanto estrutura, divulga e noticia, reporta os assuntos inerentes a outros domínios. O que é possível ou não publicar nos espaços dos periódicos, revela Bourdieu (1997), é especialmente imposto pela lógica comercial e depende

de qual posição que os jornalistas ocupam na estrutura, não só no plano da empresa jornalística que representa, mas dentro do sistema como um todo. Na esfera da empresa, o grau de autonomia de um jornalista “depende primeiro do grau de concentração da imprensa, da posição do seu jornal no espaço dos jornais, isto é, mais ou menos perto do polo “intelectual” ou do polo “comercial”; depois, de sua posição no jornal ou órgão de imprensa [...]; e, enfim, de sua capacidade de produção autônoma da informação” (BOURDIEU, 1997, p. 103).

A ideia de ética no campo jornalístico, vinculada ao enredo da autonomia, é, frequentemente, atrelada à concepção de que é preciso alcançar a “imparcialidade” na constituição e no modo de divulgação das informações. Alguns representantes da mídia já lançaram mão do *slogan* do “jornalismo imparcial”. Mas há nesse enunciado uma contradição, pois a mídia representa uma das partes do todo social, é impossível que ela seja fiadora de todos os *mundos éticos*. As estratégias comunicativas podem reduzir a aparência da subjetividade das informações veiculadas, mas não há como subtrair por completo os traços do editor. A suposta “imparcialidade” da imprensa já foi bastante rebatida e debatida pelo próprio campo, entretanto, esse discurso ainda está presente no meio jornalístico e se baseia na noção de que existem posicionamentos constituídos para o “bem comum”, em um combate silencioso à pluralidade de ideias e visões de mundo. Tal como elucida Boccega (2016 *apud* BARROS FILHO, 2016, p. 7):

A mídia é parte integrante da realidade, elaborando uma visão mediada dessa realidade. Tendo o poder de, concomitantemente, divulgá-la, pode-se afirmar que a mídia contribuiu para criar a realidade que ela se propõe “descrever”.

O tema da “imparcialidade” dos meios de comunicação é abarcado pela questão da objetividade, instaurada pelo sistema filosófico do positivismo, no início do século XIX, cujo mote central era o da observação e da descrição do real em detrimento do olhar especulativo ou interpretativo. O campo do jornalismo também foi influenciado pela filosofia positivista, tal como as demais ciências humanas, cuja finalidade seria a de “vender um produto” confiável, legitimado pelo selo simbólico da objetividade. O *lead* e a pirâmide invertida seriam as primeiras técnicas representativas da objetividade positivista no jornalismo. Sobre a busca pela imparcialidade, discorre Barros Filho (2016, p. 16):

A redação impessoal, a ausência de qualificativos, a atribuição das informações às fontes, a comprovação das afirmações, a apresentação de

discursos conflitantes e o uso de aspas garantiriam a necessária imparcialidade informativa.

Com esses recursos, as empresas jornalísticas, em especial as de grande porte, buscavam transformar a produção de informações em uma fábrica de retratos fidedignos da realidade. Mas o modelo positivista de fazer ciência começou a ser questionado também dentro deste campo, o que favoreceu o desenvolvimento do jornalismo interpretativo, que contestava o modelo de mera reprodução da “realidade”.

A questão do “real” como base material da informação está atrelada à ideia de que o enunciador detém o conteúdo da “verdade”. O ato de informar representaria uma tentativa de aproximação do *espelho* dos acontecimentos, mas alerta Barros Filho (2016, p. 26) que “a verdade é um tipo de apropriação discursiva que não só objetiva aquele que fala (Lacan), mas também situa seu autor nos espaços que ocupa de forma estruturada (Bourdieu). Como apropriação discursiva, a verdade é tendencial”, isto é, não é possível extinguir o crivo do sujeito que enuncia ao expor um acontecimento por meio do discurso. Nessa medida, ocorre a “transformação da matéria-prima em produto jornalístico” (BARROS FILHO, 2016, p. 39) quando o jornalista maneja o conteúdo a ser noticiado.

### 1.2.2 Em cena: gêneros informativos e opinativos na imprensa escrita

Partindo do *modus operandi* do profissional jornalista ou do articulista para o produto jornalístico, examinamos a questão da natureza verbal dos gêneros discursivos desse campo, com base na concepção de que “caráter e as formas desse uso [da linguagem] sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana” (BAKHTIN, 2011, p. 261). Dito de outra maneira, a diversidade de gêneros do discurso está associada à multiplicidade das práticas sociais. O filósofo russo revela que os enunciados, efeito do conteúdo temático, estilo e construção composicional, devem ser analisados conforme circunstâncias sócio-históricas e finalidades comunicativas específicas de cada campo, a partir do tema e do estilo da linguagem utilizados, e, também, da estrutura composicional. Reforça que “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros de discurso*” (BAKHTIN, 2011, p. 262, grifos do autor).

A concepção bakhtiniana de que o contexto enunciativo é essencial para compreender o processo de funcionamento heterogêneo dos gêneros discursivos e de

circulação dos enunciados, sustenta nossas análises de fatos discursivos que cingem os gêneros jornalísticos e reforça a inextrincável relação entre linguagem e história, matéria essencial para AD, posto que Bakhtin também funda seus conceitos de gênero na noção de que “os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem.” (BAKHTIN, 2011, p. 268). Destaca Bakhtin (2011, p. 289) que a estrutura dos enunciados também revela os entrelaces entre o sujeito e o objeto do discurso:

Nos diferentes campos da comunicação discursiva, o elemento expressivo tem significado vário e grau vário de força, mas ele existe em toda parte: um enunciado absolutamente neutro é impossível. A relação valorativa do falante com o objeto de seu discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado.

No contexto da AD, Maingueneau (1993) aproxima-se metodologicamente de Bakhtin no que tange ao viés histórico das análises sobre gênero quando reforça a importância de superar o exame de aspectos formais dos gêneros para embarcar em investigações a partir de uma “concepção institucional” dos gêneros. Explica o analista que “em lugar de elaborar uma lista impossível de gêneros do discurso, é melhor nos questionarmos sobre a maneira de conhecer as próprias coerções genéricas [...] é preciso articular o ‘como dizer’ ao conjunto de fatores do ritual enunciativo” (MAINGUENEAU, 1997, p. 35-36). Tese que também defende em estudos posteriores quando elabora uma breve definição sobre gêneros de discurso: “dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes” (MAINGUENEAU, 2013, p. 67). Maingueneau afirma que cada gênero se encaixa a momentos, lugares de enunciação e a rituais próprios: “o gênero, como toda instituição, constrói o tempo-espço de sua legitimação” (MAINGUENEAU, 1997, p. 36), que pressupõe a sua existência. Ilustra o analista que mesmo o coenunciador desconhecendo previamente o caráter do locutor, o fato de um texto pertencer a certo gênero discursivo, por exemplo, pode fornecer pistas quanto a constituição do *ethos* desse enunciatador.

No quadro dos gêneros da área da comunicação, especificamente dos gêneros jornalísticos, apreendemos a classificação elaborada por José Marques de Melo (2003) que adota dois critérios. O primeiro integra os gêneros em categorias “que correspondem à intencionalidade determinante dos relatos” (MELO, 2003, p. 62), isto é, a divisão entre gêneros em que há a reprodução do real e em que há a leitura do real. Dito de outra maneira,

“num caso, temos a observação da realidade e a descrição daquilo que é apreensível à instituição jornalística. Noutro caso, temos a análise da realidade e a sua avaliação possível dentro dos padrões que dão fisionomia à instituição jornalística” (MELO, 2003, p. 63). Essas duas modalidades, a da descrição e a da versão dos fatos, estampam os dois núcleos que estruturam o relato jornalístico e resultam no que Melo (2003) designa de jornalismo informativo e jornalismo opinativo.

O segundo critério estabelecido por Melo (2003) se refere à “natureza estrutural dos relatos”, isto é, são estabelecidas as diferenças entre os gêneros que são classificados como informativos e opinativos. Os gêneros de caráter mais informativo são sustentados, principalmente, pelos acontecimentos e pelas pautas que os órgãos de imprensa consideram relevante veicular. Quanto aos gêneros de caráter mais opinativo, neles, aparecem com mais nitidez as feições de autoria, expressas por meio das figuras do articulista, do intelectual-jornalista, do comentarista ou do próprio jornal. Nesses espaços, os enunciados são desenvolvidos a partir da valoração dos acontecimentos, e o sujeito do discurso jornalístico emite opinião sobre fatos que já eclodiram.

Diante desta classificação, tomamos de empréstimo a seguinte ponderação: “até que ponto o *jornalismo informativo* efetivamente limita-se a informar e até que ponto o *jornalismo opinativo* circunscreve-se ao âmbito da opinião?” (MELO, 2011, p. 25). Estas categorias, a do jornalismo informativo e a do opinativo, não são estanques. É habitual que a informação esteja acompanhada de opinião e que, ao opinar, informe-se. Sobre essa questão, Melo (2003, p. 25, grifo do autor) baliza que

[...] é preciso deixar claro que essa distinção entre a categoria informativa e a opinativa corresponde a um artifício profissional e também político. Profissional no sentido contemporâneo, significando o limite em que o *jornalista* se move, circulando entre o dever de informar (registrando honestamente o que observa) e o poder de opinar, que constitui uma concessão que lhe é facultada ou não pela instituição em que atua. Político no sentido histórico: ontem, o editor burlando a vigilância do Estado, assumindo riscos calculados nas matérias cuja autoria era revelada (comments); desviando a vigilância do público leitor em relação às matérias que aparecem como informativas (news), mas na prática possuem vieses ou conotações.

Destarte, apesar da categorização entre jornalismo opinativo e informativo parecer elementar, Melo (2003) discorre que o discurso jornalístico, também porque é crivado pela ideologia, possuiu um caráter essencialmente complexo e, por isso, não se pode desarticular completamente a função de emitir informações da atividade de expressar opiniões.



No jornalismo informativo, a questão da “objetividade aparente” é, certamente, mais reivindicada do que no opinativo, que se caracteriza, especialmente, por evidenciar a presença do ponto de vista do autor ou do jornal. Todavia, os tipos informativo e opinativo elaboram, a sua maneira, um relacionamento com o “real”. Enquanto o primeiro procura estabelecer a imagem de que perfaz um trajeto “previsto” com o factual, o segundo percorre a abordagem dos fatos a partir de um caminho próprio, mas sempre conectado às representações do veículo ao qual pertence.

Observa Barros Filho (2016) que há um “decréscimo quantitativo” de publicação de textos opinativos na imprensa, além de uma tentativa de isolamento de artigos de opinião e editoriais em seções específicas, no empenho por reforçar o caráter de “objetividade aparente” dos veículos, a fim de provocar uma maior adesão dos leitores quanto à veracidade e autenticidade do que é publicado. Exemplifica que,

No jornal *O Estado de S.Paulo*, as páginas dois e três do primeiro caderno são dedicadas a artigos assinados e editoriais, respectivamente. Não bastando o nome da personalidade que redigiu o artigo, o jornal faz questão de destacar o rosto do autor, evidenciando a subjetividade, fazendo crer na objetividade do resto marcando a ruptura simbólica de ambos (BARROS FILHO, 2016, p. 50).

A coluna assinada também é parte essencial na composição dos espaços da empresa jornalística. Os textos opinativos ocupam uma área privilegiada da empresa, o “subcampo das grifes jornalísticas” (BARROS FILHO, 2016, p. 62) e são responsáveis pelo estabelecimento da adesão do interlocutor ao posicionamento do jornal. O jornalista opinativo, ao expor seus argumentos, continua vestido com os trajes típicos do meio social e cultural que habita. E é exatamente através da identificação com esse meio que deriva sua subjetividade, é neste espaço de troca simbólica com o outro que suas características são figuradas.

No contexto de produção de textos informativos, essa afiliação do leitor ao jornal também é estabelecida, só que por meio da aquisição de informações sobre os acontecimentos, veiculadas com aparência de objetividade ou isenção, em espaços reservados para matérias de jornalistas informativos reconhecidos pelo público da empresa jornalística. Reconhecemos a centralidade da concepção bakhtiniana de gênero para os estudos da linguagem, no entanto, para nossa proposta analítica, lançaremos mão da proposição conceitual de que o campo jornalístico faz uso, a fim de examinarmos, a partir de análises de matérias de caráter opinativo e de caráter informativo, o desenho do *ethos* do sujeito do discurso jornalístico.

### 1.2.3 O universo da *internet* no campo jornalístico

Surge, ao final do século XX, uma tecnologia que, em um futuro breve, transformaria as relações socioculturais, econômicas e políticas de grande parte da população mundial: a *internet*.

A origem da rede remonta aos anos 1960 e decorreu de um projeto desenvolvido pela Arpanet, uma agência de projetos de pesquisa avançada, ligada ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Essa agência tinha o objetivo central de desenvolver tecnologia militar no contexto da Guerra Fria, mas possuía certa autonomia de ação e era conectada aos projetos tecnológicos de diversas universidades americanas. Por esse motivo, vários pesquisadores e agentes conseguiram montar um esquema de colaboração para o desenvolvimento de sistemas operacionais e da própria conexão em rede.

Despontou desse *modus operandi* de colaboração tecnológica, a cultura da *internet*, cuja característica principal é, desde o início, a construção coletiva pelo aprimoramento da rede e dos sistemas que a abarcam. E compõem o quadro de tipos sociais dessa nova cultura: pesquisadores universitários, entes governamentais e empresariais e um novo ator social, os *hackers*, especialistas na área de tecnologia, com habilidades *sui generis* em sistemas operacionais de computadores, fato que possibilita que dominem profundamente o uso de tecnologias de programação e de segurança da *internet*, por exemplo.

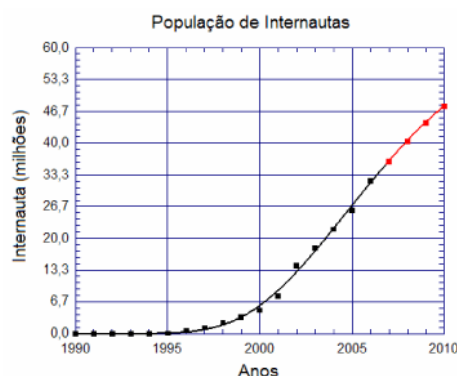
Com todos esses agentes empenhados no aperfeiçoamento dessas tecnologias, já no início dos anos 1990, a *internet* possibilitou a difusão da rede global de computadores. A partir dessa virada, o uso dos sistemas de rede se tornou uma prática social e transformou sobremaneira a forma como as sociedades e os indivíduos se relacionam e se comunicam nas diversas esferas. Elucida Castells (2003, p. 7) que

A Internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, em nossa época a Internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo domínio da atividade humana. [...] a Internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação: a rede.

A partir dos anos 2000, há um aumento do número de acessos à rede, e, mesmo que de maneira desigual no mapa mundial, essa difusão foi mais célere se comparada ao contexto da década de 1990: “entre janeiro de 1997 e agosto de 2000, o número de usuários da *internet* no mundo todo aumentou por um fator de quatro, e as proporções de cada região do mundo

mudaram substancialmente” (CASTELLS, 2003, p. 214). Para ilustrar o contexto brasileiro, reproduzimos a seguir um gráfico que indica o aumento do número de usuários em 1995, e um *boom* desse crescimento entre 2000 e 2006: “a população brasileira entre 2000 e 2006 teve um crescimento de 9%, enquanto que a população de internautas que, em 2000, era de aproximadamente 5 milhões, passou para aproximadamente 32 milhões em 2006, ou seja, um crescimento de cerca de 640%” (COSTA & BIANCHINI, 2008, p. 145).

**Figura 3:** Gráfico da população de internautas no Brasil<sup>5</sup>



Variáveis  $R^2 = 0,99890$   $A = 68,05293$

$B = 0,19323$   $C = 2004,61351$

Fórmula:  $A * \text{EXP}(-\text{EXP}(-B * ((\text{Anos} - C))))$  - Gompertz

Gráfico 2 - Projeção da população de internautas no Brasil.

Fonte – ONU (2007) e INTERNET WORLD STATS (2007).

Fonte: Revista JISTEM J.Inf.Syst. Technol. Manag. (Online)

Desta forma, em que medida o advento de tecnologias como a *internet* impactou na forma de produzir e de circular a informação, dentro do contexto específico do campo jornalístico? Não seria possível mensurar esse impacto de modo totalizante, mas podemos buscar alguma resposta a partir da comparação entre a prática do jornal impresso e do jornalismo *online* ou eletrônico e, também, com base na ideia de que grande parte leitores tem acesso mais amplo e variado às informações. Nesse contexto, o grupo dos interlocutores também se amplia.

A dinâmica de produção de conteúdo, até mesmo a constituição do *agenda setting*<sup>6</sup> da mídia eletrônica, dá-se com o acompanhamento dos acontecimentos em tempo real, isto é, o jornalista age “não só como testemunha, mas também como ator dos acontecimentos”

<sup>5</sup> Gráfico disponibilizado no artigo “Caracterização da demanda futura de usuários da internet no Brasil: uma contribuição para o desenvolvimento de políticas governamentais de inclusão digital e acesso a internet”, de Paulo Costa e David Bianchini (2008).

<sup>6</sup> De acordo com Barros Filho (2016, p. 157), “a mídia, pela seleção, disposição e incidência de seus produtos, determina os temas sobre os quais o público falará ou discutirá”.

(BARROS FILHO, 2016, p. 61), e acessa diversas fontes em um curto espaço de tempo. No jornalismo tradicional, o acesso aos fatos e os mecanismos de produção de conteúdo precisavam de um tempo de maturação e a forma de apuração dos fatos era bem menos ágil. Castells (2003, p. 7) estabelece considerações sobre a relação mídia-*internet*, para ele

Os jornais estão on-line, e é sob essa forma que as pessoas frequentemente os leem. [...] Os jornais não estão sendo solapados pela Internet porque, num mundo de informação infinita, a credibilidade é um ingrediente essencial para os que a buscam. Assim, jornais estabelecidos têm de estar on-line para estar sempre lá, prontos para seus leitores, para mantê-los sob o mantra de sua autoridade.

Os leitores dos meios de comunicação também assumem papel importante na transformação do modo de circulação de informações, visto que a disponibilidade de fontes variadas modificou a maneira de “consumo” do produto jornalístico e, conseqüentemente, houve mudança no modo de circulação dos discursos.

No contexto de nossas leituras, uma questão importante que também foi levantada por Castells (2003, p. 163) é a de que “os jornais esperam que o contato físico com o formato muito portátil e fácil de usar do jornal impresso continue sendo uma necessidade e acabe por se beneficiar de sua presença ubíqua on-line”, isto é, no início dos anos 2000, e aqui podemos circunscrever nosso *corpus* do ano de 2006, ainda não se vislumbrava que o suporte *internet* abarcaria maior número de leitores que o suporte impresso dos jornais.

No quadro de nossa investigação, verificamos que a forma de veiculação dos conteúdos no *site* do OESP no ano de 2006, contexto em que o suporte da *internet* já representava uma mudança na forma de difundir informações, era bastante primária, isto é, as publicações *online* das matérias jornalísticas ainda eram escassas e pouco elaboradas. Os textos *online* que localizamos no site do jornal, referentes ao ano de 2006, retratavam apenas trechos extraídos das matérias veiculadas nos jornais impressos, sem assinatura de jornalistas. É o caso, por exemplo, de uma das notícias que compõem nosso *corpus*, “Lula diz ter a cara do povo e culpa rivais por atraso em seus programas”, matéria veiculada no jornal impresso em 21 de janeiro de 2006, no Caderno Nacional-Governo, enquanto um “resumo” de seu conteúdo foi publicado no *site* do jornal, na Agência Estado, um dia antes, dia 20 de janeiro de 2006, cujo título foi “Lula faz crítica indireta a Serra, ao casal Garotinho e a Cesar Maia”. Esse texto divulgado via *site* se trata de uma síntese de três notícias publicadas no jornal impresso na mesma página (A4), isto é, a notícia supracitada e as seguintes: “ ‘Os incomodados tenham paciência que vou viajar mais’ ”, do jornalista Alexandre Rodrigues e

“No Acre, presidente recebe hoje apelo para disputar reeleição”, da jornalista Liège Albuquerque.

A prática social do uso da *internet*, no início do século XXI, fundou o início de um novo padrão na área da comunicação, mas ainda representava somente um embrião para o que seria um novo paradigma no *modus operandi* do campo jornalístico.

#### 1.2.4 A representatividade do jornal *O Estado de São Paulo*

Rangel Pestana já era veterano da imprensa: fundara o *Timbira*, ainda acadêmico; em 1862, colaborara com Teófilo Otoni e Faria Alvim no Futuro. Américo de Campos trazia também larga prática de jornal. O gerente era José Maria Lisboa. Lúcio de Mendonça, Gaspar da Silva e Joaquim Taques completavam a redação [...]. O número inicial, que apareceu com atraso de três dias, saiu às 11 horas de 4 de janeiro de 1875. Como os outros jornais do tempo, uns mais, outros menos, a *Província de São Paulo*, que esse foi o título adotado, vivia de anúncios e de assinaturas. [...] Não havia venda avulsa. Esta foi iniciada pelo novo jornal, a 23 de janeiro de 1876 [...]. A população achou aquilo um despautério, houve repulsa à iniciativa que levaria à “mercantilização da imprensa”. Não se percebia que tal *mercantilização* já havia sido inaugurada (SODRÉ, 2011, p. 337, grifos do autor).

A descrição acima foi extraída do livro *A história da imprensa no Brasil*, do pesquisador Nelson Werneck Sodré (2011). A partir dessa obra, conseguimos resgatar detalhes sobre a constituição da imprensa nacional e, em especial, compreender em que contexto se deu a criação do antigo jornal a *Província de S. Paulo*, que, em 1º de janeiro de 1890, com o fim do provincianismo monárquico, passava a se intitular *O Estado de São Paulo* (OESP). Como a *Província de S. Paulo* foi o primeiro jornal a realizar venda avulsa nas ruas, foi também pioneiro em explorar o potencial comercial da imprensa da época.

Figura 4: Parte do frontispício do jornal *A Província de São Paulo*



Fonte: Foto extraída do acerto do jornal OESP.

Era um periódico considerado de vanguarda para a época, defendia causas republicanas e abolicionistas, e se tornou o jornal paulista mais lido de seu tempo. Desde suas primeiras publicações, contava com a colaboração de jovens intelectuais da época, como Euclides da Cunha (autor de *Os sertões*). Na época, de fato, imprensa e literatura se misturavam na produção jornalística. E no caminho para a emancipação do viés literário, a grande imprensa começou a assumir pautas relacionadas à política de seu tempo. No contexto da República Velha (1889-1930), por exemplo, o OESP anunciou apoio à modernização e às reformas institucionais, posicionou-se abertamente contra a continuidade da política oligárquica e declarou apoio a Getúlio Vargas. Werneck Sodré (2011, p. 474) conta um pouco desta história:

A grande imprensa fez do tema político a tônica de sua matéria – tal como a política era entendida e praticada na velha República oligárquica. [...] O Estado de São Paulo, de que Júlio de Mesquita se torna, em 1902, proprietário único, é o grande órgão político da capital do Estado que se desenvolve mais rapidamente e em que as relações capitalistas depressa se generalizam; a cidade de S. Paulo é, agora, centro industrial de grande desenvolvimento, “o maior parque industrial da América Latina”.

A imprensa brasileira começa a ganhar características de empresa, especialmente os periódicos com acesso a certo nível de desenvolvimento tecnológico de impressão. Os anúncios passam a ocupar grande parte das páginas impressas. Por isso, os jornais se transformam em espaço de disputa de influência política, ideológica e mercadológica.

A passagem do século [do XIX ao XX], assim, assinala no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. [...] Está [a transição] naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas; à transformação na imprensa é um dos aspectos nesse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista. [...] O traço burguês da imprensa é facilmente perceptível, aliás, *nas campanhas políticas*, quando acompanha as correntes mais avançadas, e em particular nos episódios mais críticos, os das sucessões (SODRÉ, 2011, p. 406-407, grifos nossos).

Nas primeiras décadas do século XX, no contexto da revolução constitucionalista de 1932, o OESP recuou seu apoio ao governo provisório de Getúlio, instaurado depois da Revolução de 1930, decorrida da tentativa da oligarquia paulista de infringir as regras da política do café com leite da alternância de poder, para juntar-se às elites paulistas, defendendo a promulgação de nova constituição e a convocação de novas eleições. Neste instante, o jornal se contrapõe ao Getúlio Vargas do Estado Novo (final dos anos 1930 e anos

1940) e, posteriormente, ao Getúlio Vargas do trabalhismo, da CLT e do populismo dos anos 1950.

Antes defensor da modernização política e dos princípios liberais, em uma segunda fase, o corpo editorial do OESP apoiou abertamente a “Marcha com Deus pela família e pela liberdade”, cuja história desembocou no golpe militar de 1964.

Apesar da aprovação inicial à ditadura militar, o OESP, em 13 dezembro de 1968, (data de emissão do AI-5<sup>7</sup>), publica o editorial “Instituições em frangalhos”, por meio do qual expõe sua insatisfação com o governo do marechal Costa e Silva e inicia oposição ao regime. Reproduzimos alguns trechos do editorial:

Das palavras ultimamente pronunciadas pelo sr. presidente da República, infere-se não ser o seu estado de espírito aquele que até há pouco sistematicamente definia a confiança que depositava em si e na sua gestão. [...] No decorrer das primeiras etapas do seu governo tudo pareceria sorrir-lhe, pois que, além de saber contar discricionariamente com a força dos regimentos, das brigadas e das divisões, dava ainda por certa a passividade da Câmara e do Senado. [...] Já nessa altura, para aqueles que através dos tempos afinaram aquela sensibilidade sem a qual ninguém será capaz de perceber os sinais precursores dos grandes terremotos, se mantinha s.exa. acima dos acontecimentos, na ilusória suposição de que tudo ia pelo melhor e que, se algumas vozes se levantavam em dissonância, não correspondiam ao sentir das camadas profundas da nacionalidade. Pouco tempo durou, porém, a euforia presidencial. Um após as outras, começaram a manifestar-se as contradições do artificialismo institucional que pela pressão das armas foi o País obrigado a aceitar. [...] o ex-general do Exército, habituado a não admitir que lhe discutam as ordens, se viu na pouco edificante posição de deixar de lado aqueles escrúpulos que o tinham levado a afirmar que jamais transgrediria um milímetro sequer das linhas da legislação [...] (OESP, 1968, p. 3).

Como ocorreu com os diversos órgãos de imprensa da época, o OESP também sofreu imposições da censura. Somente em 1975, a vigília aos órgãos de imprensa começa a ser “afrouxada” devido ao plano de “transição lenta, gradual e segura”, divulgada pelo governo Geisel. Apesar disso, não houve prejuízo de sua expansão. O Grupo Estado, no início dos anos 1970, comandava, além do periódico OESP, as publicações do *Jornal da Tarde*, publicações da *Agência Estado* e as atividades dos Estúdios Eldorado (atual Rádio Eldorado FM 107,3).

<sup>7</sup> Ato Institucional n.º 5, editado em 13 de dezembro de 1968, foi um decreto instaurado pelo governo militar, em um momento de fortalecimento da mobilização popular contra a ditadura. Por esse decreto, os militares retiravam o direito de *habeas corpus* nos casos considerados crimes políticos, o Congresso Nacional foi fechado, o presidente poderia decretar estado de sítio por prazo indeterminado, dentre outras ações autoritárias. O AI-5 “deu início ao período mais violento e repressivo do regime ditatorial brasileiro – e, de quebra, ampliou o alcance dos mecanismos instituídos pelos militares para defender a moralidade pública.”, destacou a historiadora Heloisa M. M. Starling (2009).

Após a primeira eleição presidencial pós-redemocratização, em 1992, o grupo adquiriu a empresa Broadcast e, em março de 2002, realizou a fusão de seus principais veículos jornalísticos – *Agência Estado*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, o que resultou no atual portal [estadao.com.br](http://estadao.com.br). E, de acordo com o resumo histórico publicado pelo OESP,

Em janeiro de 2003 o portal [estadao.com.br](http://estadao.com.br) superou a marca de um milhão de visitantes mensais, consolidando sua posição de liderança em consultas a veículos de jornalismo em tempo real no Brasil (OESP, Histórico Grupo Estado).

Durante nossa pesquisa, verificamos que as páginas reservadas aos assuntos relacionados à política (Cadernos Política e Eleições) ocupam um importante espaço no jornal impresso e, também, possuem local de destaque no portal [estadao.com.br](http://estadao.com.br).

Além disso, examinamos que o OESP foi um dos pioneiros no uso da *internet*, deu início à publicação de notícias na rede no ano de 2000, por meio de uma coluna nomeada “LINK”. Porém, tal como supracitamos, no contexto do ano de 2006, a empresa jornalística ainda priorizava a publicação de jornais impressos e reservava à internet a publicação de algumas compilações de notícias e reportagens, sem assinaturas de jornalistas. Esses resumos eram veiculados na *Agência Estado*, localizada no portal eletrônico do periódico.

A escolha por esse periódico como fonte para nossa pesquisa decorre, em especial, da sua importante constituição histórica, que se mistura com o nascimento da grande imprensa no país e, também, por representar o modo de funcionamento da grande imprensa nacional, com um sistema de logística de distribuição nacional. Além de contar com a presença de intelectuais/pesquisadores constituindo seu corpo editorial, como jornalistas contratados ou como articulistas externos.

No próximo capítulo, apresentaremos o panorama teórico que assegurou a viabilidade desta pesquisa.



## II

### Eixos teóricos da AD: metodologias de análise

Neste capítulo, apresentaremos o arcabouço teórico que sustenta nossa pesquisa, que visa reconhecer as feições do sujeito do discurso jornalístico do OESP, a partir de categorias de análise da ordem do discurso. Percorremos da base do edifício teórico, o interdiscurso (noção central para AD), às paredes que mantêm nossa investigação, o *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo, com um breve olhar para a origem desse conceito, o *ethos* retórico. Conceitos de destacabilidade e aforização, dentre outros, servirão de amálgama entre a materialidade linguística e construção dos efeitos de sentido que eclodem dos textos analisados.

#### 2.1 A noção de interdiscurso de Maingueneau

A fim de apresentarmos a noção de interdiscurso tal como elaborada por Dominique Maingueneau, lançaremos mão de uma breve exposição sobre a trilha metodológica da AD que engendra essa concepção. Para nossa empreitada, tomemos, sumariamente, a conceituação de formação discursiva (doravante FD) desenvolvida por Michel Foucault e por Michel Pêcheux sob a luz da análise do discurso. Para o primeiro filósofo, o conceito de formação discursiva está intimamente ligado à noção de um sistema de regras “entre certo número de enunciados” (FOUCAULT, 2009, p. 43), situado e determinado por uma conjuntura histórica. Foucault busca desvelar o funcionamento que deu origem a campos complexos de unidades tradicionais do saber, incorrendo em formações discursivas particulares. E relaciona o conceito de FD em termos de dispersão de elementos à ideia de sistema de regras.

Pêcheux constrói um diferente significado para a noção de FD, dentro do campo teórico da AD, elaborando sua conexão ao que concebe como formações ideológicas,

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras. Somos levados, assim, a nos colocar a questão da relação entre ideologia e discurso. Considerando o que precede, vê-se claramente que é impossível *identificar*

ideologia e discurso (o que seria uma concepção idealista da ideologia como esfera das ideias e dos discursos), mas que se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a *espécie* discursiva pertence, assim pensamos, ao *gênero* ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar “comportam necessariamente” como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura”, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. Diremos, então, que toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 166, grifos do autor).

Desta forma, a leitura de Pêcheux sobre o conceito de FD se relaciona com o quadro teórico do marxismo de Althusser, proporcionando aos estudos da língua, em contraposição ao estruturalismo, um outro olhar, cujo método de análise se baseia, sobretudo, no materialismo histórico, em relação intrínseca entre linguagem, política e sociedade.

Nesse trajeto analítico, Pêcheux lança um olhar diferente para os métodos de leitura, são pelos efeitos de sentido do texto e pela relação que se estabelece entre interlocutores que se interessa esse analista. Assim, o quadro teórico-metodológico da AD foi se delineando a partir do principal objetivo dos estudos analíticos: superar o viés formalista de observação da língua, a partir da concepção de que os discursos são determinados pela ideologia e pela história e da noção de sujeito interpelado pelo discurso.

Neste momento da formulação teórica, surge o interesse pela construção semântica de discurso, na medida em que o enunciado é concebido a partir do campo do sentido que as palavras mobilizam, dependendo da formação discursiva em que se inserem (*o que pode e deve ser dito*). Pêcheux não reconhece a noção de sujeito e de sentidos emergentes dos discursos como individuais, dotados de idiosincrasias, ao contrário, considera que são concebidos a partir do histórico, do ideológico e do linguístico. Além do desenho desse universo do discurso, o analista também concebe o discurso como algo que “se conjuga sempre sobre um discurso prévio” (PÊCHEUX, 1969, p. 77). Surgem, então, as primeiras linhas que nortearam um conceito central para a AD, o interdiscurso.

A partir da concepção do discurso como uma prática inerente às questões relativas à língua, à história e ao sujeito, foram sendo figurados os perímetros conceituais da AD, a partir da ideia de que o sujeito do discurso está em relação constante com a ideologia, sócio e historicamente situado. Nesse momento, a AD trabalha com a noção de sujeito dividido, inscrito em determinada formação discursiva, que determina e representa seu modo de dizer.

Diante desta concepção analítica dos discursos, as fronteiras que delineiam essa nova forma de leitura estão sempre em contato com outras fronteiras epistemológicas, como as da sociologia, da história, da antropologia e da psicanálise.

Em outro momento da AD, Pêcheux (1975, p. 162) afirma que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com relação ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas”, chamando de *interdiscurso* o “todo complexo com dominante”.

Maingueneau (2008b) desenvolve algumas reflexões acerca da produtividade do conceito de formação discursiva para a AD e propõe que essa noção, entendida como posicionamento, seja tomada como unidade de análise. De início, o analista francês aponta a “dupla paternidade” da noção, retomando os trabalhos de Foucault e de Pêcheux. No caso do primeiro, para ele, é difícil “fixar o valor do conceito de “formação discursiva”, que se transforma sem cessar no fio da *Arqueologia do Saber*” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 12), na medida em que “oscila constantemente entre uma interpretação em termos de ‘regras’ e uma outra em termos de ‘dispersão’” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 10).

Sobre os postulados de Pêcheux, Maingueneau considera que a formulação da noção é mais evidente, sobretudo aquela que aparece em artigo escrito em colaboração com Claudine Haroche e Paul Henry (“A semântica e o corte saussuriano”). O fato de Pêcheux se fundamentar nos “clássicos do marxismo” permite a definição de FD como “determinando o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (PÊCHEUX, 1997, *apud* MAINGUENEAU, 2008b, p. 14).

Maingueneau (2008b, p. 12) ressalta que na definição de Pêcheux aparecem a “posição” e o “gênero”, esse último por meio dos exemplos dados, mas que a noção de posição não é a mesma de posicionamento: “o posicionamento se define no interior de um campo discursivo, enquanto a ‘posição’, da qual fala Pêcheux, é inscrita no espaço de luta de classes”. Maingueneau conclui que, desde a origem, a noção de formação discursiva é tomada sob duas problemáticas diferentes, que acabam por não definir claramente suas relações com o par gênero/posicionamento.

A partir desse quadro teórico, Maingueneau propõe a noção de primado do interdiscurso, que ocupa um espaço importante na constituição de uma metodologia específica de análise. Para compreendê-la, é central pensarmos no conceito de dialogismo elaborado por Mikhail Bakhtin (2011), para quem todo discurso se relaciona com discursos outros e com eles interage de maneira dinâmica. O dialogismo, desta forma, está relacionado à ideia de

diálogo entre os discursos, superando a ideia de que o enunciador ‘emite’ um discurso adâmico, ou seja, original e único. Com efeito, é a partir das relações entre os discursos que se constrói a identidade das formações discursivas. Tal como esclarece Cavalcanti (2006, p. 14),

O interdiscurso, isto é, o diálogo entre discursos, é condição necessária para que um dizer apareça. Reflexões como as de Bakhtin (1997) mostram que não existe uma essência, um discurso adâmico, mas que os discursos nascem da retomada de outros, constituem-se em relação a outros, seja em aproximações ou distanciamentos. Nesse sentido, acreditar em originalidade ou ineditismo seria ingenuidade ou pretensão.

A noção de primado do interdiscurso exige que o analista apreenda a interação dos discursos, a fim de observar como esses se constroem. Maingueneau (2008b) propõe, para tornar operacional este conceito, sua substituição pela tríade *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*. O primeiro, universo discursivo, refere-se a um conjunto de formações discursivas de todos os tipos, que aponta para o que o analista nomeia de extensão máxima, dificilmente apreensível; o segundo, campo discursivo, é o conjunto de formações discursivas que estão em relação de oposição, cujo conflito nem sempre é bem demarcado, pois essa “concorrência” pode se referir tanto ao “confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc ...” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 34); já o espaço discursivo estabelece limites, refere-se a um “subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados” (MAINGUENEAU, 1997, p. 117), formações discursivas essas que o analista presume como relevante dispor em relação para construir e confirmar suas hipóteses. Esmiúça Cavalcanti (2006, p. 33, grifos da autora) que

Maingueneau propõe isolar espaços discursivos, isto é, subconjuntos de formações discursivas relevantes para serem colocadas em relação pelo analista. Aquele construído por Maingueneau, a associação entre humanismo devoto e jansenismo, levou em conta ideias defendidas por especialistas, como a de que esse último se explicaria como uma ‘reação’ ao primeiro. Isolado o espaço discursivo, e no decorrer da pesquisa, o analista deve, então, confirmar ou não a hipótese de que a constituição do ‘um’ se dá a partir/sobre um ‘outro’ (noção de interdiscurso) que foi necessário sacrificar. Para Maingueneau, e aqui surge o segundo ponto que gostaríamos de destacar, a interação semântica entre as duas formações se dá como um processo de *interincompreensão regrada*, isto é, os elementos de um discurso são lidos de acordo com as categorias de seu outro, sob a forma de um simulacro.

Para o teórico francês, o primado do interdiscurso implica a noção de que a presença do “Outro” no discurso do “Mesmo” leva à constituição de uma “rede semântica” capaz de circunscrever um espaço de trocas entre os discursos. Maingueneau (2008b, p. 37) assevera que o outro “se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio”. Subsistem, então, a alteridade e a negação do discurso outro. Deslinda que

Disso decorre o caráter essencialmente dialógico de todo enunciado do discurso, a impossibilidade de dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo. Essa imbricação do Mesmo e do Outro retira à coerência semântica das formações discursivas todo caráter de “essência”, cuja inscrição na história seria acessória; não é dela que a formação discursiva retira o princípio da sua unidade, mas de um conflito regulado (MAINGUENEAU, 2008b, p. 37).

Possenti (2009a) endossa a definição e contribui para a compreensão do conceito de interdiscurso tal como definido por Maingueneau (2008b), sobre o qual comenta:

O interdiscurso, como definido por Pêcheux, lembra bem a noção de universo de discurso, como definido por Maingueneau. Reconhecer sua existência é, por um lado, uma obrigação, dado o quadro (é uma lapalissada). O conceito teoriza o "fato" de que um discurso não nasce de um retorno às próprias coisas, mas de um trabalho sobre outros discursos (Maingueneau: 1987:120), tese que, é bem verdade que na forma de tateios, é ainda mais radicalmente defendida - ou, melhor dizendo, mostrada - por Schneider (1985): “tudo já foi dito” é seu mote fundamental.

Salienta o analista brasileiro que é a partir desse conceito que se pode ilustrar a relação entre discurso e condições de produção, isto é, é possível especificar “como os discursos mantêm certa relação com a exterioridade” (POSSENTI, 2009a, p. 157).

Aprofundando nessa noção, os estudos de Jacqueline Authier-Revuz também forneceram aos analistas um importante método de apreensão desse encontro de discursos (o interdiscurso), em especial quanto à percepção de suas relações. De acordo com Authier-Revuz (1990, p. 29), “constitutivamente, no sujeito e no seu discurso está o outro”, afirma nesse ponto que a heterogeneidade é um traço de todo discurso, na medida em que a presença do Outro pode estar marcada ou não no fio do discurso.

Na heterogeneidade mostrada marcada, “um fragmento tem na cadeia discursiva um estatuto outro que releva da autonomia” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29), acompanhado de uma ruptura sintática (caso do discurso relatado) ou integrado à cadeia discursiva (aspas, glosas). Já as formas de heterogeneidade mostrada não marcada (discurso indireto livre, ironia

etc.) representam “uma outra forma de negociação com a heterogeneidade constitutiva” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 34), uma forma mais arriscada, segundo a analista, na medida em que há a diluição do Outro no um, caso em que esse último “pode ser enfaticamente confirmado mas também onde pode se perder” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 34).

A propósito da relação com o Outro como fundamento da discursividade, Maingueneau (2008b, p. 37) propõe ir além da distinção entre as heterogeneidades “mostrada” e “constitutiva”, discorre que a formação discursiva delimita o dizível e o interdito de um discurso e revela que “o Outro circunscreve justamente o dizível insuportável sobre cujo interdito se constitui o discurso”, com isso, não é preciso delimitar explicitamente, a cada enunciação, o território enunciativo do Outro. No espaço discursivo, a presença do Outro no discurso Mesmo se releva independente de marcas de alteridade, ele coexiste com o Mesmo do discurso, o que ocorre é um processo de dupla tradução, sempre determinado por uma rede semântica que constituiu o discurso. O analista traduz: “situações e protagonistas podem variar, mas eles serão analisados pela grade original, a mesma que assegura a identidade da formação discursiva” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 41).

E para alçar compreensão sobre quais os elementos constitutivos desse espaço de trocas, o interdiscurso, e, especialmente, sobre como se constituem os simulacros na relação do Mesmo com o Outro, Maingueneau propõe a existência de um sistema de restrições semânticas globais, abarcada por um conjunto de planos discursivos. Nosso trabalho, entretanto, direciona-se para outro recorte que é o do posicionamento do OESP. Ao mobilizar a noção de semântica global, nosso objetivo não é o de descrever ou analisar um processo de interincompreensão, mas, em alguma medida, analisar esse posicionamento.

[...] o interdiscurso não se encontra no exterior de uma unidade fechada sobre suas próprias operações. Certamente o posicionamento pretende nascer de um retorno às coisas, de uma justa apreensão do Belo, da Verdade etc., mas essa intenção de um termo que exorbita os discursos é na realidade atravessada por esses outros discursos. Esses posicionamentos são eles próprios inseparáveis de grupos que os elaboram e os fazem circular, gerindo-os (MAINGUENEAU, 2008a, p. 43).

## 2.2 Por uma semântica global

Como forma de desvelar melhor os mecanismos de constituição do *ethos* constituído a partir das práticas discursivas do nosso objeto, observaremos aspectos da semântica global desses discursos.

Para tal, examinaremos o conjunto de planos discursivos que fundamentam as diversas dimensões do discurso, que ocorrem dentro da ordem do enunciado e da materialidade linguística e, igualmente, no interior do campo da enunciação e das condições de produção do discurso, pois “não pode haver fundo, ‘arquitetura’ do discurso, mas um sistema que investe o discurso da multiplicidade de suas dimensões” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 76). O analista francês aponta a existência de um sistema de restrições semânticas globais, cujos planos são postos em relação dinâmica ao mesmo tempo em que produzem sentidos, desta forma, propõe que o pesquisador reconheça a multiplicidade de planos do discurso, sem que privilegie um em detrimento de outro(s).

Trata-se, com isso, de libertar-nos de uma problemática do signo, ou mesmo da sentença, para apreender o dinamismo da “significância” que domina toda discursividade: o enunciado, mas também a enunciação, e mesmo além dela, como se verá. Recusamos a ideia de que há, no interior do funcionamento discursivo um lugar onde sua especificidade se condensaria de maneira exclusiva ou mesmo privilegiada. [...] Não há mais, então, lugar para a oposição entre “superfície” e “profundeza”, que reservaria apenas para a profundeza o domínio da validade das restrições semânticas (MAINGUENEAU, 2008b, p. 22).

Reconhecer esse sistema de restrições semânticas norteia o analista quanto ao que pode ou não ser enunciado a partir de um dado posicionamento, que é nossa proposta analítica, na medida em que, para a AD, “a unidade de análise pertinente não é o discurso em si mesmo, mas o sistema de referências aos outros discursos através do qual ele se constitui e se mantém” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 43). Esse método é possível por meio da percepção das seguintes instâncias enunciativas, sugere Maingueneau (2008b): a intertextualidade, o vocabulário, os temas, o estatuto do enunciador e do destinatário, a dêixis enunciativa, o modo de enunciação e, por fim, o modo de coesão. Dentro de nossa proposta analítica, privilegiaremos a investigação do modo de enunciação do sujeito do discurso.

Não se restringe, elucida Maingueneau, ao âmbito textual o sistema de restrições semânticas de um discurso. Ele declara que “os diversos suportes semióticos não são independentes uns dos outros, estando submetidos às mesmas escansões históricas, às mesmas

restrições temáticas etc...” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 138), desse modo, as variadas dimensões do discurso são organizadas de acordo com princípios de funcionamento, conforme um conjunto de regras. No caso específico do nosso *corpus*, seleção de matérias do campo jornalístico, a prática intersemiótica é uma realidade.

Ao lançarmos mão do conceito de primado do interdiscurso e do modelo teórico-metodológico do sistema de restrições da semântica global para a constituição do movimento analítico desta pesquisa, será possível compreender a dinâmica e a constituição do *ethos* discursivo, cuja categoria de análise, tal como propõe Maingueneau (2011), servirá de fio condutor para analisarmos o *corpus* e para, sobretudo, apreendermos não só o que o sujeito do discurso jornalístico enuncia, mas também o “como”, ele enuncia. Na próxima seção, discorreremos sobre alguns conceitos de *ethos*, destacando alguns teóricos que forneceram molde ao conceito (do retórico ao discursivo), que vão amparar teórica e metodologicamente nossas análises.

### 2.3 Do *ethos* retórico ao *ethos* discursivo

A fim de compreender as relações entre os discursos e sua materialização, a AD resgatou da retórica aristotélica a noção de *ethos*, sob um outro ponto de vista epistemológico, que abarca noções como as de “tom” e de “voz” enunciativa, alargadas pelo conceito de “fiador”. Nas palavras de Maingueneau (2008a, p. 64), “além da persuasão pelos argumentos, a noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral da adesão dos sujeitos a um certo posicionamento”. Revela que o “tom específico que torna possível a vocalidade” (MAINGUENEAU, 2018, p. 73) também compõe os aspectos identitários de um posicionamento discursivo, o que cabe sobretudo ao estudo do objeto aqui proposto, o do discurso jornalístico.

Antes de esboçarmos conceitos de Maingueneau sobre a noção de *ethos*, que irá embasar essencialmente nossa pesquisa, consideramos indispensável reconhecer, mesmo que sumariamente, o caminho “da noção retórica de *ethos* à análise do discurso”, tomando de empréstimo os conceitos organizados na introdução de Ruth Amossy do livro *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*.

A primeira concepção de *ethos* que se pode precisar está inserida no contexto da retórica grega, que remonta à Antiguidade. O filósofo grego Aristóteles, autor da obra “Retórica”, trata, no que se refere ao conceito de *ethos*, da arte de persuadir no sentido de “garantir o sucesso do empreendimento oratório” (AMOSSY, 2018, p. 10), e se refere à



construção da imagem de si a partir do discurso. Sobre este conceito, Roland Barthes (1970 *apud* AMOSSY, 2018, p. 10) subsidia: “os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: é o seu jeito [...]. O orador enuncia outra informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo”. Isto é, o *ethos* é revelado a partir da enunciação sem estar evidenciado no texto. Tal como elucidada, brevemente, Catherine Fuchs (1985, p. 111-112) sobre a arte retórica aristotélica,

Arte ou técnica, isto é, um conjunto de “receitas” dirigindo-se para um sujeito concebido como agente produtor, criador de discurso, e visando permitir-lhe persuadir, convencer seu auditório (assim, no discurso argumentativo jurídico, deve-se sustentar “a favor” ou “contra” uma certa causa, e tentar conquistar a adesão dos juízes). As receitas da produção de tais discursos são, por conseguinte, diversificadas segundo os sujeitos e as situações de produção. [...] — o *ethos*, ou conjunto de parâmetros relacionados com o orador: a imagem que o orador pretende dar de si próprio, o papel e o lugar que o gênero oratório lhe atribui (em um discurso deliberativo, ele aconselhará a favor ou contra; em um discurso jurídico, acusará ou defenderá; em um discurso epidítico, louvará ou blasfemar).

A questão central do *ethos* aristotélico decorre da ideia de que o discurso deve revestir o orador com características virtuosas, como honestidade, sinceridade, a fim de que seja digno de crédito na perspectiva do auditório. Sob o ponto de vista aristotélico, a retórica não se encaixa em nenhum campo específico de conhecimento, trata-se de uma arte que ocupa todos os âmbitos cujo objetivo final seja o de “persuadir”, por isso, o emprego desta ‘técnica’ poderia ser bastante amplo.

Na retórica da idade clássica, a ideia de *mores oratori*, isto é, de hábitos oratórios, estava diretamente ligada aos hábitos reais do orador. Sua reputação enquanto ser social, sua imagem prévia, era tão ou mais importante do que seu discurso. Já na visão aristotélica, a ordem moral não é totalmente refutada, “pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade de quem fala” (ARISTÓTELES, 1356), no entanto, a imagem do orador poderia eclodir de sua maneira de dizer, de se dirigir ao público. Para o filósofo grego, pode-se construir uma imagem que se objetiva a partir de estratégias argumentativas específicas, e assevera que,

Uma vez que a retórica tem por objetivo formar um juízo (porque também se julgam as deliberações e a ação judicial é um juízo), é necessário, não só procurar que o discurso seja demonstrativo e digno de crédito, mas também que o orador mostre possuir certas disposições e prepare favoravelmente o juiz. Muito conta para a persuasão, sobretudo nas deliberações e, naturalmente, nos processos judiciais, *a forma como o orador se apresenta e*

como dá a entender as suas disposições aos ouvintes, de modo a fazer que, da parte destes, também haja um determinado estado de espírito em relação ao orador (ARISTÓTELES, 1378a, n.p, grifo nosso).

Para criar essa imagem positiva de si, o orador deve demonstrar três qualidades fundamentais, as das seguintes dimensões descritas por Aristóteles: a *phronesis* (razão/prudência); a *aretè* (virtude/honestidade); a *eunoia* (benevolência/solidariedade). A segunda característica, a *aretè*, é a que se refere à virtude do *ethos*. Há também, elucidada Ekkehard Eggs (2018, p. 30), um outro campo semântico para o *ethos* na retórica aristotélica, de “sentido neutro ou objetivo”, denominado *héxis*, relacionado aos “hábitos, modos e costumes ou caráter”, compreendido como a *maneira de ser* daquele que enuncia. A dimensão da *héxis* é também retomada pelo sociólogo Bourdieu (1977, p. 31) como uma técnica corporal que não se trata de uma habilidade natural mas sim adquirida a partir da competência linguística, e representa “todo o modo de permanecer no mundo social”. Em seus estudos sobre o exercício linguagem, discorre que

[...] a linguagem varia de acordo com o falante e de acordo com a relação da produção linguística, ou seja, de acordo com a estrutura da interação linguística (no caso de um diálogo, por exemplo) ou de acordo com a posição do falante/produtor no campo em consideração (no caso de uma produção escrita); a variação é a resposta à restrição simbólica exercida pela relação de produção e é manifestada, no caso de um diálogo, pelos signos visíveis (corpo *hexis*, uso da linguagem etc.) da relação que o interlocutor mantém com a linguagem legítima, assim como com a linguagem produzida pelo falante. O que se diz é um compromisso (como o sonho) entre o que seria dito e o que pode ser dito, um compromisso que depende, é claro, do que o orador tem a dizer, de sua capacidade de produzir, de apreciar a situação e o eufemismo, e também a posição que ocupa na estrutura do campo em que é expressa [...]. Mas a restrição exercida pelo campo depende das relações simbólicas de poder que são estabelecidas no momento dado (BOURDIEU, 1977, p. 33).

Há diversas categorias em comum entre os conceitos modernos de *ethos* e os da retórica aristotélica, como a distinção que as duas correntes fazem entre o ser no mundo (individual) e o ser discursivo (social), há, no entanto, uma diferença crucial entre esta visão e a da AD, sobre o que elucidada Vezelli (2016, p. 71):

Na visão aristotélica, o orador tem o controle da situação enunciativa, de seu discurso e de seu interlocutor, cujas reações ele tenta prever e influenciar. [...] essa ideia de sujeito independente que usa os meios argumentativos à própria discrição, escolhendo os argumentos mais adequados, fazendo uso

consciente da linguagem e construindo sabiamente as várias partes do discurso será posta em discussão por outros estudiosos, sobretudo da análise do discurso, segundo os quais o sujeito não escolhe livremente seus discursos, mas é influenciado por eles e é perpassado por outros discursos.

Nessa mesma linha, Maingueneau (1997) alerta que a discursividade não pode ser concebida como um “suporte de doutrinas” e o discurso não abarca uma estrutura de “visões de mundo”, ele é parte constitutiva da produção de sentidos. Aponta que a AD deve se dedicar a explicar a formação de certos enunciados e não outros e, de modo igual, tentar desvendar como “puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais” (MAINGUENEAU, 1997, p. 50).

A Linguística da Enunciação também se serviu da fonte da retórica antiga quanto ao conceito de *ethos*, no momento em que categorias retóricas são retomadas pelas ciências da linguagem, tal como assevera Amossy (2018, p. 10-11),

A construção de uma imagem de si, peça principal da máquina retórica, está fortemente ligada à enunciação, colocada no centro da análise linguística pelos trabalhos de Émile Benveniste. Efetivamente, o ato de produzir um enunciado remete necessariamente ao locutor que mobiliza a língua, que a faz funcionar ao utilizá-la. [...] De fato, a enunciação é por definição alocação; “ela postula um alocutário” e conseqüentemente uma “relação discursiva com o parceiro” que coloca as figuras do locutor e do alocutário em relação de dependência mútua.

Mas é no contexto da semântica pragmática de Oswald Ducrot que o termo *ethos* ganha espaço nas ciências da linguagem. O olhar de Ducrot se direciona para o ato de fala, para a própria enunciação, independente da figura que enuncia, e se distancia de uma possível “fonte” enunciativa, do sujeito falante. Para melhor elucidar, transcreve Maingueneau o conceito de *ethos* na perspectiva de Ducrot:

Não se trata de afirmações que o autor pode fazer a respeito de sua pessoa no conteúdo do seu discurso – afirmações que, ao contrário, correm o risco de chocar o auditório –, mas da aparência que lhe conferem a cadência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos... Em minha terminologia, direi que o *ethos* está associado ao L, o locutor como tal: é na medida em que é fonte da enunciação que ele se vê revestido de certos caracteres que, em conseqüência, tornam essa enunciação aceitável ou refutável (DUCROT, 1984 *apud* MAINGUENEAU, 2011, p. 14).

Neste sentido, a análise do *ethos* é direcionada para uma realidade que emerge do mundo intradiscursivo e do ato da enunciação, relacionados a uma “forma de dizer” do locutor como enunciador (locutor-L), mas não como “ser no mundo” (locutor-*lambda*).

Possenti elabora uma aproximação entre Ducrot e a AD. Elucida que, mesmo diante das distinções epistemológicas entre a semântica argumentativa (teoria do sentido da língua) e a AD, a questão está no foco da análise de materiais a que cada um destina seus esforços.

Além disso, talvez principalmente, o problema é que a AD e DUCROT dedicam-se à análise de materiais linguísticos distintos, o que leva a escolhas diversas de exemplos prototípicos. No que se refere aos implícitos e à polifonia, Ducrot privilegiou enunciados do cotidiano (bastante organizados, mas do cotidiano), enquanto a AD privilegia os de arquivo (POSSENTI, 2009, p. 142).

No tópico seguinte, descreveremos com mais detalhes a noção de *ethos* para o analista francês, mobilizada em nosso trabalho.

#### 2.4 A noção de *ethos* em Maingueneau

Em Maingueneau, a noção de *ethos* se relaciona com a ideia de que uma maneira de dizer “autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si” (AMOSSY, 2018, p. 16). A construção do *ethos*, dentro desta concepção, está relacionada com a manifestação da personalidade do enunciador por meio da enunciação, não só no contexto dos discursos orais, mas também dos escritos. O analista discorre sobre como esse olhar para o movimento do “corpo” que enuncia, também se tornou pauta para estudos da linguagem.

Parece claro que esse interesse crescente pelo *ethos* está ligado a uma evolução das condições do exercício da palavra publicamente proferida, particularmente com a pressão das mídias audiovisuais e da publicidade. O foco de interesse dos analistas da comunicação se deslocou, das doutrinas e dos aparelhos aos quais relacionavam uma “apresentação de si”, para o “look”. E essa evolução seguiu *pari passu* o enraizamento de todo processo de persuasão numa certa determinação do corpo em movimento (MAINGUENEAU, 2011, p. 11).

Em “A propósito do *ethos*”, Maingueneau (2011) aponta alguns obstáculos quanto à compreensão dessa noção. Na medida em que, diferente de outras categorias de análise, representações do *ethos* podem ser apreendidas antes mesmo que se dê a enunciação (*ethos* pré-discursivo). Destaca que

O problema é por demais delicado, posto que o *ethos*, por natureza é *comportamento* que, como tal, articula verbal e não verbal, provocando nos

destinatários efeitos multissensoriais (MAINGUENEAU, 2011, p. 16, grifos do autor).

Propõe o analista, na tentativa de delimitar “princípios mínimos” para a problemática da noção de *ethos*, que

- o *ethos* é uma noção *discursiva*, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala;
- o *ethos* é fundamentalmente um processo *interativo* de influência sobre o outro;
- o *ethos* é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada (MAINGUENEAU, 2008a, p. 63, grifos do autor).

Dentro do quadro teórico da AD, Maingueneau (2011, p. 17) indica que haja um deslocamento da percepção retórica de *ethos* para a discursiva, isto é, que “ultrapasse o domínio da argumentação”, e que leve em conta o processo de adesão dos sujeitos a determinado discurso. O analista sustenta que, além da situação de enunciação e do código linguageiro que mobiliza o discurso, é preciso levar em conta a adesão “física” do coenunciador à dinâmica imaginária do corpo enunciante para que se apreenda um posicionamento.

Nessa concepção analítica, aquele que enuncia é concebido como algo encarnado do enunciado, isto é, a representação de um corpo que se mostra por meio de uma “voz” e de um “tom” através do discurso. Nesse sentido, ao “fiador”, uma instância subjetiva encarnada que se revela a partir da leitura do coenunciador, atribui-se um “caráter” (traços psicológicos) e uma “corporalidade” (compleição corporal, uma forma de se vestir e de se mover no espaço social). Esse caráter e essa corporalidade derivam de “um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas” (MAINGUENEAU, 2013, p. 108), cuja enunciação pode alterar ou perpetuar esses modelos. E ao destinatário cabe identificar e partilhar um movimento do corpo, em um procedimento de “incorporação” que resulta em um “mundo ético”, desenhando um universo de sentidos a partir das representações sociais que a enunciação mobiliza. Encontra-se, nessa esfera, um dos elementos do poder de persuasão de um discurso, em que o leitor se identifica com o movimento do corpo do fiador.

A adesão do destinatário opera-se por um apoio recíproco da cena de enunciação (da qual o *ethos* participa) e do conteúdo apresentado. O destinatário se incorpora a um mundo associado a determinado imaginário

do corpo, e esse mundo é configurado por uma enunciação assumida a partir desse corpo (MAINGUENEAU, 2008a, p. 69).

O coenunciador, desta forma, incorpora e “assimila um conjunto de esquemas que correspondem à maneira específica de relacionar-se com o mundo” (MAINGUENEAU, 2018, p. 73) que emerge da enunciação que dá corpo àquele que enuncia, no contexto de representações sociais inseridas em um “mundo ético” desenhado pelo fiador. Mundo este em que vão se delineando, a partir da enunciação, estereótipos positivos ou negativos que circulam em um dado contexto social e discursivo. Substancia Cavalcanti (2006, p. 94) que,

Para Maingueneau (1993, 1995, 2001), estar em um determinado discurso não significa apenas adotar um ou outro enunciado, mas adotar um certo tom de voz, um comportamento, um *ethos*, que está em harmonia com o princípio organizador do estatuto dos enunciadores. Nas palavras do analista, o modo de dizer está associado a uma maneira de ser (e também àquela que se acredita ser, acrescentamos).

Em síntese, esta é a dinâmica dos efeitos de incorporação do *ethos* para Maingueneau: 1) a enunciação dá corpo ao fiador; 2) o coenunciador incorpora a maneira de o fiador habitar e se inscrever no mundo; 3) constitui-se um corpo de uma “comunidade imaginária” que adere a um mesmo discurso. E, na constituição de um mundo ético próprio, o *ethos* efetivo de um discurso, discorre o analista, resulta da ação das modalidades: *ethos* pré-discursivo, aquele que se apresenta antes do ato enunciativo; *ethos* discursivo (mostrado e/ou dito).

Diante da premissa de que o discurso “não resulta da associação contingente de um fundo e de uma forma” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 70), não se pode prescindir da conexão entre conteúdo e cena de fala, isto é, quando se enuncia também é convocado um lugar, uma posição enunciativa. O discurso, assevera Maingueneau (2008a), materializa-se em uma dada ordem sócio-histórica, associada a uma composição de conteúdos e ao modo como se constituiu a cena discursiva. O analista concebe esse conjunto discursivo de “cenas de enunciação”, compostas pelas seguintes unidades: cena englobante (tipo de discurso), cena genérica (gênero de discurso) e cenografia (construída pelo discurso). Para melhor compreendermos,

Por meio do *ethos*, o destinatário está, de fato, convocado a um lugar, inscrito na cena de enunciação que o texto implica. Essa “cena de enunciação” se compõe de três cenas, que propus chamar “cena englobante”, “cena genérica” e “cenografia”. A cena englobante atribui ao discurso uma

estatuto pragmático: publicitário, administrativo. A cena genérica é a do contrato associado a um gênero ou a um subgênero de discurso: editorial, o sermão. Quanto à cenografia, ela não é imposta pelo gênero, mas construída pelo próprio texto (MAINGUENEAU, 2008a, p. 70).

As duas primeiras cenas, a englobante e a genérica, compõem o que Maingueneau (2013, p. 97) nomeia de “quadro cênico do texto”, ou seja, integram o cenário em que serão constituídos os sentidos por meio da enunciação, relativo ao “espaço do tipo e do gênero de discurso”. Todavia, é através da cenografia que se valida a enunciação, dito de outra maneira, é por meio da situação de enunciação que a cenografia se estabelece, especialmente no contexto de cenas genéricas que permitem essa construção progressiva da cena de fala, no plano dos gêneros suscetíveis à variação cenográfica.

A construção da cenografia não é estanque ou estável, trata-se de um processo de “inscrição legitimante” por elementos que integram um discurso: enunciador, co-enunciador, em dado lugar e em certo momento de enunciação, que resultam em “certa situação de enunciação, um *ethos* e um ‘código languageiro’ (cf.infra) através dos quais se configura um mundo que, em retorno, valida-os por sua própria emergência.” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 51).

Em estudo recente, o analista reitera que “uma reflexão sobre o *ethos* não pode mais ser ignorada a existência de iconotextos que associam intimamente texto e imagem, com todos os problemas que levanta a hierarquização dos *ethé*” (MAINGUENEAU, 2016, p. 30). Dessa forma, é preciso ter em mente que uma prática discursiva é uma realização intersemiótica. Examinando, então, a cenografia, apreende-se a cena de fala produzida pelo discurso e ratificada pela enunciação. Desse modo, “a cenografia é, assim, ao mesmo tempo aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra: ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la” (MAINGUENEAU, 2018, p. 71), o que designa de enlaçamento paradoxal.

A partir da apreensão dos conteúdos produzidos no discurso e que são inerentes à cenografia erigida pela enunciação, é possível reconhecer o *ethos* constituído na e pela enunciação. O leitor, por sua vez, é “implicado na cenografia” montada a partir da enunciação, ele “participa ‘fisicamente’ do mesmo mundo do fiador” (MAINGUENEAU, 2018, p. 90).

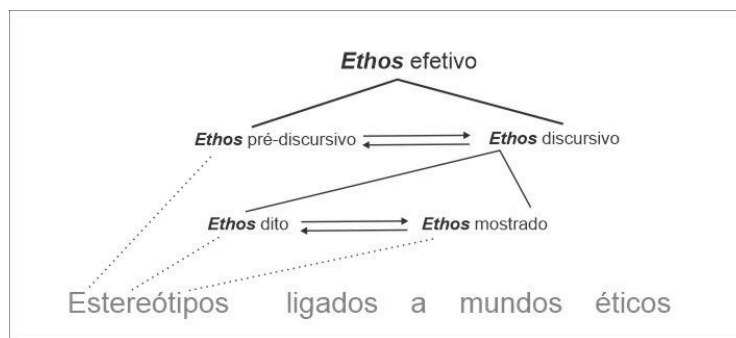
Na composição da cenografia também pode haver a presença de cenas estabelecidas a partir de memórias coletivas, o que Maingueneau (2013, p. 102) aponta como “cenas validadas”, que podem se apresentar como “estereótipo autonomizado, descontextualizado,

disponível para reinvestimentos em outros textos”. Essas cenas se assentam na formação de modelos/padrões sociais que se reproduzem nas mais diversas esferas discursivas, e seu uso pode ser modalizado de acordo com o posicionamento de quem enuncia. Mas Maingueneau (2016, p. 26) alerta que,

Se tomarmos a nossa tripartição da cena da enunciação em cena englobante / cena genérica / cenografia (MAINGUENEAU, 1998a), podemos dizer que o *ethos* é obrigatório nesses três níveis, e não simplesmente ao nível da cenografia, ou seja, a configuração na cena singular que instaura a enunciação.

O *ethos* de um discurso é parte integrante da cena de enunciação, tal como os outros elementos pregnantes: vocabulário, meio de circulação, contexto sociodiscursivo, bem como é resultado, explica Maingueneau (2008a), da relação entre o *ethos* pré-discursivo, relativo à imagem que o coenunciador elabora do enunciador, antes que este último se expresse, e o *ethos* discursivo, que compreende o *ethos* mostrado, que se encontra no nível do implícito, construído no ato da enunciação, e o *ethos* dito, em que o enunciador “evoca sua própria enunciação”. Para ilustrar essa dinâmica, o analista monta a seguinte representação:

**Figura 5:** Esquema de *ethos*



Fonte: MAINGUENEAU, 2008a, p. 71.

Destarte, torna-se essencial trabalhar com a noção de *ethos* vislumbrando que os enunciados materializam, como postula Maingueneau (2008), uma “maneira de dizer” e uma “maneira de ser” do sujeito. Revela o analista que duas foram as razões que o levaram a fazer uso da noção de *ethos*: “seu laço crucial com a reflexividade enunciativa e a relação entre corpo e discurso que ela implica” (MAINGUENEAU, 2018, p. 70). Da materialização do *ethos* também se constrói a cena de enunciação e, nesse cenário, delinea-se um processo de “adesão” dos sujeitos a determinados discursos. Por meio da enunciação, emerge a figura do



“fiador” que estabelece a conexão entre o que se fala e o mundo que se constituiu a partir da enunciação, que “leva o destinatário a identificar-se com o movimento de um corpo [...] investido de valores historicamente especificados” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 72). Tal como desvela Cavalcanti (2011, p. 174) acerca do *ethos* do sujeito jornalista

As escolhas lexicais são pistas do lugar social e ideológico de onde os sujeitos enunciam, da posição que ocupam em dado discurso. Essas escolhas não são individuais, apesar de os sujeitos terem a ilusão de que podem controlar o sentido (Pêcheux; Fuchs, 1975), mas condicionadas por essa posição.

Nesse estudo, a pesquisadora demonstra como a forma de referenciar os fatos/objetos dos enunciados, expressa, por exemplo, nas retomadas anafóricas, são determinantes para a constituição da “tonalidade” de voz do(s) discurso(s), fornecendo indícios do posicionamento ideológico a que adere o jornalista/jornal.

Maingueneau (2008a, p. 69) aventa o fato de haver apagamento do enunciador no contexto de alguns gêneros, no cenário de enunciados jurídicos, científicos, por exemplo, o que, segundo o analista, “não impede que se caracterize a fonte enunciativa” no que tange ao *ethos* produzido por um fiador. No caso do discurso jornalístico, há textos provenientes de gêneros que promovem esse “apagamento” também como forma de funcionamento enunciativo, ou melhor, o *ethos* que emerge de um fiador inserido no gênero notícia ou reportagem, por exemplo, supostamente se constituiu a partir de atributos de objetividade, neutralidade, imparcialidade.

## **2.5 Destacabilidade e aforização: possíveis leituras do discurso jornalístico**

O discurso jornalístico se difere essencialmente dos discursos constituintes, tal como o religioso, o científico, o filosófico, entre outros, cuja pretensão “é de não reconhecer outra autoridade além da sua própria” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 37). Uma das especificidades do discurso jornalístico é o de legitimador de outros discursos, por isso, contém a função central de retomar, reformular e divulgar, com filtros semânticos e ideológicos, interpretações sobre os acontecimentos. Nesta perspectiva analítica, a prática habitual de se destacar enunciados no campo jornalístico fornece ferramentas para analisarmos possíveis produções de efeitos de sentido sobre os mais variados assuntos.

O conjunto de veículos midiáticos se diversificou com a evolução das formas de divulgação e se tornou um importante canal de mobilização sócio-ideológica, representando variados grupos, instituições, organizações. E, dentre tantas estratégias de comunicação, a esfera midiática lança mão da “fragmentação”<sup>8</sup> de textos, o que promove uma rápida propagação e circulação de informações, tal como assevera a pesquisadora Alice Krieg-Planque (2011, p. 30), para quem a página de jornal

[...] evoluiu ao longo da história para um espaço cada vez mais fragmentado, rubricado, recortado, que impõe formatos de artigos mais curtos e dotados de elementos paratextuais numerosos: títulos, subtítulos, intertítulos, slogans, palavra-chave, destaques, legendas.

Os produtos jornalísticos, desta forma, precisam ser fabricados em menos tempo e em um menor espaço dentro do jornal, por isso, reforça Krieg-Planque (2011), os jornalistas põem em circulação “pequenas frases”. Em nosso trabalho, questionamo-nos sobre como realizar leituras com a presença dessa “fragmentação” típica do discurso midiático, em que há abundância de frases que circulam fora do texto, para tanto recorremos a Maingueneau, que explicita

[...] um problema se coloca quando temos de tratar de enunciados que se apresentam fora de qualquer texto, geralmente constituídos de uma única frase. Chamamos esses enunciados de “enunciados destacados”. Eles são de tipos muito diversos: *slogans*, máximas, provérbios, títulos de artigos de imprensa, ditados, intertítulos, citações célebres etc. Devem-se distinguir duas classes bem diferentes, segundo o seu “destacamento”: 1) é *constitutivo*: é o caso em particular das fórmulas (provérbios, *slogans*, divisas...) que por natureza são independentes de um texto particular; 2) ou *resulta da extração* de um fragmento de texto: encontramos, então, em uma lógica de citação (MAINGUENEAU, 2012, p. 1, grifos do autor).

Esses destacamentos do texto não ocorrem aleatoriamente, o enunciador do texto-fonte pode dar destaque a alguns fragmentos, um processo nomeado de sobreasseveração.

A sobreasseveração é uma modulação da enunciação que formata um fragmento como candidato a uma des-textualização. Trata-se de uma operação de destaque do trecho em relação ao entorno textual, que é efetuada por meio de marcadores diversos: de ordem aspectual (genereicidade),

---

<sup>8</sup> O uso das aspas se deve ao fato de que, tal como elucida Maingueneau, “um texto possa ser constituído de uma única frase” (2015, p.132), isto é, talvez uma frase “sem texto” não seja exatamente fruto de uma fragmentação textual.

tipográfica (posição de destaque em uma unidade textual), prosódica (insistência), sintática (construção de uma forma pregnante), semântica (recurso aos tropos), lexical (utilização de conectores de reformulação) (MAINGUENEAU, 2012, p. 2).

Nesta perspectiva, podemos pensar na constituição dos diversos cenários montados a partir dos inúmeros casos de destacabilidade de textos com o advento da diversificação da mídia e dos usos dos espaços de informação e de circulação de sentidos. No caminho para desvelar esses cenários, Maingueneau (2014) elucida que “não basta constatar que certas frases foram destacadas de um texto”, é necessário que se reconheça que não se tratam de enunciados autônomos, há no texto-fonte alguns fragmentos com características destacáveis, isto é, há sequências que reúnem marcas que certificam, ou melhor, que asseguram que aquela frase seja altamente notável (enunciação aforizante). Maingueneau (2014, p.15) sustenta que uma sequência sobreasseverada se identifica de variados modos:

- por uma posição saliente [...];
- por um valor generalizante ou genérico;
- por uma estruturação pregnante de seu significante [...] e/ou do significado;
- pela metadiscorso: em particular por meio de retomadas categorizantes [...] ou de conectores de reformulação [...]

E, apura o analista francês, que o enunciador incorre em tentativas de antecipar o destacamento, isto é, de sobreasseverar trechos, com o objetivo de controlar os efeitos de sentido que almeja ao enunciar, mas que, de fato, aquele que vai comunicar sobre seu enunciado será o responsável por recortar, quebrar o texto-fonte em pedaços para “convertê-los em ganchos” (MAINGUENEAU, 2014, p. 16), o que resulta no que nomeia Maingueneau de “pequenas frases”.

Essa estratégia comunicativa, bastante utilizada pela imprensa escrita, por exemplo, está relacionada à evolução da comunicação para uma configuração mais curta, mais expressa, que reforce a possibilidade de que circule mais rapidamente fragmentos de discurso que possam se tornar aforizações.

Dessa forma, os enunciados destacados são geralmente curtos, possuem a forma de uma única frase, transmitem posicionamentos discursivos específicos e abarcam características que auxiliam na sua repetição ou na sua retomada, e não provêm, necessariamente, de sequências destacáveis, mas vai depender do tom, da estrutura pregnante, do efeito generalizante do enunciado para que funcionem como tal. Já os enunciados

destacáveis, figurados pelas “pequenas frases”, surgem a partir de uma necessidade enunciativa.

Nas últimas reflexões epistemológicas sobre destacamento, Maingueneau (2014) atribui-lhe novos significados, o que nominava de enunciados “destacados automatizados e não-automatizados”, em *Cenas de Enunciação* (2008), optou pelos termos “destacamentos fortes ou fracos”, em *Frases sem texto* (2014). O primeiro conceito “implica uma separação do texto-fonte”, o segundo se refere ao caso em que “a frase destacada fica contígua ao texto-fonte” (MAINGUENEAU, 2014, p. 18). E, para nosso caso analítico, Maingueneau (2014, p. 19) discorre que “na imprensa escrita, como nos sites da *web*, as sobreasseverações são candidatas naturais ao destacamento fraco, na forma de manchetes, de intertítulos, ou de legendas de fotos”. No entanto, há casos, como vamos verificar nas leituras das frases extraídas dos artigos que recortamos para análise, em que não se tem acesso imediato ao texto-fonte, especialmente quando o sujeito do discurso jornalístico destaca/fragmenta enunciados sobre os quais é bastante difícil conferir sua origem, o que também dificulta recuperar se houve sobreasseveração por parte do enunciador do texto-fonte.

Sobre a questão da “interferência” do sujeito da comunicação sobre os enunciados-fonte, Maingueneau (2014, p. 23) expõe que “o enunciado raramente é idêntico à sequência a qual se imagina que ele corresponda no texto-fonte”. Em outras palavras, dificilmente há fidelidade ao texto inicial, como reforça o analista, em especial no campo da comunicação midiática. E quanto mais forte for o destacamento, mais essa infidelidade fica exposta.

No terreno da mídia, o caminho do processo de destacamento é o de que haja um “deslocamento” comunicativo: do fenômeno da sobreasseveração ao que o analista francês nomeia de aforização. E sobre a questão do deslocamento, constata Possenti (2014, p. 7), na apresentação da obra *Frases sem Texto*, “é que tais frases adquirem o estatuto de aforizações”, no processo em que frases são postas a circular como se tivessem eclodido fora de textos.

Enquanto a sobreasseveração cria relevos dentro do próprio texto, a enunciação aforizante reivindica a saída do texto e quer circular fora dele. Nessa medida, a aforização não é destinada a manifestar-se através das sentenças ou dos enunciados sentenciosos, “mas se aplica ao conjunto das frases sem texto” (MAINGUENEAU, 2014, p. 27). De acordo com Maingueneau (2014, p. 28), a enunciação aforizante

obedece a uma economia diferente da do texto. Enquanto o texto resiste à apropriação por uma memória, a enunciação aforizante se dá imediatamente

como memorável e memorizável. Não é a articulação de pensamentos de um ou de vários locutores por meio de diversos modos de organização textual, mas a expressão de uma convicção, posta absolutamente: nem resposta, nem argumentação, nem narração..., mas pensamento, tese, proposição, afirmação, sentença...

A aforização, nesta medida, busca o *status* de ‘verdade’, pretende-se originária de uma ‘Fonte Transcendente’ (Maingueneau, 2010, p. 14) do que diz. O enunciado aforizado/aforizante pode surgir de uma sequência que não tenha sido sobreasseverada, ou melhor dizendo, é possível que os enunciadores se tornem sobreasseveradores involuntários. Essa noção, portanto, não compõe um conjunto de outras frases reunidas e coesas, o que não significa, entretanto, que essas expressões circulem de forma descontextualizada, ou melhor, a dimensão enunciativa não é desprovida de contexto.

Mas essa “contextualidade” difere segundo se trate de uma aforização primária ou secundária, destacada de um texto. [...] as aforizações primárias são desprovidas de texto-fonte. Seu sentido é uma espécie de instrução sobre as condições de emprego: ele delimita *a priori* o tipo de contexto nos quais podem ser empregados. [...] Em contrapartida, as aforizações secundárias, que nos interessam particularmente neste livro, são consideradas em dois contextos efetivos: um contexto-fonte e um contexto de recepção (MAINGUENEAU, 2014, p. 30-31).

No âmbito do discurso jornalístico não é raro que haja silenciamento de aspectos importantes do contexto-fonte, o que seja, talvez, uma forma de legitimar sua pretensa objetividade.

A aforização primária se refere aos ditados, às máximas, aos provérbios que circulam independentes de qualquer enunciação. Mas o contexto de aplicação pode ser variado, o que depende também do contexto de recepção e de possíveis ressignificações de efeitos de sentido que se processem ao longo de tempo. A aforização secundária, tipo frequentemente utilizado pelas mídias, refere-se a frases retomadas por um processo de destacamento de um texto, que podem originar duas categorias: destacamento forte ou fraco. No primeiro tipo, os enunciados circulam distantes dos textos-fontes e nem sempre é possível recuperar sua procedência. Ao passo que, no destacamento fraco, os enunciados são adjacentes ao texto-fonte, o que não implica que haverá uma reprodução ou uma fidelidade a esse texto.

Diante desses conceitos, para nossas análises, *ipso facto* nos interessa a aforização secundária, na medida em que “elas apontam para um acontecimento enunciativo, situado no tempo e no espaço, referido a um enunciador, seja ele lendário ou fictício, ou até mesmo não identificado” (MAINGUENEAU, 2014, p. 32). Além disso, a aforização nos interessa

também porque produzir enunciados aforizantes, na forma de destacamento de um texto-fonte, é um itinerário enunciativo habitual da máquina midiática, que se vale frequentemente de citação de “pequenas frases”, ou citações em paratextos, títulos, intertítulos, legendas de fotos.

No universo jornalístico, por exemplo, é bastante habitual que um enunciado que faça parte do corpo do texto seja retomado fora dele, em um processo de aforização que altera seu estatuto pragmático e a produção de sentidos, cuja “recontextualização ativa potencialidades semânticas incontáveis” (MAINGUENEAU, 2014, p. 31). Sobre o que assevera o analista,

Existe uma tensão irreduzível entre o próprio princípio do discurso relatado, que delega a responsabilidade do dizer àquele que cita, e a própria natureza do estilo direto que simula dar a palavra ao locutor citado. Desde que existe a linguagem, há os que afirmam que suas frases foram distorcidas, “descontextualizadas”. No caso da aforização, essa tensão é levada ao paroxismo, na medida em que não se trata de uma citação comum. A aforização não se apresenta como um fragmento de texto, mas como um **enunciado autossuficiente**, situado ao mesmo tempo “no” texto em que está inserido e “fora” de qualquer texto (MAINGUENEAU, 2014, p. 40, grifo nosso).

No decurso da aforização, destaca Maingueneau (2014, p. 40), não deve haver “vestígios do processo enunciativo efetivo”, isto é, os enunciados aforizados devem estar dispostos de forma autônoma do texto-fonte, pois “a lógica da aforização é a de apagar tanto as marcas de inscrição num ambiente textual quanto seu pertencimento a um gênero de discurso”. De fato, nos títulos das matérias isso ocorre, mas, por vezes, no corpo do texto, o jornalista faz remissão ao contexto-fonte. Entretanto é necessário sublinhar que ao mesmo tempo em que se opõe à textualização, a aforização se assenta no interior de um texto que, por sua vez, se manifesta a partir de um gênero de discurso. Portanto, a natureza da enunciação se dá por meio de duas categorias: através dos textos (enunciação textualizante, dos gêneros do discurso) ou através das “frases sem texto” (enunciações aforizantes autônomas/originais - ou destacadas de textos/derivadas).

O sujeito do discurso jornalístico elege trechos em detrimento de outros para construir o discurso que representa o posicionamento da empresa que representa, e é aqui que as “exigências de ordem deontológica encontram seus limites” (MAINGUENEAU, 2014, p. 25), visto que “em matéria de fidelidade ao texto-fonte, a comunicação midiática contemporânea é, em geral, ostensivamente frouxa” (MAINGUENEAU, 2014, p. 25).

O analista também constata que, geralmente, na máquina midiática, as aforizações apresentadas provêm de tipos sociais conhecidos, famosos, que tenham alguma evidência social, mas a própria aforização pode produzir esse destaque diante de acontecimentos significativos naquele contexto, dado que, “o ato mesmo de conferir a um indivíduo o estatuto de aforizador destaca-o da multidão e converte-o em autoridade, ainda que efêmera” (MAINGUENEAU, 2014, p. 38). O ofício do aforizador é o de “*Subjectum*: nele coincidem sujeito de enunciação e Sujeito em sentido jurídico e moral” (MAINGUENEAU, 2015, p. 134), é alguém que responde pela sua fala nos mais diversos cenários discursivos, ele não sofre variação.

Para reconhecer as marcas dos processos de aforização, é imperativo identificar traços de seu *modus faciendi*. De um enunciado não emerge somente a voz citada ou a voz citante, pois “quando um locutor fala, ele não se contenta em expressar suas próprias opiniões; ao contrário, ele faz ouvir diversas outras vozes, mais ou menos claramente identificadas”, afirma Maingueneau (2013, p. 163) em alusão à noção de polifonia. O analista reforça que os planos de enunciação de um texto são mutáveis, cuja instabilidade é comum, por exemplo, em gêneros jornalísticos, em que o enunciador-locutor pode simular vozes das quais ele se aproxima ou se distancia. Em tal medida, o autor da matéria jornalística retoma e transforma as asserções geradas em uma enunciação anterior.

Aquele que realiza a enunciação, o locutor, lança mão de estratégias enunciativas para manifestar o discurso relatado. Uma delas é recorrer ao uso de marcador específico para se distanciar de um ponto de vista do produtor do enunciado, técnica que Maingueneau (2013) designa por *modalização em discurso segundo*, que se realiza, por exemplo, por meio do emprego de modalizadores, através do qual remete a discursos de outrem e explica sua própria fala.

Outro modo de discurso relatado se refere ao discurso direto, cuja finalidade primeira é a de separar a enunciação citante da citada, visando produzir um efeito de autenticidade, isto é, o sujeito que recorta um enunciado citado simula uma cena de reprodução da fala anteriormente realizada. Maingueneau (2013, p. 182) explica que “a situação de enunciação citada é reconstruída pelo sujeito que a relata [...] a descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado”. O discurso direto é frequentemente utilizado em textos da imprensa escrita na medida em que os autores do discurso jornalístico empenham-se em criar uma aura de “genuinidade”, cuja veracidade é atestada por meio da “reprodução” de falas “realmente” enunciadas, em que o enunciador citante procura se afastar do já-dito, em que marca a fronteira que o aparta de enunciações anteriores, ou porque quer

construir um ambiente de objetividade do discurso. O uso das aspas, por exemplo, busca patentear o enunciado citado.

Quando é destacada de um texto, a aforização faz parte de uma lógica de discurso relatado em estilo direto. O que é posto em cena é, com efeito, uma *fala* autêntica, do significante e do significado, uma *voz* singular que diz *aquelas palavras*. As aspas desempenham, assim, com frequência, um papel crucial para atestar a existência efetiva da aforização (MAINGUENEAU, 2014, p. 33).

Há também casos em que não há o uso de aspas e sim outros marcadores como verbos *dicendi* ou a marca tipográfica itálico que introduzem a fala do citado, remodelando-a. E mesmo em um discurso direto com o uso de aspas, o texto pode sofrer reformulações pelo locutor, dependendo da intenção enunciativa.

Mais um modo de discurso relatado é o discurso indireto, bem menos utilizado pela mídia do que o discurso direto, pois o sujeito do discurso ao fazer uso desse método acaba por imprimir ao enunciado seu ponto de vista sobre a fala do outro, o que se distancia da intenção do campo jornalístico de produzir efeitos de “objetividade” ou de emitir opiniões que sejam mais próximas de uma “verdade” dos fatos.

Outra ferramenta enunciativa bastante empregada pela mídia impressa e que, tal como a aforização, também serve de dispositivo de destacamento, refere-se à publicação da foto do rosto do aforizador. É no rosto, expõe Maingueneau (2014, p. 46), que se localiza os traços identitários de um indivíduo, que está a “sede do pensamento e de valores transcendentais”, e onde está a boca, “fonte da fala e, portanto, da aforização”. A exposição do rosto do locutor nos textos jornalísticos “autentica a aforização como sendo sua *fala*, aquela que faz dele um Sujeito” (MAINGUENEAU, 2013, p. 238).

Certamente, há diversos elementos enunciativos que compõem a cena da aforização de um texto jornalístico, os quais identificaremos e esboçaremos no contexto da dinâmica analítica do nosso *corpus*. Mas, apontamos, desde já, os principais motivos que levam as mídias a lançarem mão do recurso da aforização, tal como descreve Maingueneau (2013, p. 237):

- a aforização tem por efeito personalizar os enunciados. [...] Em uma máquina midiática particularmente voltada para o testemunho direto, é preferível citar um enunciado atestado que ler um texto;
- tem também um efeito de dramatização: um enunciado enfático, que engaja uma tomada de posição forte convém particularmente à espetacularização midiática;



- permite chamar a atenção do público: atrai o olhar sobre uma página de jornal ou de revista [...];
- é econômica: o enunciado destacado deve condensar a mensagem da pessoa evocada [...];
- inscreve-se na evolução atual da imprensa escrita [...] que vai no sentido de estilhaçamento do texto em módulos curtos e do desenvolvimento do visual [...].

Diante dessa problemática, a das “frases sem texto”, proposta por Maingueneau (2014), em nossa pesquisa nos empenhamos em compreender, ou melhor, apreender a possível constituição do *ethos* do sujeito do discurso jornalístico do OESP ao lançar mão, além de outras estratégias, da modalidade enunciativa da destacabilidade.

### III

#### **A investigação: como é e como diz o sujeito do discurso jornalístico do OESP**

A constituição e a organização do *corpus* é uma importante etapa da metodologia das pesquisas em Análise do Discurso, pois representam ações fundamentais para delimitação do objeto de pesquisa, conforme esclarece Maingueneau (2008, p. 138): “é o ponto de vista que constrói um *corpus*, que não é conjunto pronto para ser transcrito”.

O autor explica que compor um *corpus* ultrapassa as exigências epistemológicas das ciências sociais, agrava-se aqui o projeto metodológico da AD: “é problemático na medida em que coloca em jogo a própria concepção da discursividade, sua relação com as instituições e o papel da análise do discurso” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 139). Para tal empreitada, a de constituir o material de análise em AD, Maingueneau elabora a diferença essencial entre textos e *corpus*, que se refere à abordagem discursiva e ao papel do próprio pesquisador diante de seu objeto. O analista do discurso deverá dar forma a uma configuração já existente dos textos selecionados, não como um trabalho de homogeneização ou apagamento das contradições de que se constituem os enunciados, mas empenhando esforços para categorizar de acordo com o espaço institucional em comum e o/os posicionamento/os, perceptíveis a partir de hipóteses do pesquisador, geradas com base nas condições de produção e na própria materialidade linguística dos textos.

#### **3.1 Clipping: a montagem do *corpus* de análise**

Em conformidade com os postulados de Maingueneau acerca da constituição de *corpora* em AD, montamos um *corpus* composto por cenas genéricas diversas: reportagens, notícias, artigos de opinião, entrevistas, editoriais, veiculados no OESP em 1989 e 2006, anos em que Lula concorreu ao primeiro pleito presidencial e o último, em que foi reeleito, respectivamente. Referente ao ano de 1989, nosso *corpus* de análise é composto por dois artigos de opinião, um editorial, uma notícia e duas reportagens. E, no contexto do ano de 2006, nosso *corpus* de análise é constituído por dois editoriais, uma entrevista, uma notícia e duas reportagens.

Por meio da análise do *tom* discursivo que emerge da *voz* presente nos textos publicados por esse representante da grande mídia brasileira, quando a pauta jornalística se refere ao político Luiz Inácio Lula da Silva, analisaremos, fundamentados no referencial

teórico apresentado no capítulo anterior, a constituição do *ethos* do sujeito do discurso jornalístico do OESP, a partir da apreensão dos fenômenos de destacabilidade, sobreasseveração e aforização no *corpus* considerado. Nossas análises também ensejam apreender essas características com base na compreensão do sistema de restrições semânticas globais, qual seja, o conjunto dos planos discursivos – a intertextualidade, o vocabulário, os temas, o estatuto do enunciador e do destinatário, a dêixis enunciativa, os modos de enunciação e coesão - inscritos historicamente, que se apresentam em um espaço de regularidades enunciativas.

A fim de analisarmos a *maneira de ser* do sujeito do discurso do OESP a partir da *maneira de dizer* sobre o personagem político Luiz Inácio Lula da Silva, selecionamos o material para análise dentro do acervo *online* do jornal, que contém cópias dos jornais impressos, veiculados nos períodos investigados (1989 e 2006). E também pesquisamos no *site* do OESP, em espaço denominado “Agência Estado”, os textos publicados de modo *online*, equivalentes aos veiculados em 2006 por via impressa. O critério de escolha se baseou na triagem de matérias cujo tema central se tratasse de Lula, e que, em sua maioria, tivessem as datas de veiculação próximas aos meses do primeiro e segundo turnos dos pleitos de cada ano, visto que verificamos um aumento significativo no número de publicações sobre o personagem nesses períodos, mas também foram eleitas matérias fora desses períodos que tivessem algum elemento paratextual mais evidente, como fotografias e frases destacadas de Lula ou de outros personagens políticos. As seções das quais coletamos as matérias ocupam as primeiras páginas e se encontram em posição de destaque no jornal, e os textos selecionados têm como assunto central o ex-presidente Lula e, em geral, apresentam enunciados destacados de suas falas.

Levantamos dados de arquivos da edição nacional do periódico, nos anos de 1989 e 2006, a partir do uso da palavra-chave “Lula”. Foram exibidas 960 ocorrências de janeiro a dezembro de 1989 e, em 2006, totalizaram-se 1932. Dentre os arquivos localizados, elegemos matérias jornalísticas que apresentassem referência direta a esta figura política e que contivessem, preferencialmente, imagens fotográficas de Lula, pois, tal como retrata Maingueneau (2014, p. 45): “na mídia contemporânea, a aforização é muito frequentemente associada a uma foto, às vezes um desenho, do rosto do aforizador”.

Para compreendermos que elementos compõem esses textos, quanto à estrutura linguística, ao estilo e ao conteúdo temático, apresentaremos, sinteticamente, no próximo item, características sobre os gêneros jornalísticos eleitos para composição do *corpus*.

### 3.2 Breve exposição sobre os gêneros jornalísticos selecionados

Não pretendemos esgotar a descrição de características dos gêneros jornalísticos elencados para nossa investigação, mas sim esboçar algumas propriedades das cenas genéricas para orientar as análises.

Os elementos a seguir foram fundamentados nos estudos de José Marques de Melo (2003), que elegeu dois critérios para empreender as classificações de gêneros próprios do campo jornalístico: a intencionalidade de “reproduzir o real” ou de “ler o real”. Com o primeiro, o jornalista observa e descreve fatos e, ao “ler o real”, o intuito é o de analisar os fatos e emitir “avaliação possível dentro dos padrões que dão fisionomia à instituição jornalística” (MELO, 2003, p. 63). O jornalismo, explica Melo, é sistematizado ao redor de dois focos de interesse: informar e opinar, ou seja, produzir o relato dos fatos e o ponto de vista sobre os fatos. Por isso, a fim de organizar as categorias do jornalismo de acordo com esses conjuntos de interesse, o cientista da comunicação adota uma dupla divisão de categorias do jornalismo, a do jornalismo informativo e a do jornalismo opinativo. Revela que

Os gêneros que correspondem ao universo da informação se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) [ou articulistas] estabelecem em relação aos protagonistas (personalidades ou organizações). Já no caso dos gêneros que se agrupam na área da opinião, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião) (MELO, 2003, p. 65).

A seguir, apresentamos uma breve descrição, elaborada por Melo (2003), dos gêneros dos quais lançaremos mão em nossas análises.

- a) Artigo de opinião: um dos traços que constitui esse gênero refere-se à liberdade de conteúdo e de forma do texto, no qual o articulista que deve abordar fatos ou entendimentos sobre a atualidade, elaborando análises mais aprofundadas dos acontecimentos. É o espaço próprio para que o destinatário visualize de forma evidente o ponto de vista do locutor, na medida em que “o leitor a procura exatamente para saber como o articulista (em geral, personalidade destacada), pensa e reage diante da cena atual” (MELO, 2003, p. 123). Do ponto de vista formal, os artigos de opinião podem representar um ensaio curto, mais convencional, conter

juízos mais ou menos provisórios, ou ensaio longo, cujo tratamento dado ao tema requer mais maturação e pontos de vista mais definitivos. Esse tipo é menos comum e ocupa mais comumente edições especiais do jornal. O ensaio curto divide-se entre doutrinário e científico. O primeiro está determinado a discorrer sobre questões atuais ao mesmo tempo em que recomenda ao leitor que faça o mesmo julgamento da realidade. “Aqui, o articulista participa da vida em sociedade, denotando sua condição de intelectual comprometido com o presente” (MELO 2003, p. 124). O segundo, o “científico”, está destinado a divulgar os avanços científicos de maneira mais elaborada, com reflexão sobre novos conceitos. Para essa pesquisa, selecionamos artigos de teor doutrinário. Os articulistas, geralmente, são representados por colaboradores externos (pesquisadores, professores, políticos) ou, com menos frequência, por jornalistas consagrados que pertençam ao quadro do jornal.

b) Editorial: nesse gênero é manifestada a opinião oficial de uma empresa jornalística. No jornalismo industrial, elucida Melo (2003), o espaço editorial retrata a reunião ou o acordo entre os pontos de vista do núcleo que comanda a organização (anunciantes, acionistas majoritários, setores do Estado, entes da política). Um dos atributos principais desse gênero é a impessoalidade, não há assinatura personalizada e, também, no editorial, o objetivo central não é o de relatar fatos, mas sim emitir juízos de valor sobre eles. De acordo com Beltrão (1980, *apud* MELO, 2003). pode ser classificado quanto à morfologia: artigos de fundo (principal); *suelto* (análise breve sobre fatos da atualidade); nota (registro de uma ocorrência, que prevê consequências de fatos). Quanto à topicalidade: preventivo (alerta o leitor quanto a mudanças de cenário); de ação (reflete sobre a repercussão de um fato); de consequência (emite opinião sobre efeitos de fatos já ocorridos). No que tange ao conteúdo, pode ser informativo, normativo (dita regras) ou ilustrativo (instrui). Acerca do estilo, pode ser intelectual ou emocional. E, por fim, quanto à natureza do editorial: promocional (promove o pensamento da empresa); circunstancial (oportunista, imediatista); polêmico (provocador, controverso).

[...] o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana.

[...] A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos (MELO, 2003, p. 104-105).

c) Entrevista: gênero que se encaixa no quadro classificatório do jornalismo informativo. A partir do cenário constituído por perguntas e respostas, os atores da cena - jornalista(s) e entrevistado(s) - estabelecem uma conexão com os leitores, mediada pelas perguntas previamente elaboradas pelo corpo de entrevistadores. Pontua Melo (2003, p. 66) que a entrevista se trata de um “relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando a eles um contato direto com a coletividade”. A estrutura é de diálogo, emerge aqui a voz do protagonista escolhido, que emerge conforme o teor das questões levantadas pelo(s) jornalista(s). É comum que seja precedido por um texto de abertura, que contextualiza o leitor e fornece informações sobre o entrevistado.

d) Notícia: gênero do jornalismo informativo cuja função central deve ser a de relatar fatos que acabaram de ocorrer e que surgem de acontecimentos considerados relevantes, mesmo que sejam apontados como efêmeros. A narrativa expressa pela notícia busca aproximação com a descrição do real, isto é, o locutor da notícia deverá enunciar de modo mais “objetivo” e “imparcial”, a fim de munir com mais velocidade e veracidade a informação. O objetivo é o de divulgar fatos recém ocorridos. De acordo com Melo (2003, p. 65), “a notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social”.

e) Reportagem: esse gênero pertence ao campo do jornalismo informativo, o propósito do texto é o de reportar fatos que são, de alguma forma, interpretados ou assimilados pela empresa jornalística. Entretanto, diferentemente da notícia, os temas são abordados de maneira mais abrangente, o locutor faz alusão a outros textos e acontecimentos para montar um novo texto, desta maneira, há maior ocorrência da intertextualidade. Na reportagem, o jornalista expõe e também interpreta os fatos, isto é, pode emitir, no limite, opinião sobre o que relata. E, geralmente, constrói a narrativa a partir da apresentação de pelo menos duas perspectivas ou versões diferentes dos acontecimentos.

O fato de o gênero reportagem ser concebido como aquele que fica “a meio caminho da esfera informativa e da opinativa” talvez explique a dificuldade da comunidade em caracterizá-lo. Trata-se de um gênero contíguo a outro da mesma categoria, a noticiosa, e também aquele em que o jornalista é autorizado a emitir opinião “de forma moderada”, o que o aproxima, mesmo que timidamente, dos gêneros da esfera opinativa (CAVALCANTI, 2006, p. 166).

Para compreendermos como as propriedades informativas e opinativas dos discursos movimentam os efeitos de sentido e a constituição de simulacros a partir de enunciados destacados ou das representações da personagem-foco das matérias, caminhamos agora para a leitura de textos jornalísticos veiculados nos anos de 1989 e 2006. Os textos jornalísticos selecionados para viabilização desta pesquisa estão descritos nos quadros abaixo.

**Quadro 1 - Corpus de análise: ano 1989**

<b>Matérias veiculadas no contexto do 1º turno (15 de novembro de 1989)</b>				
<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Coluna (espaço do jornal)</b>	<b>Gênero jornalístico</b>	<b>Jornalista<sup>1</sup> Colaborador/Articulista<sup>2</sup></b>
28/03	<b>Lula e a Alemanha</b>	Espaço aberto (p. 2)	Artigo de opinião	Roque Spencer Maciel de Barros <sup>2</sup>
02/09	<b>Lula sonha com Disneylândia no Pantanal</b>	Caderno Política (p. 6)	Reportagem	Terezinha Lopes <sup>1</sup>
13/09	<b>Para PT, droga leve não é crime</b>	Caderno Política (p. 4)	Notícia	Sem assinatura
15/10	<b>A esquerda feudal</b>	Notas e Informações (p. 3)	Editorial	_____

<b>Matérias veiculadas no contexto do 2º turno (17 de dezembro de 1989)</b>				
<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Coluna (espaço do jornal)</b>	<b>Gênero jornalístico</b>	<b>Jornalista<sup>1</sup> Colaborador/Articulista<sup>2</sup></b>
02/12	<b>Porque votar em Lula</b>	Espaço aberto (p. 2)	Artigo de opinião	Renato Janine Ribeiro <sup>2</sup>
05/12	<b>No segundo turno, Lula modera discurso</b>	Caderno Política (p. 7)	Reportagem	Luciano Suassuna <sup>1</sup>

**Quadro 2 - Corpus de análise: ano 2006**

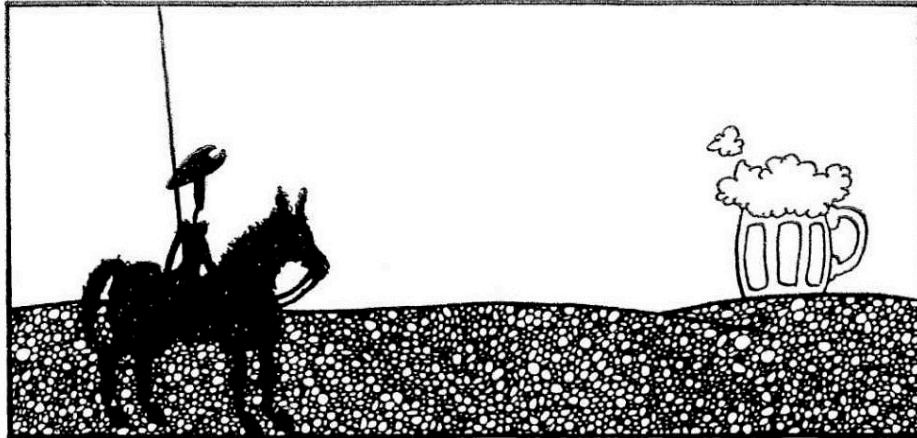
<b>Matérias veiculadas no contexto do 1º turno (1º de outubro de 2006)</b>				
<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Coluna (espaço do jornal)</b>	<b>Gênero jornalístico</b>	<b>Jornalista¹ Colaborador/Articulista²</b>
21/01	<b>Lula diz ter a cara do povo e culpa rivais por atraso em seus programas</b>	Caderno Nacional Governo (p. A4)	Notícia	Wilson Tosta¹
27/06	<b>A banalidade do mau</b>	Notas e Informações (p. A3)	Editorial	_____
07/09	<b>Entrevista com Lula</b>	Cad. Eleições 2006 (p. A4)	Entrevista	Roberto Godoy¹; Celso Ming¹; José Nêumanne Pinto¹; José Márcio Mendonça¹; Dora Kramer¹; Josué Leonel¹
01/10	<b>Sou um sobrevivente', afirma Lula, mais pragmático a cada dia</b>	Caderno Eleições 2006 (p. H4)	Reportagem	Vera Rosa¹
01/10	<b>Dever cívico</b>	Notas e Informações (p. A3)	Editorial	_____

<b>Matérias veiculadas no contexto do 2º turno (29 de outubro de 2006)</b>				
<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Coluna (espaço do jornal)</b>	<b>Gênero jornalístico</b>	<b>Jornalista¹ Colaborador/Articulista²</b>
03/10	<b>Presidente resgata 'Lulinha paz e amor' para enfrentar 2º turno</b>	Caderno Eleições 2006 (p. H2)	Reportagem	Tânia Monteiro e Adriana Fernandes¹

Fonte: A autora.



### 3.3 Matéria (1): "Lula e a Alemanha" (28 de março de 1989)



## Lula e a Alemanha

ROQUE SPENCER  
MACIEL DE BARROS

Contou este jornal, há uma semana, que o candidato do PT à Presidência da República chegou de sua viagem ao Exterior disposto a convencer o eleitorado brasileiro de que o seu partido irá elaborar um programa de governo, até junho, para dar ao País "o mesmo nível de vida da Alemanha Ocidental". Ora, muito bem, como se diria em Portugal. Conviria, contudo, antes que se recebesse euforicamente a inusitada proposta, recordar as precondições do que já foi chamado o "milagre alemão", o ressurgimento do país arrasado após a 2ª Guerra Mundial e, particularmente, compará-las com a "filosofia" que inspira o ideário petista.



Em primeiro lugar, é indispensável lembrar o papel fundamental do auxílio americano, desde os bilhões de dólares em créditos até o Plano Marshall, cuja importância ninguém discute e que os arquitetos da recuperação econômica alemã foram os primeiros a reconhecer. O principal artífice do "milagre", Ludwig Erhard, ministro da Economia desde 1948 e sucessor de Konrad Adenauer em 1963, como chanceler, escreveu no seu livro Bem-Estar para Todos, Wohlstand für alle, que "o auxílio do Plano Marshall merece a especial gratidão do povo alemão", acrescentando que, além de outros benefícios, "deu aos alemães a sensação de que deixaram de ser uns proscritos para poder voltar a participar do progresso dum mundo livre" (trad. portuguesa, Livros de Portugal, s/ data, p. 242). Ora, já aí nos deparamos com um obstáculo implícito às pretensões do líder petista, no sentido de impulsionar, quase diríamos de reconstruir, a nossa economia, abalada pela guerra que lhe fez o próprio Estado brasileiro nos últimos anos, guerra essa, aliás, que tenderia a "esquentar" sob o comando do PT.

Xenófobos e antiamericanos, parlapantes e dados a valentes, os petistas seriam, assim como Brizo-

la e seus asseclas, muito pouco qualificados para negociar competentemente a nossa dívida e, ao mesmo tempo, para carrear para o País os investimentos estrangeiros que não precisam de nós, mas de que necessitamos desesperadamente. Partidários puros e simples do calote ou da moratória unilateral, os petistas representam uma insuperável recomendação para os investidores estrangeiros batem em retirada do Brasil. Ou será que o sr. Luiz Inácio "conta de que" os "fabulosos capitais" soviéticos, chineses e, principalmente, cubanos e nicaraguenses apertem em nosso País? Ou sonhará com os capitais de um futuro Vaticano "evanizado" ou "bofinizado"?

Em segundo lugar — ou como segunda pré-condição — o "milagre alemão" dependeu fundamentalmente da competência e do trabalho. Ora, o PT, excluída a inegável competência na definição de sua fome de poder e nos meios de saciá-la, embora seja o "partido dos trabalhadores", não é, certamente, do trabalho. Afinal, não foi reduzindo a obrigação de trabalhar, cortando horas de trabalho antes de poder fazê-lo e promovendo greves políticas em profusão, como é do feitio do PT, de braços dados com a CUT, que a Alemanha Ocidental (do mesmo modo que o Japão) emergiu dos destroços da guerra para tornar-se a potência econômica que é hoje, com seu alto padrão de vida, notável produto nacional e elevada renda per-capita, com moeda estável e inflação que já chegou, conforme o ano, a ser negativa.

Tudo isso erigiu trabalho, trabalho duro e firme, como erigiu competência, a competência que as escolas alemãs (como as japonesas) garantem, porque são sérias, não vivem em greve, como as nossas universidades capengas, e nem promovem a mediocridade, fundando-se numa concorrência que chega a ser até cruel, mas que garante a eficácia do sistema. Ora, em matéria de competência e trabalho, apesar dos esforços que há para elevá-los (e que não são do PT, da CUT ou do nosso "burocratismo estado-esquerdizante", estamos a léguas de distância da Alemanha ou do Japão. E, ainda por cima, "nacional-socialistas" os nossos políticos arcaicos (como os populistas e os ideólogos, além dos "fisiólogos", contuados com

alguns interesses particularistas que se refletem nas "reservas de mercado", tratam de espantar a tecnologia estrangeira, indispensável para nosso ensino, para nossa economia, para nossa eficiência, insistindo em abrir portas abertas e gastando na ingloria tarefa um tempo irrecuperável. Não nos parece, pois, que, também nesse caso, o PT tenha algo a oferecer para garantir a segunda pré-condição que permitiu o "milagre alemão" (ou o japonês) e levou a Alemanha Ocidental a atingir o seu nível de vida atual.

E a terceira precondição do "milagre"? Esta, voltemos a Erhard, foi a decidida implantação da chamada Soziale Marktwirtschaft, a Economia Social de Mercado, abominada, obviamente, pelos nossos socialistas retardatários, entre os quais, ao lado de Brizola e apaniguados, se encontram os petistas e congêneres, demonstrando, nos assuntos que realmente podem conduzir o Brasil à modernidade, uma incompetência a toda prova, até agora, infelizmente, insuficiente para deles afastar os incautos, que são ainda legião. Mas, voltando a essa terceira precondição, como repetir o "milagre alemão" negando-o no que teve de essencial e precisamente num aspecto que dependeria tão-somente de nós próprios, pois que de nós dependeria a adesão real — e não verbal — à economia social de mercado? E logo o PT, que a execra, quer os resultados que só ela pode proporcionar (que o digam até os soviéticos, por memos que se disponham a pô-la em prática ou que realmente possam fazê-la!) Isto é, o PT quer chegar aos resultados percorrendo o caminho contrário ao que conduziu a eles!

Pesando-se tudo o que dissemos, se, de fato, o sr. Luiz Inácio é sincero e sonha com o nível de vida alemão-ocidental para os brasileiros; se pretende ser mais do que um Quixote comprometido com as proezas de d. Erundina del Poposo (como o Quixote cervantino estava amarrado a d. Dulcinea del Toboso); se realmente falou a sério, a melhor contribuição que nos poderia dar seria sua desistência da candidatura presidencial e o fechamento do PT para um balanço mental, de que anda urgentemente necessitando.

Roque Spencer Maciel de Barros é professor da Universidade de São Paulo.

Nosso primeiro texto de análise refere-se à matéria *Lula e a Alemanha*, assinada por Roque Spencer Maciel de Barros, professor da Universidade de São Paulo, publicada em 23 de março de 1989, no Espaço Aberto, coluna do OESP reservada para veiculação de textos de articulistas externos ou contratados pelo jornal. É a seção reservada para os artigos de opinião. Naquele momento, março de 1989, já era sabido que Lula se candidataria à presidência da república ao final do ano, conjuntura da primeira eleição direta após a redemocratização. Sua condição já era a de candidato, escolhido em convenção do partido, cuja notícia foi divulgada após o V Encontro Nacional do PT, em 1987.

O articulista retoma, no início do artigo, o enunciado de uma notícia intitulada *Brizola perdeu a perspectiva, ironiza Lula* que destaca uma fala de Lula durante o desembarque no Brasil, em retorno de uma viagem à Europa. A notícia foi veiculada uma semana antes, em 21 de março de 1989, no caderno “Política”, sem assinatura de jornalista. Segue o referido trecho:

Feliz, como se definiu, e “entusiasmado como o padrão de vida europeu”, Lula desembarcou ontem pela manhã no aeroporto de Cumbica disposto a convencer o eleitorado brasileiro de que o PT vai elaborar um programa de governo, até junho, para dar ao País “o mesmo nível de vida da Alemanha Ocidental (O ESTADO DE S.PAULO, 1989, p. 5).

A partir do recorte do enunciado citado na notícia, de que Lula estaria “disposto a convencer o eleitorado brasileiro de que o PT vai elaborar um programa de governo, até junho, para dar ao País ‘o mesmo nível de vida da Alemanha Ocidental’”, o sujeito do discurso convoca o interlocutor a refletir sobre o programa petista quando enuncia “conviria, contudo, antes que se recebesse euforicamente a inusitada proposta, recordar as pré-condições do que já foi chamado o ‘milagre alemão’ ”. A partir de um tom irônico e aparentemente cordial, ocasionado pelo uso do verbo *conviria*, conjugado no tempo verbal futuro do pretérito, o enunciador projeta uma imagem do leitor como alguém que se animaria, ou melhor, ficaria eufórico com um projeto político cuja proposta principal seria a de equiparar o nível de vida brasileiro ao alemão, provavelmente, enunciando para uma suposta classe média que associa consumo a sucesso, no entanto, o sujeito do discurso revela um posicionamento distante da proposta do programa por meio do adjetivo “inusitada”, que fornece o sentido de que o programa seria algo insólito, que foge aos padrões. Apresenta, já na abertura do artigo, o tema central a partir do qual construirá sua argumentação: uma exposição sobre política e economia a respeito do “milagre alemão”, em comparação com o que nomeia de “‘filosofia’ que inspira o ideário petista”. O enunciador lança mão do uso de aspas quando faz referência

ao *milagre alemão* ou ao termo *milagre*, distanciando-se, dessa forma, da ideia de que o que houve com a Alemanha após a Segunda Guerra Mundial seria um fenômeno inexplicável pelas leis naturais, quando, por exemplo, enuncia que “é indispensável lembrar o papel fundamental do auxílio americano, desde os bilhões de dólares em créditos até o Plano Marshall [...] que os arquitetos da recuperação econômica alemã foram os primeiros a reconhecer”. Já no trecho “‘filosofia’ que inspira o ideário petista”, o uso das aspas por modalização autonímica parece estabelecer um efeito de ironia, visto que o enunciador pretende se afastar da concepção de que o ideário petista poderia obter *status* de filosofia, o que corrobora com a qualificação da proposta petista como “inusitada”.

A cenografia construída pelo discurso assemelha-se à de uma aula expositiva, que valida uma cena de enunciação que, por sua vez, encontra respaldo no *ethos* pré-discursivo, no que diz respeito ao gênero discursivo artigo de opinião, um espaço que autoriza essa maneira de dizer, e, também, ao *status* do articulista, um professor universitário, que remete a uma maneira de ser que autoriza a exposição sobre um assunto de seu domínio.

Desta forma, o enunciador divide seu texto didaticamente em partes ao fragmentar o artigo “em primeiro lugar”, “em segundo lugar”, “e a terceira”, “pesando-se tudo”, que remonta ao universo da aula, em que há um planejamento do processo didático, a partir de uma maneira de dizer comum ao universo acadêmico, composto por um vocabulário pertencente aos ambientes semânticos da economia, da política, da literatura etc. A seguir, apresentamos algumas características recortadas dessa cenografia.

Na primeira seção, o enunciador evoca argumentos de autoridade para montar sua exposição, quando enuncia “o papel fundamental do auxílio americano [na reconstrução da Alemanha do pós-guerra] que os arquitetos da recuperação econômica alemã foram os primeiros a reconhecer”, “o primeiro artífice do ‘milagre’, Ludwig Erhard, ministro da economia desde 1948, sucessor de Konrad Adenauer em 63, como chanceler”, “voltemos a Erhard”, reforçando, a partir da inclusão de outros discursos, a comprovação da veracidade de seus argumentos. Para fortalecer os efeitos da argumentação, utiliza-se de expressões como “indispensável”, “ninguém discute”, “os arquitetos da recuperação econômica alemã foram os primeiros a reconhecer”. Demarcando nitidamente a distância entre seu posicionamento e o do PT, o enunciador profere uma série de qualificações pejorativas sobre os petistas: “xenófobos, antiamericanos, parlapatões e dados a valentes”, ao mesmo tempo em que se distancia um pouco do habitual tom didático que aparece no texto. O fiador, desta forma, desprende-se um pouco do *ethos* pré-discursivo do professor, do didatismo e da cordialidade, começa a se configurar um *ethos* mostrado de superioridade, de alguém que possuiu a prerrogativa de

emitir juízos de valor. Em tom de alerta, concebido pelo uso da interjeição “ora” em diversos momentos do texto, prosodicamente, o enunciador chama a atenção do leitor para o que ele considera que sejam inconsistências ou contradições no discurso petista. Pela cadência provocada pelo uso da interjeição, da leitura emerge uma atmosfera de aula, de exposição de conteúdo de forma didática, em que o enunciador adverte com o uso de contrapontos. Vejamos: “Ora, já aí nos deparamos com um obstáculo implícito das pretensões do líder petista”; “Ora, o PT, excluída a inegável competência na definição de sua fome de poder e nos meios de saciá-la, embora seja o “partido dos trabalhadores, não é, certamente, do trabalho”, “Ora, em matéria de competência e trabalho, apesar dos esforços que há para elevá-los (e que não são do PT, da CUT ou do nosso burocratismo estado-esquerdizante), estamos a léguas de distância da Alemanha ou do Japão”.

Diferentemente do que observamos em outros textos, o enunciador não nomeia o candidato em sua forma mais conhecida, Lula, exceto no título, em que parece ter o efeito de atrair um público mais amplo e afeito ao líder petista. Já no corpo do texto, o nome Luiz Inácio antecedido de senhor, diferentemente, investe o enunciador de certa autoridade própria do ambiente acadêmico e político: ele fala do que pertence a outro posicionamento com um certo “verniz” de respeito, com distanciamento. Refere-se a Lula como “Sr. Luiz Inácio” engendrando um apagamento da representação da figura popular e política.

Nessa mesma dinâmica de apagamento, no parágrafo final do artigo, estabelece uma relação entre o líder petista e o personagem Dom Quixote: “O Sr. Luiz Inácio é sincero e sonha com o nível de vida alemão-ocidental, se pretende ser mais do que um Dom Quixote [...]”, atribuindo a Lula características quixotescas, expressão que, de acordo com descrição do dicionário Houaiss, remete a alguém “generosamente impulsivo, sonhador, romântico, nobre, mas um pouco desligado da realidade; característico ou próprio de fanfarrão”. A remissão ao personagem requer do seu leitor a partilha de certo conhecimento de mundo, pois é preciso ter tido contato com a obra de Cervantes para reconhecer o sentido da comparação, em um ambiente acadêmico, essa partilha referencial seria um pouco mais comum.

O enunciador, por fim, conclama: “a melhor contribuição que nos poderia dar seria sua desistência da candidatura e o fechamento do PT para um balanço mental”, novamente lançando mão do tempo verbal futuro do pretérito, nesse caso, de onde é possível apreender certo tom de escárnio, especialmente quando recomenda “um balanço mental”, e, ao declarar que seria “a melhor contribuição que **nos** poderia dar” (grifo nosso), estabelece, a partir do emprego do pronome oblíquo *nos*, uma aliança entre ele e seu interlocutor na medida em que estariam imbuídos das mesmas ideias, por meio do qual o enunciador enseja a construção de

um mundo ético partilhado entre ele e o leitor: desejam um nível de vida melhor, mas com base na pensamento racional, fundamentam suas análises em acontecimentos sócio-históricos e, por essa razão, podem sugerir a desistência da candidatura de Lula e o balanço mental do PT, visto que a proposta do partido petista é lida como quixotesca, isto é, não é respaldada por valores como a objetividade ou a racionalidade.

Também compõe a cena de enunciação a charge que retrata a figura de Dom Quixote mirando um símbolo da cultura alemã, a cerveja, em alusão à comparação estabelecida ao final do texto, presente no trecho “se pretende ser mais que um D. Quixote”, ao mesmo tempo em que atualiza a memória sobre Lula como consumidor de bebidas alcoólicas, o que aparecerá em outros textos. Outra evidência que reforça essa conexão entre as figuras é que o título “Lula e a Alemanha” estão exatamente abaixo das duas figuras retratadas no desenho.

Verificamos, assim, que o fiador enuncia através de um tom “professoral”, de “conhecedor dos fatos”, cujo discurso faz emergir um *ethos* erudito que ativa no coenunciador a conexão com o mundo ético do intelectualismo e que ratifica seu posicionamento a partir do resgate de argumentos de autoridades e, também, da utilização de referências partilhadas com os leitores.

### 3.4 Matéria (2): “Lula sonha com Disneylândia no Pantanal” (02 de setembro de 1989)



Lula, durante passeio de barco no Rio Piragara, Pantanal do Mato Grosso: vontade de “pegar um jacaré a unha” e atrás de eleitores que nem sabem o nome dos candidatos

## Lula sonha com Disneylândia no Pantanal

Estusiasmado com a paisagem, o candidato promete quase o impossível

TEREZINHA LOPES

CUIABÁ — O programa eleitoral do PT reservará uma boa surpresa para os eleitores de Luiz Inácio Lula da Silva. Uma imagem inédita do candidato à Presidência, descontraindo, por trás de um chapéu de palha passando de barco pelo rio Piragara, no Alto Pantanal, será exibida no horário gratuito de focalizará um dos pontos polêmicos de sua campanha. Seu entusiasmo no primeiro contato com a paisagem tratou até a sua postura de não prometer o impossível. “Quero transformar isso aqui numa grande Disneylândia”, dirá o candidato ao propor o tombamento do Pantanal e sua abertura à visitação pública. “No meu governo, as crianças não precisarão mais ir ao mundo encantado de Walt Disney para conhecer bichos de mentira”.

Lula chegou ao Pantanal por volta das 12 horas de quinta-feira em avião fretado, desembarcando na região de Tito Apolita, de propriedade de uma tradicional família cuiabana. Antes, sobrevocou o garimpo do município de Poconé que compareceu a “lula com crâteras” ao avistar as perfurações de quase 30 metros. Se ganhar a eleição, o candidato prometeu mudar a forma de exploração nos garimpos do País, mas tem consciência que é impossível por fim ao problema. “Dizer que vamos

acabar com os garimpos seria o mesmo que dizer que vamos acabar com o sexo”, raiocionou. Uma equipe de filmagem de Cuiabá contratada pelo PT viajou com o candidato até o Pantanal. Vestido a caráter, Lula entrou em um barco a motor, conhecido por “voadeira” e com um pedaço de pau na mão sonhava com a hora de “pegar um jacaré a unha”. Sua origem de “cabra macho” pernambucana não decepcionou. Assim que avistou o primeiro, pediu ao barqueiro que se aproximasse

da borda do rio. Cara a cara com o animal de quase dois metros de comprimento, o máximo que conseguiu foi ver o jacaré se atirar pesadamente na água, assustado com a presença do candidato.

Mais tarde, conheceu a mesma frustração quando tentou pessoalmente que era um desconhecido no meio dos pantaneiros. “Como vou querer que eles me conheçam se nunca ouviram falar nem no Tarceliso Meira”, consoliou-se o candidato que, no entanto, não perdeu a oportunidade de conversar com alguns deles. Sem dizer seu nome, apresentou-se como “candidato à Presidência que quer resolver os problemas da região”. Não conseguiu nenhuma promessa de voto, mas é seguramente o único candidato que esses eleitores viu de perto até 15 de novembro.

Para o Pantanal Lula sonha com uma “universidade ecológica” — uma espécie de instituto — que cuidaria dos problemas da região com a ajuda de recursos internos e até mesmo externos. “O que não podemos permitir é que o Pantanal seja loteado como aconteceu com o literal paulista que tem inúmeras praias particulares”, disse Lula que não tem, porém, um projeto terminado para a região.

### Um povo à margem da política

CUIABÁ — Collor, Brizola, Lula, Covas, Maluf, sem falar nos outros candidatos com baixo desempenho nas pesquisas de intenção de votos, são nomes estranhos para uma população indefinida que vive nas margens do Pantanal. Nenhum dos moradores conhece os candidatos à Presidência da República. Pior que isso, nunca ouviram falar deles. Todos, portanto, têm uma característica comum: serão obrigados a votar em 15 de novembro, mas só decidirão por um candidato na hora do voto.

meio de comunicação a que tem acesso é um pequeno rádio de pilha SFO, para ouvir música.

No único contato que teve com eleitores no Pantanal, Luiz Inácio da Silva teve de se conformar. A família do barqueiro Aurílio Soares da Penha — mulher e cinco filhos — não sabia com quem estava falando. Todos ouviram atentamente o candidato falar sobre os problemas da região e, em certo momento, chegaram a confundir Lula com um policial. “Aqui ninguém mata nem come bicho do Pantanal”, defendeu-se o desconfiado Aurílio.

Florentino Francisco da Silva, porteiro da Fazenda São João, não conhece ainda os candidatos, mas acredita que não terá problemas para votar. “Vou entregar meu título de eleitor para alguém votar por mim, como já fiz outras vezes”, contou. Aos 33 anos, não gosta de falar sobre política, não sabe nome de nenhum partido e muito menos em quem votar para a Presidência. O único

A filha do casal, Aurenli, de 15 anos, confessou a Lula seu maior sonho: morar na cidade para estudar. Todos da família Penha são analfabetos e só sabem o que acontece no País quando conseguem sintonizar o rádio de pilha que possuem no Rádio Nacional de Brasília, a única que entra na região.

### Diário da campanha

O candidato do PT B. Afonso Camargo, levou um grande susto, quando fazia campanha na boca maldita, em Curitiba. Um popular gritou: “Se de Camargo para apertar-te a mão e, em seguida, sacou um pequeno revólver do paletó — pouco maior que um isqueiro descartável — disparando para o alto. O candidato deu um pulo ao ouvir o tiro de espólio. É o autor da brincadeira explicitou: “É o tiro de largada da campanha”.

O ex-vice governador do Rio Grande do Norte, Radir Pereira, garantiu ontem que, neste ano, não precisou de ninguém para convocá-lo a votar em Paulo Maluf. É que há cinco anos, durante as eleições presidenciais indiretas, ele recebeu a visita de um cabo eleitoral “muito eficiente” no hotel Carlton, em Brasília: o então deputado federal Fernando Collor de Mello, do PDS Alagoano, que atualmente é candidato pelo PRN.

Diferentemente de um título disposto fora da esfera jornalística, “a manchete jornalística encerra o conteúdo fundamental do texto, resumindo-o semanticamente; é sua macroestrutura semântica” (BARROS FILHO, 2016, p. 41). Nessa reportagem, extraída do Caderno Política, de 02 de setembro de 1989, assinada por Terezinha Lopes, a manchete “Lula sonha com Disneylândia no Pantanal” reformula e condensa os seguintes enunciados destacados da fala de Lula: “Quero transformar isso aqui numa grande Disneylândia” e “No meu governo, as crianças não precisarão mais ir ao mundo encantado de Walt Disney para conhecer bichos de mentira”. Por meio do título, o sujeito do discurso reformula os enunciados de Lula como “sonho”, provocando um efeito de sentido de minimizar ou depreciar seu projeto político para o Pantanal.

De acordo com o enunciado de Lula, transcrito no artigo, a referência à Disneylândia pode estar atrelada ao conceito de lazer e ao desenvolvimento do turismo na região, com o tombamento da área e sua abertura para visitação pública, é possível que tenha sido elaborada

uma comparação entre se divertir no Pantanal ou naquele complexo de lazer, e não que se tenha aludido à construção de um parque temático como a Disney no Pantanal, como o título da reportagem e o subtítulo “Entusiasmado com a paisagem, o candidato promete quase o impossível” indiciam.

A partir da síntese feita do texto-fonte, no qual Lula faz referência ao seu projeto para o Pantanal, o enunciado destacado provoca outra interpretação sobre o já-dito, isto é, o sujeito do discurso reformula os enunciados de Lula por meio da confecção do título, mas faz emergir outro sentido daquele que podemos apreender do texto-fonte. Quanto à escolha lexical, há uma questão semântica importante: o uso do verbo ‘sonhar’ pode remeter a algo fantasioso ou a algo distante de ser realizado, e a recomposição das falas do candidato revela um simulacro construído sobre Lula e suas propostas de governo, o que igualmente fica evidenciado no subtítulo “Entusiasmado com a paisagem, o candidato promete quase o impossível”.

Quando observamos as fotos escolhidas para compor o artigo, extraídas de um vídeo de campanha eleitoral do candidato, essa leitura fica mais evidente: são imagens de corpo inteiro, de enquadramento em plano geral, em que o candidato, que não parece estar ciente dos registros fotográficos, integra-se ao ambiente, vestindo trajes informais, usados normalmente em momentos de lazer, cuja descrição da legenda – “Lula, durante passeio no barco do Rio Piragara, Pantanal do Mato Grosso: “vontade de “pegar um jacaré a unha” e atrás de eleitores que **nem** sabem o nome dos candidatos” –, remete a uma figuração que se aproxima do burlesco, distanciando a figura do candidato à do estereótipo do político de gabinete e cujo contexto enunciativo original da frase destacada “pegar um jacaré a unha” não fica evidente no artigo, isto é, o sujeito do discurso jornalístico pode ter destacado de enunciados proferidos por Lula durante as filmagens do vídeo para campanha eleitoral ou em diálogo com jornalistas que acompanharam o candidato na viagem, mas o leitor não tem acesso ao texto-fonte. E também é possível apreender um tom de desdém a partir do uso do advérbio de negação *nem*, tanto em relação ao esforço de campanha na região bem como quanto aos eleitores, sobre quem o enunciador generaliza, traçando um estereótipo de que todo pantaneiro está alienado quanto à política nacional. O que fica evidente em uma breve reportagem disposta no quadro lateral intitulada “Um povo à margem da política”, o enunciador também reproduz esse estereótipo sobre a população que “vive nas margens do Pantanal”, construindo simulacros de um lugar isolado, sem acesso à informação, em que a população vive “à margem da política”.

Em grande parte da reportagem, o sujeito do discurso lança mão de expressões que remetem ao ambiente selvagem para descrever a visita de Lula ao Pantanal, ficando em segundo plano as propostas do candidato para a região. Analisando os seguintes trechos (1) “‘Dizer que vamos acabar com os garimpos seria o mesmo que dizer que vamos acabar com o sexo’, **raciocinou**”; (2) “com **um pedaço de pau na mão sonhava** com a hora de ‘**pegar um jacaré a unha**’”; (3) “Sua origem de “**cabra macho**” **pernambucana** não decepcionou”; (4) “**Cara a cara com o animal** de quase dois metros de comprimento, o máximo que conseguiu foi ver o jacaré se atirar pesadamente na água, assustado com a presença do candidato”: em (1) o enunciado destacado é seguido pelo verbo *dicendi* “raciocinou”, modalizando, pelo discurso, o enunciado proferido pelo candidato, cujo efeito de sentido produzido é o de que não seria uma ação comum ao candidato fazer uso da razão para se expressar; em (2) a expressão com “um pedaço de pau na mão sonhava com a hora de ‘pegar um jacaré a unha’ integra o candidato ao retrato selvagem que elabora do Pantanal e, novamente com o emprego do verbo “sonhar” para referenciar suas ações, figura a imagem do candidato como distante do contato com o real; em (3) a figuração de Lula como “cabra macho” pernambucano, entre aspas, previne o leitor de que a linguagem do sujeito do discurso se distancia do uso coloquial, mas que não abre mão da referência estereotipada do nordestino como rústico; já em (4) o enunciador faz uso da “cara a cara com o animal” recorrendo a uma linguagem mais informal, distanciando-se, assim, do *ethos* pré-discursivo do jornalista, profissional que faz uso corrente da linguagem formal.

Essas sequências discursivas evidenciam uma possível “pretensão ilocutória” (MAINGUENEAU, 2011) do enunciador em montar uma imagem estereotipada de rusticidade do candidato, por meio de uma maneira de dizer a partir de um tom cômico e, do mesmo modo, irônico, distanciando-se a cena enunciativa das matizes de seriedade e de informatividade que são comuns ao gênero reportagem.

A partir dos indícios discursivos apresentados e da mobilização de informações prévias à enunciação quando se trata de personagens conhecidas, tal como os estereótipos que acima descrevemos, o sujeito do discurso jornalístico concebe um quadro imagético de Lula baseado na representação de um homem rústico, selvagem e afastado da figura do ser racional, distanciando-se, pela maneira de dizer, do *ethos* pré-discursivo esperado a partir do gênero reportagem – imparcialidade, apresentação e análise objetiva dos fatos, seriedade na escolha das pautas – e da posição de jornalista especialista em reportagens políticas. A maneira de ser do fiador do discurso, apresentada por meio do tom de deboche, faz emergir por meio da cena enunciativa um *ethos* sarcástico e jocoso, dentro do contexto de um mundo



ético dos especialistas em política que não reconhecem Lula como candidato sério no cenário da comunidade imaginária que só reconhece a figura do político de gabinete, com traços de intelectual, que não faz uso de expressões coloquiais e se move nos espaços de maneira formal.

### 3.5 Matéria (3): “Para PT, droga leve não é crime” (13 de setembro de 1989)

## *Para PT, droga leve não é crime*

O candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, despertou ontem a curiosidade do público e debatedores durante a entrevista internacional promovida pela *Nova Eldorado AM*, de São Paulo, e *BBC*, de Londres, com os candidatos à sucessão presidencial, ao se colocar a favor da descriminalização das drogas leves. Depois, por várias vezes, Lula foi obrigado a explicar sua tese que encontrou respaldo num surrado argumento: “Uma coisa é o governo tratar o traficante, outra é o governo tratar o consumidor”.

A resposta de Lula só não causou surpresa para os poucos que tiveram acesso até agora ao programa de governo do PT, onde consta a proposta da descriminalização das drogas leves como, por exemplo, a maconha. A novidade foi o candidato petista afirmar que apresentará uma política dura de combate ao narcotráfico, atribuindo esse papel às Forças Armadas através de uma política fronteiriça. Assim como Mário Covas, do PSDB, Lula deixou claro que não aceitará a ingerência do governo americano para resolver o problema, “a não ser ajuda material”.

Na única oportunidade que teve de atacar o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, líder das pesquisas, Lula tratou de diferenciar a sua candidatura e de Covas da de Collor. “Moral e ética não faltam tanto ao PT quanto ao PSDB”, defendeu. Quanto a Collor, apresentou uma comparação defendeu, inédita que lhe foi “soprada” pelo

assessor de imprensa Ricardo Kotscho. “Collor é como o piloto do avião da Varig acidentado: “quando desconhecíamos os fatos, ele era herói, mas depois virou bandido.” A pergunta se referia à falta de políticos de peso apoiando Collor e a resposta foi imediata: “Dizer que Roberto Marinho não tem peso so mesmo estando fora do Brasil”.



*Lula: combate ao narcotráfico é papel das Forças Armadas*

Essa matéria, extraída do Caderno Política, publicada em 13 de setembro de 1989, sem assinatura, pertence ao gênero notícia, em que são relatados fatos que acabaram de emergir, cujas características

se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações)” (MELO, 2003, p. 65).

A notícia “Para o PT, droga leve não é crime” foi publicada dois meses antes do primeiro turno do pleito presidencial de 1989, momento em que os discursos da “mudança” e da “nova política” eram produzidos pelos empresários e grupos conservadores do enredo social brasileiro. Esse coletivo advertia que deixariam o Brasil no caso de uma vitória eleitoral de Lula.

No texto, o enunciador recupera, do programa de governo do PT e de uma fala de Lula durante uma entrevista concedida à rádio Nova Eldorado AM de São Paulo e à BBC de Londres, o tema da descriminalização das drogas para constituir o título de seu texto, mas são abordados outros assuntos não relacionados ao tema proposto, tal como a referência de Lula aos também candidatos Fernando Collor e Mário Covas no seguinte trecho:

Na única oportunidade que teve de **atacar** o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, líder das pesquisas, Lula tratou de diferenciar a sua candidatura e de Covas da de Collor (O ESTADO DE S.PAULO, 1989, p. 4, grifo nosso).

Verificamos que há, no título, inversão da ordem dos termos na oração, isto é, ao invés de enunciar “Droga leve não é crime para PT”, o sujeito do discurso jornalístico opta por “Para PT, droga leve não é crime” e, com essa organização sintática, a atenção recai sobre o sintagma “Para PT”. Desta forma, o sujeito do discurso põe em evidência parte do programa do governo que se refere ao tema “drogas”, um assunto bastante amplo e polêmico dentro das pautas sociais àquela época. O título, desta forma, é usado para fazer o leitor construir ou reforçar uma imagem do PT, através da figura de Lula, sem que precise dar continuidade à leitura do texto.

Inseridas no seguinte fragmento que introduz a matéria,

O candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, despertou ontem a curiosidade do público e debatedores durante a entrevista internacional promovida pela Nova Eldorado AM, de São Paulo e BBC, de Londres, com os candidatos à sucessão presidencial, ao se colocar a favor a da descriminalização das drogas leves. Depois, por várias vezes, Lula foi obrigado a explicar sua tese que encontrou respaldo num **surrado** argumento: ‘Uma coisa é o governo tratar o traficante, outra é o governo tratar o consumidor’ (O ESTADO DE S.PAULO, 1989, p. 4, grifo nosso).

as expressões “foi obrigado a explicar sua tese” e “respaldo num surrado argumento”, que introduzem o enunciado destacado da fala de Lula (“Uma coisa é governo tratar o traficante, outra é o governo tratar o consumidor”), remetem à ideia de que há um réu, alguém que deve se explicar compulsoriamente sobre algo ilícito ou criminoso. O sujeito do discurso jornalístico adjetiva o argumento de Lula como *surrado*, distanciando-se do caráter da imparcialidade da cena genérica da notícia, pois se trata de uma crítica ao enunciado do candidato.

Esse tom acusatório do sujeito do discurso jornalístico se repete na escolha dos verbos “atacar” e “defender”, que são selecionados pelo sujeito do discurso para inserir a voz do candidato Lula, delineando traços de uma cenografia bélica, no contexto de um ambiente de julgamento, também construída pela expressão “‘soprada’ pelo assessor”, em “apresentou uma comparação defendeu [sic], inédita que lhe foi “soprada” pelo assessor de imprensa Ricardo Kotscho”, que, além de produzir o sentido de que o candidato Lula é inábil para pensar em algo inédito, também aciona uma cena de enunciação que remete ao diálogo entre advogado e cliente. As aspas marcam a palavra “soprada” como um elemento estranho à sequência do enunciado, visto que possui uma carga semântica informal.

O sujeito do discurso jornalístico, ao longo do texto, lança mão das palavras “curiosidade”, “surpresa” e “novidade”, produzindo um efeito de sentido de que as posições do candidato provocam espanto ou perplexidade em seus interlocutores (ouvintes e entrevistadores), especialmente, quando consideramos o contexto discursivo de um país conservador como o Brasil, especialmente ao final do anos 1980, em que a defesa da descriminalização do uso/venda de drogas seria um tema atípico para um candidato à presidência da República.

No corpo da notícia, há uma foto em primeiro plano de Lula, cuja legenda é “Lula: combate ao narcotráfico é papel das forças armadas”. Essa imagem também compõe um cenário de julgamento, pois a expressão registrada do candidato é de espanto e surpresa, de alguém que está diante de um júri, e o gestual das mãos remete à figura de alguém que está articulando argumentos, procurando se explicar, visto que aponta para si mesmo com uma das mãos. O registro fotográfico reproduz a mesma imagem de julgamento construída pela enunciação. Verificamos que a legenda da foto e o título da notícia de 1989 não contêm aspas. A função informativa parece ser vista, no interior do campo jornalístico, como evidente: o enunciado do Outro se mistura com o corpo do texto jornalístico. Já em um segundo momento da produção jornalística do OESP, em outro contexto discursivo, no título da reportagem do ano de 2006, a fala do outro é demarcada por aspas, desprendendo a palavra do outro do enunciado jornalístico.

Todas essas marcas discursivas, a foto e a legenda que compõem a notícia, a presença dessas unidades lexicais e os temas abordados, diante do contexto descrito, compõem a cenografia de julgamento, a qual faz emergir, por meio de um tom acusatório, o *ethos* de inquisidor do enunciador. Observamos que algumas expressões utilizadas pelo sujeito do discurso para noticiar o fato produzem efeitos de sentido que parecem não pertencer ao estilo do gênero notícia, isto é, o *ethos* mostrado se distancia do *ethos* pré-

discursivo da cena genérica e também de um dos papéis comumente atribuído ao sujeito do discurso que seria o da imparcialidade. Sabemos que os gêneros não são estanques, não se resumem a características e formas intrínsecas, mas esses efeitos de aproximação com outras cenas genéricas ajudam a compor a cenografia que “deve, pois, ser apreendida ao mesmo tempo como quadro e como processo” (MAINGUENEAU 2018 *apud* AMOSSY, 2018, p. 77).

### 3.6 Matéria (4): “A esquerda feudal” (15 de outubro de 1989)

#### *A esquerda feudal*

O candidato do PT à Presidência da República, deputado Luiz Inácio Lula da Silva, propôs aos concorrentes que considera progressistas — Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB) e Roberto Freire (PCB) — um pacto de não-agressão. “Nossos verdadeiros inimigos são os candidatos da direita, como Afif, Collor e Caiado, que também estarão unidos para nos enfrentar”, disse o parlamentar, em Feira de Santana, Bahia. Enquanto isso, em Brasília, o candidato do PRN, ex-governador Fernando Collor de Mello, pregou a união dos candidatos do centro para evitar a ascensão da esquerda. “Se o centro não se unir, o Brasil vai se transformar, no segundo turno das eleições presidenciais, numa Roma incendiada”, vaticinou.

A lógica do candidato do PT é simplista, como, de resto, simplório é seu próprio discurso político. O eleitorado, de acordo com as pesquisas mais recentes, não raciocina em termos da clássica divisão ideológica de esquerda e direita nem aceita, passivamente, alianças firmadas pelas cúpulas. A escolha de um candidato numa eleição é pessoal e intransferível. Mas, mesmo que os líderes partidários pudessem liderar seus elei-

tores como um pastor conduz suas ovelhas, o pacto de não-agressão dos candidatos de esquerda, soi-disant progressistas, não bastaria para levar nenhum deles ao poder. A soma dos índices de preferência de Lula, Brizola, Covas e Freire, de acordo com a pesquisa Gallup publicada hoje pelo *Estado*, resultaria em 30,6% dos votos, enquanto Collor, sozinho, dispõe de 29,8% dos votos.

Se fosse possível, confirmadas nas urnas as preferências das pesquisas de opinião, o pacto ideológico dos candidatos tenderia, muito mais, a favorecer Collor do que Lula, remetente da proposta, ou Brizola, um de seus destinatários. Afinal, a soma das preferências de Collor, Afif e Caiado, citados por Lula, resultaria num total de 42,3%, ultrapassando a metade dos votantes, com 50,5%, se fossem incorporados os eleitores de Maluf, não lembrado pelo parlamentar petista. Pelo menos teoricamente, a polarização ideológica da eleição presidencial beneficiaria apenas Fernando Collor de Mello, o que justifica as sombrias profecias feitas por ele.

Aliás, se o principal líder do PT conhecesse a História do Brasil, já teria sido informado que esta é uma tendência histórica: o

eleitorado brasileiro se manifesta, quase sempre, a favor de propostas politicamente comprometidas com o centro, e não com os extremos, do espectro ideológico. Dessa forma, em teoria, é preciso que se repita, pois a prática eleitoral nunca está isenta de surpresas, a ênfase ideológica divisionista na campanha eleitoral não deve favorecer Lula ou Brizola, candidatos de esquerda em melhor posição nos quadros de aferição de tendências do eleitorado divulgados até agora.

Este não é, contudo, o principal equívoco da proposta de pacto do ex-líder sindical metalúrgico. O maior engano do parlamentar petista é o de crer na possibilidade da união dos candidatos da esquerda em torno de plataformas únicas. Além disso, nesta eleição, a discussão ideológica é obsoleta e anacrônica. A esquerda brasileira teima em disputar a atual campanha como se o Brasil estivesse na década de 50, quando o mundo ainda discutia, com alguma seriedade, a divisão do mundo em dois blocos ideológicos antagônicos, ao lado de questões, hoje superadas, de remessas de lucros e outros temas da agenda nacionalista, agora completamente fora de moda. Depois da glasnost de Mik-

hal Gorbachev e do capitalismo popular de Margaret Thatcher, o resto do mundo deu uma guinada na direção do pragmatismo construtivo, mas a esquerda brasileira continua apegada a velhos mitos e seus insepultos preconceitos.

O pacto de não-agressão, proposto por Lula, é, também, inviável, na prática, conforme demonstrou outro candidato soi-disant progressista, o ex-governador Leonel Brizola, ao se sentir magoado com a presença da campanha petista na Baixada Fluminense, que ele considera reduto exclusivo seu. A resposta de Brizola à invasão de seus “domínios” foi a promessa de fazer campanha no ABC paulista, como se essa industrializada região metropolitana fosse um feudo, um curral eleitoral do PT e de Lula. Além de demonstrar a inviabilidade da união Lula-Brizola no primeiro turno, tal reação demonstra que, no fundo, a esquerda brasileira não chegou ainda aos anos 50 deste século, ou melhor, não desembarcou nem mesmo no século XX. Ela ainda habita os pântanos disseminadores da peste negra da Idade Média. Refém de sua própria mentalidade feudal, a esquerda brasileira não se define com propriedade ao usar o termo progressista: sua meta é, na verdade, o atraso.

A matéria *A esquerda feudal* foi veiculada na seção Notas e Informação do OESP, espaço de publicação dos textos editoriais, um mês antes do primeiro turno eleitoral de 1989, período de crescente recrudescimento das disputas entre os candidatos Lula e Collor. Antes de analisarmos esse texto, registramos um dado significativo: foram raros os textos editoriais que tiveram como tema principal a figura de Lula. Verificamos que, especialmente em datas próximas aos dois turnos eleitorais, houve maior incidência referencial ao personagem político Fernando Collor de Mello, que seria eleito presidente naquele ano.

No editorial, o sujeito do discurso introduz o texto com uma fala de Lula: “Nossos verdadeiros inimigos são os candidatos da direita, como Afif, Collor e Caiado, que também estarão unidos para nos enfrentar”. O enunciado foi destacado de um contexto enunciativo pouco especificado no próprio texto, somente foi indicado o local em que foi proferido, em Feira de Santana-BA.

Ao citar por meio de discurso direto a fala de Lula, o enunciador emprega o verbo *dicendi* (dizer) em “disse o parlamentar”, uma escolha aparentemente neutra, algo que não é recorrente nos textos que analisamos. Com o emprego do discurso direto, estabelece-se também um distanciamento entre os pontos de vista do discurso citado e do citante, o que vai se comprovar ao longo da enunciação. Diferentemente, quando o sujeito do discurso se refere à fala de Collor: “Se o centro não se unir o Brasil vai se transformar, no segundo turno das

eleições presidenciais, numa Roma incendiada”, faz uso do verbo “vaticinar”, produzindo um efeito de sentido distinto do gerado pelo verbo “dizer”. Nesse contexto, além de reforçar a imagem de alguém que enuncia com um tom peremptório, emerge do texto uma cena validada, a memória discursiva da imagem política de Collor que frequentemente enunciava, durante a campanha eleitoral, em tom de profecia ou de advertência.

A representação de uma suposta esquerda construída pelo título, *A esquerda feudal*, vai sendo edificada no tecido textual a partir das qualificações que o locutor atribui ao candidato Lula e à esquerda brasileira naquele contexto, compondo, assim, o ambiente semântico que remete a características do feudalismo, cujo sistema socioeconômico foi baseado na vassalagem e remonta à Idade Média, no contexto da Europa entre os séculos V e XV, conhecida como Idade das Trevas, época caracterizada pela obscuridade, pela falta de conhecimento, de restrição de ideias. Essa atmosfera do período feudal é revelada sobretudo a partir dos trechos: “A lógica do candidato do PT é **simplista**, como, de resto, **simplório** é seu discurso político”; “mesmo que os líderes partidários pudessem liderar seus eleitores como um **pastor** conduz suas ovelhas”; “se o principal líder do PT **conhecesse a história** do Brasil”; “a discussão ideológica é **obsoleta e anacrônica**”; “a esquerda brasileira teima [...] como se o Brasil estivesse na década de 50”; “a esquerda brasileira continua apegada a **velhos mitos** e seus **insepultos preconceitos**”; “outro candidato **soi-disant progressista**”; “**invasão de seus ‘domínios**”; “como se essa industrializada região metropolitana fosse um **feudo**, um **curral** eleitoral do PT e do Lula”; “a esquerda brasileira **não chegou ainda nos anos 50 desse século**”; “habita os **pântanos** disseminadores da **peste negra da Idade Média**”; “Refém da sua própria **mentalidade feudal**”; “sua meta é o **atraso**” (grifos nossos). O universo de sentido produzido por essas expressões culminam em um movimento de leitura dentro de um cosmos rústico, pitoresco, habitado pela ignorância e anacronia do candidato Lula e da própria esquerda.

O sujeito do discurso enuncia de um espaço privilegiado do jornal, o editorial, um gênero cujo efeito de verdade é pretendido com mais intensidade que os demais gêneros, na medida em que representa uma voz coletiva do posicionamento ideológico da empresa jornalística. A partir da enunciação, inserida no contexto dessas cenas englobante e genérica, o enunciador evidencia sua aversão ao que nomeia de “esquerda *soi-disant* progressista”, isto é, a esquerda que se diz progressista, mas que, sob o ponto de vista do jornal, “não desembarcou nem mesmo no século XX”. Além do matiz irônico, enuncia a partir de um tom áspero e pedante na medida em que rebaixa as características dos personagens da esquerda da cena enunciativa, emergindo um *ethos* áspero e *avant-gard*.

A associação semântica entre esquerda e feudalismo legitima a depreciação do discurso antagonista (da esquerda brasileira), em que a fala do outro é retomada com o intuito de ilustrar não só a incompatibilidade de posicionamento político-partidário, mas também para projetar representações estereotípicas sobre o outro (ex-líder sindical metalúrgico, *soi-disant* progressista, mentalidade feudal etc).



## 3.7 Matéria (5): “Por que votar em Lula” (02 de dezembro de 1989)

2—O ESTADO DE S. PAULO

**Espaço aberto**

## Por que votar em Lula

RENATO JANINE RIBEIRO



**Há boas razões para votar em Lula no segundo turno.**

A primeira não é a meta da justiça social (será a segunda razão), mas o modo pelo qual o PT luta por ela. Escolho de propósito uma questão polêmica, porque parte razoável da classe média recusa os métodos do PT. Este temor, contudo, não se justifica! O PT hoje é a única força partidária do País a ter uma base bastante ativa, perfil que também é o dos sindicatos da CUT e das comunidades eclesiais de base. Mas é um engano ter receio disso. Afinal, organizações são poderoso fator de estabilidade. Dão uma perspectiva para milhões de pessoas sem saída. Quantos pobres, devido a estas organizações e à sua luta, vêm — pela primeira vez — uma chance de melhorar de vida, não por uma esmola, mas por sua própria ação concertada? É isto a esperança.

Estas lutas podem incomodar alguns, até porque a distribuição de renda há de diminuir a parte de uns para aumentar a de outros. Mas Lula tem insistido que a conta não será da classe média, mas dos mais ricos; e estes, o que preferem? Anéis ou os dedos? Podem não gostar de que os movimentos sociais tenham êxito sequer parcial, mas são estas organizações que servem aos despossuídos para que, finalmente, tentem o acesso à cidadania. É bom lembrar que para a enorme maioria de nosso povo, aliada do processo efetivo de decisões e excluída do consumo, nem a democracia nem a propriedade são valores que lhe digam respeito. Se o capitalismo quer sobreviver no Brasil, terá de se associar à democracia (o que por muito tempo não fez) e conquistar esta massa submetida à miséria para a cidadania e o consumo. Claro que ser cidadão, proposta do PT, não é o mesmo que ser consumidor, interesse da burguesia. Estas duas metas, porém, tem em comum vencer a miséria.

Por isso, a segunda razão: Lula promete não usar o arrocho salarial, propõe como meta a justiça social. Não é esta a única saída para a miséria e seus males? Males que afetam o pobre, é óbvio, mas também todos nós, numa sociedade de mais e mais violenta, num País que, sem gente instruída ou ali-

mentada, não será páreo para nenhum “tigre” asiático — nem sequer em termos industriais, quanto mais nos novos desafios tecnológicos.

Mas isto, ouço a objeção, também é prometido pelo candidato Fernando Collor — e alguns acham que ele faria melhor, porque propõe via mais moderna, a desestatização. Minha terceira razão é que os meios de Lula seriam mais eficazes. Não parece lógico que Collor, com tanto apoio dos antigos partidários do regime militar, faça a justiça social que a ditadura negou. Lula tem melhores meios para isso — e chegamos à questão do Estado.

A crise do Estado ocorre em escala mundial, paralelamente a um novo vigor da empresa privada. No Brasil há estatais ineficazes, que devem ser fechadas, privatizadas ou postas a funcionar direito. Isso terá de ser decidido democraticamente. Mas seria grave erro pensar que, num País como o

nosso, possa haver avanço rumo à justiça social sem a ação do poder público. Para a privatização que ocorreu na Europa Ocidental partiu-se de desníveis sociais bem menores, e do acesso de todos a uma alimentação, saúde e educação boas. No Brasil, com tantas carências, como pensar que a empresa privada vá resolvê-las?

Uma última palavra, quanto ao medo que certos organismos patronais têm dos sindicatos combativos, de esquerda. Outro equívoco! Até se contratou, há pouco tempo, um expert estrangeiro em dismantlar estas entidades. Mas são justamente elas que canalizam lutas e lhes dão chance de êxito e, por isso, a sensação de que vale a pena jogar as regras do jogo. Sem sindicatos aguerridos, que fará a classe trabalhadora? Mesmo que num primeiro tempo se dobre, depois partirá para formas mais duras de luta.

O momento, por sinal, deveria favorecer a aposta maior em Lula, até dos meios voltados para o capitalismo. Isto porque, entre os trabalhadores, perde vigor a idéia

de uma luta radical que só terminaria com o fim da burguesia, como pensou Marx. Muito do que Lula pede é simplesmente a adesão aos valores do consumo, melhores salários, férias decentes, acesso à pequena propriedade. Não há melhor forma de integrar os trabalhadores na sociedade capitalista do que apostando na intenção deles de viver melhor.

A burguesia brasileira tem agora a chance de associar as causas da cidadania e da propriedade, desde que saiba apoiar propostas bastante fortes de justiça social. Mas não há forma melhor de causar uma ruptura violenta na estrutura social do que barrando o acesso dos trabalhadores à propriedade, e suas chances de vencerem o limiar da miséria e da pobreza. Não acredito que Collor de Mello tenha condições de integrar o mundo operário na sociedade em que vivemos, mas estou convicto de que, se alguém tem chance de fazer isto hoje, esse homem é Lula.

Renato Janine Ribeiro é professor de Filosofia da USP

O artigo de opinião “Por que votar em Lula”, veiculado no caderno “Espaço Aberto”, é assinado pelo colaborador externo Renato Janine Ribeiro (professor da USP tal como o responsável pelo artigo “Lula e a Alemanha”). O título já antecipa explicitamente o conteúdo da matéria, que foi publicada após o primeiro turno eleitoral, duas semanas antes do segundo turno do pleito, por meio da qual o enunciador construirá seus argumentos com a finalidade de provocar a adesão do leitor quanto à escolha de seu voto para as eleições de 1989. Também compõe a cena enunciativa uma ilustração na qual há um braço estendido, com uma estrela (símbolo do PT) tatuada na mão, que aponta para um horizonte próximo/possível.

Anuncia, desde o início da matéria, que apresentará “boas razões para votar em Lula no segundo turno” e, tal como na matéria “Lula e a Alemanha”, o enunciador divide, de

maneira didática, sua argumentação em três razões “A primeira não é a meta da justiça social (será a segunda razão), mas o modo pelo qual o PT luta por ela” e “Minha terceira razão é que os meios de Lula seriam mais eficazes”. Caminha, por vezes, do tom didático para um tom quase panfletário quando enuncia que “parte razoável da classe média receia os métodos do PT. **Esse temor, contudo, não se justifica!**” e “quanto ao medo que certos organismos têm dos sindicatos combativos, de esquerda. Outro equívoco!”, na medida em que se distancia do modo de explicação didática e chama a atenção do leitor com o uso da exclamação.

O sujeito do discurso se direciona, de imediato, para um interlocutor que acredita ser o leitor do jornal, indiciado em: “**parte razoável da classe média** receia os métodos do PT” e “Essas lutas podem incomodar **alguns**”, mobilizando um mundo ético representado por essa parte da classe média brasileira, pertencente ao campo ideológico da direita, liberal na economia e conservadora nos hábitos, e que compartilha de estereótipos culturais dessa formação social: em sua maioria, indivíduos brancos, assalariados, que representam a maior parcela de consumidores de bens e serviços e que temem a distribuição de renda, pois acreditam que pode “diminuir a parte de uns para aumentar a de outros”, antecipa o enunciador. O leitor da coluna de artigo de opinião, que o enunciador acredita ser essa “parte da classe média”, também quer consumir saberes de figuras ou personalidades que corresponda a um *ethos* pré-discursivo do intelectual que pensa a realidade a partir de uma perspectiva científica ou analítica. E o enunciador evoca esses “consumidores” na tentativa de promover a incorporação do leitor ao mundo ético da classe média que se pretende intelectualizada.

A partir de um tom instrutivo, na medida em que vai expondo as possíveis angústias do leitor: “é um engano ter receio disso”; “Mas Lula tem insistido que a conta não será da classe média, mas dos mais ricos”, empenha-se em tranquilizar o leitor-eleitor, apelando, a princípio, para o lado “empático” da classe média, cujo *status quo* está um degrau acima dos “despossuídos” e “sem acesso à cidadania”, “essa massa submetida à miséria” e “alijada do processo efetivo de decisões e excluída do consumo”. E aciona um pouco mais o mundo ético compartilhado com essa “parte razoável da classe média” quando apresenta uma solução para a manutenção do capitalismo: “Se o capitalismo quer sobreviver ao Brasil, terá de se associar à democracia (o que por muito tempo não fez) e conquistar essa massa submetida à miséria para a cidadania e **consumo**”, aqui novamente buscando a adesão dos leitores que pertencem à comunidade imaginária do maior mercado consumidor, a própria classe média. A fim de desconstruir uma possível atmosfera de medo da implementação do “socialismo” ou do “comunismo”, presente na memória discursiva recente da classe média, a partir da eleição de

Lula, o enunciador resgata enunciados que teriam sido proferidos por Lula, como “Lula promete não usar o arrocho salarial, propõe como meta a justiça social”, sem recorrer ao destaque de enunciados anteriores. Aqui, a voz do candidato é evocada no discurso, mas não há referência ao texto-fonte ou citação de alguma fala específica dele. É como se o sujeito do discurso jornalístico não precisasse se amparar em nenhuma fala anterior do candidato para legitimar seu enunciado.

Ao longo do texto, o articulista age como advogado de Lula ao tentar desconstruir ideias já consolidadas que provocavam na classe média aversão ao candidato. Para isso, recorre, por exemplo, para a questão da insegurança e para o anseio em sair da condição de país “subdesenvolvido”, preocupações latentes desse grupo. Enuncia “numa sociedade mais e mais violenta, num país que, sem gente instruída ou alimentada, não será párea para nenhum tigre asiático – nem sequer em termos industriais, quanto mais nos novos desafios tecnológicos”. E em destaque no paratexto, reitera que “Entre os trabalhadores perde vigor a ideia de luta radical”, atenuando a imagem de radicalismo sindical que permeia a figura de Lula e do PT.

Com diligência, ao se mostrar atento a uma possível angústia do interlocutor, antecipa um provável argumento contrário à sua causa: “ouço a objeção”, projetando uma imagem do co-enunciador como possível eleitor do candidato representante da direita, Fernando Collor, prevendo a presença de eventuais enunciados dissonantes aos seus argumentos e, ao mesmo tempo, imprimindo uma aura de ambiente de defesa. E, ao esboçar a última razão, o enunciador relembra aos leitores que eles pertencem à classe trabalhadora, que fazem parte do mundo ético do “mundo operário”: “Sem sindicatos aguerridos, que fará a classe trabalhadora?”, mas, igualmente, distanciando-se do discurso da luta de classes, reforça o enunciador que: “Muito do que o Lula pede é simplesmente a adesão aos valores do **consumo, melhores salários, férias decentes, acesso à pequena propriedade**” (grifos nossos), termos que compõem o universo da classe média.

Nesse artigo, tal como supracitamos, o fiador remete a um mundo ético da classe média brasileira do qual ele é parte integrante e ao qual confere acesso: “Males que afetam o pobre, é óbvio, mas também todos **nós**”. Desta forma, do seu discurso emerge o *ethos* de conciliador e de mediador de uma causa, a de defender o voto em Lula. A cenografia que surge dos enunciados é a do julgamento, em que o enunciador é o advogado de defesa, que traz à tona argumentos para depois contra-argumentar para convencer seu auditório, a classe média. Para isso, busca agregar dois discursos que, *a priori*, representariam posicionamentos opostos: o da cidadania (dignidade social) e o do consumidor (poder de compra), convocando

o interlocutor a perseguir uma meta pela “justiça social”, a de “vencer a miséria”, ao mesmo tempo, o enunciador impele o interlocutor a se identificar com a imagem da “burguesia brasileira”, que possuiu a prerrogativa de “associar as causas da cidadania e da propriedade”.

### 3.8 Matéria (6): “No segundo turno, Lula modera o discurso” (05 de dezembro de 1989)

TERÇA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 1989

Política

O ESTADO DE S. PAULO

**O candidato do PT ficou até as 23 horas de sábado num sítio próximo a São Paulo com meia dúzia de assessores. Passou o domingo em casa e foi para o Rio de Janeiro disposto a colocar no ar, ao vivo, para todo o Brasil, uma nova imagem: a**

**do Lula do segundo turno — um candidato menos radical, dono de um vocabulário mais amplo e disposto a provar que tem mais condições de cumprir o que anda prometendo nesta campanha do que o Lula que foi ao ar durante os debates promovidos ao longo do primeiro turno**

## No segundo turno, Lula modera discurso

LUCIANO SUASSUNA

**A**s 10 horas da manhã de sábado, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, juntou meia dúzia de assessores num sítio próximo a São Paulo e iniciou sua preparação para o debate do dia seguinte. Cercado de conselheiros para assuntos econômicos e políticos, como o economista Aluizio Mercadante e o secretário-geral do partido, deputado José Dirceu, Lula assumiu o papel de Fernando Collor de Mello — como se estivesse no lugar de seu adversário, ele fazia as perguntas que imaginava ser de responder em rede nacional de televisão.

Lula quis saber se o PT defendia a luta armada, se preparava invasões de terra ou ainda se seria como realizar o que anda prometendo na campanha eleitoral. Treze horas depois, ele estava pronto para apresentar, ao vivo, para todo o Brasil, o Lula do segundo turno — menos radical, dono de um vocabulário mais amplo e decidido a provar que possui mais condições de administrar o País do que o Lula que foi ao ar no primeiro turno.

Durante as três horas do debate com Fernando Collor de Mello, nos estúdios da TV Manchete, no Rio de Janeiro, o Lula que, no dia 29 de junho, anunciou no Paraná que a política do PT era “tomar as terras que ninguém a ocupou” porque “a terra tem de ser ocupada para que os trabalhadores não morram mais debaixo de pontes” cedeu lugar ao Lula que define um limite para a reforma agrária. “Nos estabelecemos um patamar mínimo de terras que, se não produtivas, vão ser desapropriadas”, afirmou.

Lula já chegou a ser complacente com a proposta de uma luta armada para mudar o País. No debate de domingo, porém, ele apresentava outras credenciais: “Estão me chamando de revolucionário, que eu quero a luta armada”. Pois está aqui a minha arma”, afirmou, mostrando a Constituição. O Lula do PT que se ausentou do colégio eleitoral transformou-se no candidato que usa, sem concessões, a palavra “negociar”.

“Aprendi que em política nada se dá por encerrado”, afirmou ontem, em São Paulo, o candidato do PT, insistindo na negociação do seu partido com os tucanos do PSDB. “Percebi isso quando vi que tinha chances de ganhar a eleição”.

Montado sobre uma plataforma de oito centímetros de altura, utilizada para encobrir no vídeo a diferença de estatura

entre os dois candidatos, Lula usou um vocabulário novo. Usou expressões como “auscultar”, “omni”, “indubitavelmente” ou “replicar”, falou sobre economia com dados e num jargão próprio aos estudos de temas e discutiu acordos e negociações políticas com a moderação de quem passou dois anos na Constituinte.

Acostumado a maltratar o português fluentemente, o Lula do primeiro turno transformou-se, no debate de domingo, em alguém bem mais cauteloso com a língua. “O Lula foi excepcional”, comemorou, após o debate, o senador Jamil Haddad (PSB-B). Lula porém passou um dia sob grande expectativa.

Antes de ir para o Rio de Janeiro, ele ainda deu um pequeno cochilo após o almoço. Viajou num jatinho particular e foi recebido com festa no Aeroporto Santos Dumont. Mesmo acompanhado de sua mulher, Marisa, chegou a ser beijado por eleitoras. Passava das 20 horas, quando ele chegou ao hotel Novo Mundo (diária de R\$ 93,00).

Cerca de cinquenta militantes o aguardavam — entre as 11 bandeiras que eram arfadas, havia apenas uma do PT e duas do PC do B. De qualquer forma, saiu, nesta hora, a primeira palavra de ordem a anunciar a aliança entre o candidato do PT e Leonel Brizola, do PPT: “Lula, Brizola, criança na escola”, numa referência a decisão da Frente Brasil Popular de encampar a ideia de construir Ciep's, se ganhar a eleição.

No hotel, Lula recebeu uma junta de três médicos petistas, que o acompanharam no Rio de Janeiro. Com 85 batimentos por minuto e uma pressão de 12 por 8,5, Lula tomou banho, trocou o terno escuro por um claro e quinze minutos antes de começar o debate entrou num Moza vermelho e atravessou os cerca de 100 metros que separam a porta do hotel da garagem da TV Manchete.

Tres horas depois, quando estava encerrado o maior debate político da história da televisão no País, Lula apareceu na janela do segundo andar do prédio da Manchete e acenou para sua fãtica militância. Muitos não tinham sequer visto o debate, mas já traziam o veredicto: “Fernando Collor, almofadinha, Lula Inácio já botou você na linha”, anunciavam, numa das provocações contra a torcida colirrida. A meia-noite e meia, quando os dois candidatos deixaram os estúdios da emissora, cada lado cantava sua própria vitória no debate. Lula, contudo, tinha um motivo a mais para festejar — o treinamento realizado na véspera tinha dado certo. O Lula do segundo turno está no ar.



Cordão policial separa militantes do PT e do PRN: sem desentendimentos graves, batalha entre adversários foi só verbal

## Torcidas fazem guerra de slogans

TIMÓTEO LOPES

**RIO** — Cerca de 500 manifestantes foram até a frente da TV Manchete, antemão, na Rua do Russel, aguardar a chegada de seus candidatos. Durante quase duas horas, militantes do PT e do PRN, instalados em áreas separadas pela Polícia Militar, enfrentaram-se numa batalha de slogans. Mas não houve desentendimentos graves. A única ameaça de tumulto ocorreu durante a chegada dos concorrentes, quando petistas deixaram o espaço reservado a eles e invadiram o destinado aos adeptos do PRN.

O problema foi logo contornado pelos policiais, que até aceitaram a sugestão de um militante petista para que fosse feito um cordão humano entre as duas torcidas. Estava garan-

tida a paz, mas não por muito tempo. Logo, um coro de partidários do PRN atacava: “Um, dois, três, vai dar Collor outra vez”. Os petistas devolviam: “Um, dois, três, o lugar do Collor é no xidrez”.

Fernando Collor de Mello chegou ao Rio às 16h30 e saiu por um portão lateral do Aeroporto Santos Dumont para evitar militantes do PT que aguardavam Luis Inácio Lula da Silva no salão de desembarque. Ficou na suite presidencial do Hotel Caesar Park, em Ipanema, com a mulher Rosane, até a hora de sair para o debate, às 20h30. Foi o primeiro a chegar ao prédio da emissora num comboio de oito motocicletas e duas patamos de PM. Com os vidros do Opala todos fechados, sorriu e acenou para seus partidários, que gritavam e aplaudiam.

Lula foi recebido com festa no aeroporto por cerca de 300 pessoas. Aos poucos, formou-se uma espécie de corredor polonês, porém quem primeiro passou ali não foi o candidato do PT, mas o ex-candidato a vice do PMDB, Waldir Pires, acompanhado da mulher Iolanda. “O Waldir vai votar no Lula...”, cantavam os manifestantes. De lá, seguiu para o Hotel Novo Mundo, na Praia do Flamengo, acompanhado da mulher Marisa, seis assessores e dois médicos. Foi examinado duas vezes pelo cardiologista Leônidas Felton, que o aconselhou a ficar relaxado. “Mas relaxado do que estou é impossível”, afirmou Lula. Quando chegou às 21h10 à TV Manchete, foi recepcionado por um coro dos partidários de Collor que o chamavam de “nazista” e “comunista”. Os petis-

tas responderam com “Brasil urgente, Lula presidente”.

Enquanto Lula e Collor de Mello batiam, os militantes se espalharam na busca de algum aparelho de televisão para assistir ao encontro. No final, a Rua do Russel retomou o alarido do início da noite, mas pouca gente viu os dois candidatos abandonar o prédio minutos antes da 1 hora da madrugada de ontem.

Nesse momento, o coronel Romualdo Laviola ordenou a retirada dos 300 homens da PM que, armados com metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo, fizeram a segurança do local. “Cumprí minha missão, não houve incidentes”, disse Laviola satisfeito. À 1h20, também os militantes do PT e do PRN já tinham dado por encerrada sua guerra de palavras de ordem travada nas ruas.

As campanhas eleitorais do segundo turno de 1989 caminhavam para o fim e, em 03 de dezembro desse ano, ocorreu o penúltimo debate antes do dia do pleito — marcado para 15 de dezembro de 1989 —, que foi transmitido pela extinta TV Manchete. Nessa mesma data, foi declarado o fim da Guerra Fria, conflito de disputas simbólicas e estratégicas que dividiu o mundo em dois blocos com vieses econômicos, políticos e ideológicos opostos. Por um lado, o capitalismo encenado pelos EUA e, por outro, o comunismo representado pela antiga URSS, cujos efeitos beligerantes, especialmente os ideológicos, ecoariam ainda por um longo período.

Esse texto jornalístico pertence ao gênero reportagem. O jornalista-repórter noticia um fato e o traduz para o leitor, isto é, ao mesmo tempo em que reporta uma informação, o

enunciador sai da superfície do relato e pode mergulhar um pouco mais no campo interpretativo dos fatos. A matéria foi assinada pelo jornalista Luciano Suassuna e veiculada em 05 de dezembro de 1989, doze dias antes do segundo turno das eleições. O mote central foi baseado na preparação do candidato petista, classificado pelo jornalista como “o Lula do segundo turno”, para o debate do dia 03 de dezembro.

Desde o título, “No segundo turno, Lula modera discurso”, o enunciador dota seu texto com uma feição opinativa ao eleger o verbo “moderar”, por meio do qual transparece uma imagem negativa do discurso adotado até então pelo candidato. Um dado também importante sobre o título da matéria refere-se à utilização do recurso jornalístico do transbordamento, relacionado à “disposição do título em um número de colunas superior ao espaço usado pelo texto no conjunto da superfície impressa” (MELO, 2003, p. 92), ou seja, há outras matérias localizadas abaixo desse título, mas essa reportagem ganha destaque entre as outras, transforma-se em uma manchete. O enunciador também extrapola o uso do espaço do paratexto a fim de fornecer ao leitor mais detalhes do que já havia exposto no início da matéria. No paratexto,

O candidato do PT ficou até 23 horas de sábado num sítio próximo a São Paulo com **meia dúzia** de assessores. Passou o domingo em casa e foi para o Rio de Janeiro disposto a colocar no ar, ao vivo, para todo o Brasil, uma nova imagem: a do Lula do segundo turno – um candidato menos radical, dono de um vocabulário mais amplo e disposto a provar que tem mais condições de cumprir **o que anda prometendo nesta campanha** do que o Lula que foi ao ar durante os debates promovidos ao longo do primeiro turno (SUASSUNA, 1989, p. 7, grifos nossos).

o sujeito do discurso não só situa o leitor sobre os fatos que compõem a reportagem, como também, descreve mudanças nos traços já estereotipados sobre a personalidade política de Lula “um candidato menos radical, dono de um vocabulário mais amplo, disposto a provar que tem mais condições de cumprir o que anda prometendo”, isto é, em oposição aos simulacros previamente construídos sobre a figura de Lula: um candidato radical, detentor de um vocabulário restrito, distante da figura do político de gabinete. Ao fazer uso da expressão “meia dúzia de assessores”, o enunciador imprime um tom depreciativo para a reunião entre Lula e seus partidários, cujo matiz é também possível depreender na leitura do trecho: “disposto a provar que tem mais condições de cumprir o que anda prometendo do que o Lula que foi ao ar ao longo do primeiro turno”.

Na estrutura da matéria também está presente um *lide*, que é mais comum em textos do gênero notícia, mas pode estar presente “também em outros gêneros, como o *feature* e a

reportagem. Por sua concisão e ausência de marcas subjetivas, o *lead* busca o efeito de sentido de verdade, de objetividade” (CAVALCANTI, 2006. p. 85). De acordo com a analista, esse parágrafo inicial deve ser construído com base em seis perguntas – quem, que, quando, onde, como, por que. Na reportagem, a estrutura da pirâmide invertida é constantemente alterada, há mais liberdade de se construir o lide. No entanto, verificamos que o jornalista extrapola a “objetividade” desde o lide, tal como visualizamos no paratexto.

Às 10 horas da manhã de sábado, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, juntou **meia dúzia de assessores** num sítio próximo a São Paulo e iniciou sua preparação para o debate do dia seguinte. **Cercado de conselheiros** para assuntos econômicos e políticos, como o economista Aluizio Marcadante e o secretário-geral do partido, deputado José Dirceu, Lula assumiu o papel de Fernando Collor de Mello – como se estivesse no lugar do seu adversário, ele fazia as perguntas que imaginava ter de responder em rede nacional na televisão (SUASSUNA, 1989, p. 7)

Novamente, o enunciador faz uso da expressão “meia dúzia de assessores” e reitera a presença de seus partidários afirmando que Lula estaria “cercado de conselheiros”, produzindo um sentido de que o candidato precisaria ser moldado e não possuiria habilidade e competência para agir sem esse apoio. Na sequência do texto, o sujeito do discurso enuncia que “Lula **quis saber** se o PT defendia a luta armada, se pregava invasões de terra ou ainda se teria que realizar o que anda prometendo na campanha eleitoral”, e, a partir de um tom irônico, caracteriza a figura de Lula como um candidato alheio aos posicionamentos do seu partido e, também, como um personagem de duas facetas, que pode ser moldado de acordo com as demandas das circunstâncias políticas. E no trecho

“o Lula que, no dia 29 de junho, anunciava no Paraná que a política do PT era “tomar a terra de quem não a ocupou” porque “a terra tem que ser ocupada para que trabalhadores não morram mais debaixo das pontes” cedeu lugar ao Lula que define um limite para a reforma agrária, “Nós estabelecemos um patamar mínimo de terras que, se não produtivas, vão ser desapropriadas”, afirmou. (SUASSUNA, 1989, p. 7)

o sujeito do discurso destaca falas de Lula proferidas em uma ocasião pouco detalhada, para, em tom de delação, elaborar a imagem do candidato como detentor de uma dupla faceta, cujo estereótipo é rejeitado por eleitores.

Em alguns momentos do texto, o enunciador destaca falas de Lula, algumas com contexto enunciativo pouco especificado e outras inseridas no cenário do debate, mas não é possível recuperar os enunciados completos proferidos por Lula, só temos acesso à forma

como o sujeito do discurso relata suas supostas falas. Essa forma de enunciação leva o co-enunciador a conferir um *ethos* ao fiador de testemunha ocular do ensaio para o debate, alguém que, tendo acompanhado a preparação do candidato, transmite, informa “objetivamente” o que transcorreu, com base no *ethos* pré-discursivo do gênero informativo e, também, da figura do jornalista de que ele possui a prerrogativa de transmitir as informações de forma fidedigna. Por exemplo, no *lide*, o sujeito do discurso relata a preparação para o debate e indica que o candidato “fazia perguntas que **imaginava ter de responder**” e, no parágrafo seguinte, “quis saber se teria como realizar **o que anda prometendo**” (grifos nossos), criando uma imagem de fantasia e de estereótipo do político que promete, mas não cumpre.

O tema central da reportagem refere-se à figuração da imagem de Lula antes e da imagem de Lula depois do primeiro turno, que vai sendo revelada, pela construção de ilhas textuais, em que o enunciado citado se mistura ao citante, pelo destacamento de enunciados do personagem em diferentes contextos enunciativos e, também, pelos juízos de valor que emergem do discurso.

O enunciador fornece uma série de atributos às ações do candidato: “Lula **já** chegou a ser **complacente** com a pregação de uma luta armada”, em que o advérbio de tempo indica que foi, em um momento passado, condescendente com a “luta armada”, o que é considerado algo repreensível para o fiador do texto, cujo posicionamento, possivelmente, possuiu a adesão do leitor. Quase em tom de revelação, o enunciador estabelece uma cisão na imagem supostamente veiculada pelo candidato antes e depois do segundo turno: “o Lula do primeiro turno” e “o Lula do segundo turno”, cujo possível efeito é o de promover suspeição ou incredulidade sobre a conduta do político.

Ao longo da reportagem, o enunciador constrói, por meio de um tom quase irônico, mas também depreciativo, representações sobre a compleição física e características estereotipadas: “**montado** sobre uma plataforma de quase oito centímetros de altura, utilizada para encobrir no vídeo a diferença de estatura entre os dois candidatos, Lula usou um **vocabulário novo**”; “Acostumado a maltratar o português fluentemente, o Lula do primeiro turno transformou-se, no debate de domingo, em alguém bem mais cauteloso com a língua.” E o encerramento do texto reforça o efeito de contradição, de cisão de caráter: “O Lula do segundo turno está no ar”. A partir do *ethos* de enredador, a cenografia que emerge da reportagem é a de revista de celebridades ou de fuxico.

De modo distinto do contexto discursivo do final da década de 80, no início dos anos 2000, com o advento da *internet*, as mídias impressas começaram a fazer uso da divulgação



*online* de seus conteúdos. Verificamos, contudo, que no caso da fonte de nosso material de pesquisa, o OESP, o principal meio de divulgação da informação ainda era o jornal impresso. E ao levantarmos dados do ano de 2006 no site do jornal ([estadao.com.br](http://estadao.com.br)), localizamos somente matérias exclusivamente do gênero notícia que, não obstante, referem-se à compilação das matérias veiculadas na mesma página do jornal impresso. Textos de outros gêneros não eram, naquele momento, veiculados no portal, tal como ilustramos na seção sobre o uso da *internet* no campo jornalístico. No texto *online* há diferentes características em relação às notícias impressas, visto que a matéria veiculada no *site* se trata de uma compilação dos textos impressos, é resultado do resumo das matérias da página impressa, possuiu menos caracteres e não é assinada por jornalistas e sim é atribuída à “Agência Estado”. Para pontuar uma distinção entre os suportes, o uso do verbo *dicendi* “dizer” é bastante recorrente no texto *online*, e o recurso do discurso indireto é utilizado em quase todo texto. Já no veículo impresso, há um uso variado dos verbos que introduzem o discurso citado.

Nosso foco de análise serão as matérias veiculadas no jornal impresso, pois se tratam de textos completos, em que estão dispostos diversos elementos de análise (paratextos, fotos, legendas, dentre outros) e, também, devido ao fato de o jornal impresso ser a forma usual de demanda dos leitores, naquele contexto.

### 3.9 Matéria (7): “Lula diz ter a cara do povo e culpa rivais por atraso em seus programas” (21 de janeiro de 2006)

GOVERNO

## Lula diz ter a cara do povo e culpa rivais por atraso em seus programas

Em discurso, presidente cita iniciativas que não teriam avançado por falta de colaboração de Serra, Maia e Rosinha

Wilson Tosta  
RIO

Sob sol forte e gritos de “ão, ão, ão, queremos reeleição”, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou um ato público em Queimados, na Baixada Fluminense, para atacar os principais adversários, o prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), o secretário de Governo do Rio, Anthony Garotinho (PMDB), e criticar o prefeito do Rio, César Maia (PFL). Diante de cerca de 10 mil pessoas, disse que vários programas federais não avançaram mais por falta de colaboração das duas prefeituras e do governo do Rio, chefiado por Rosinha Garotinho (PMDB), mulher de Garotinho.

“Vocês sabem o que fizemos na indústria naval do Rio, mas tem gente que diz que não é nossa, é deles”, criticou, sem citar o casal Garotinho. “Não vou ficar discutindo quem é o pai da criança, quero saber quem é que está cuidando da criança, quem é que está dando comida para a criança, quem é que está alimentando e educando essa criança”, Lula reclamou, que queria fazer os programas Farmácia Popular e Bolsa Família com o Estado e a prefeitura do Rio, mas não houve acordo.

O presidente rebateu as queixas do casal Garotinho, de falta de atenção com o Estado. “Sempre disse que mentira tem pernas curtas. O dinheiro que vem de Brasília para cá é 54% de tudo que o Estado do Rio arrecada. Divido que em algum ano da história do Rio, ele tenha recebido essa quantidade de dinheiro.” Rosinha não compareceu ao ato, que liberou R\$ 100 milhões para o setor de saúde.

Sem citar Serra ou Maia, Lula os acusou pelos problemas do ProJovem, que dá bolsas a jovens de 17 a 24 anos para que retomem os estudos. “Algumas prefeituras não assumiram a totalidade das vagas. São Paulo teve 30 mil inscritos e não teve as vagas ocupadas, porque depende muito do trabalho da pre-



CRÍTICA - “Os adversários já estão em campanha e gostariam que o presidente ficasse trancado no gabinete”, disse Lula, na visita ao Inmetro

### Secretário rebate números

Encarregado pelo prefeito de São Paulo, José Serra, de acompanhar a implantação do programa ProJovem na capital, o secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro, disse ontem que o presidente Lula está “mal informado” e desconhece os próprios números federais em relação aos inscritos no programa em São Paulo. Segundo Lula, 30 mil jovens se inscreveram na cidade, mas o programa não tem dado certo “porque depende muito da Prefeitura”. “Foram 17.250 inscrições e 4 mil jovens já foram matriculados. O programa está em plena fase de

implantação, inclusive em Belo Horizonte, administrada pelo PT. Não há, portanto, nenhum problema e temos convicção de que o projeto vai dar certo”, disse Pesaro. Para ele, as informações de Lula não passam de “discurso político”. No Rio, a governadora Rosinha Garotinho (PMDB), também chamou Lula de “mal informado”. Para o prefeito do Rio, César Maia (PFL), o que Lula disse “é quase verdade”. Ele explicou que programas como o ProJovem levam tempo para atrair o público. ■ ANA PAULA SCIOCCIA E WILSON TOSTA

feitura. No Rio foram mais de 30 mil inscritos e só há 8 mil cursando, porque tem problema.”

Lula afirmou que 2006 será um ano de “colheita muito grande”, ao falar das realizações do governo. “É por isso que, de vez em quando, vocês vão ver algumas pessoas dizendo: ‘Esse ato de Queimados é campanha eleitoral’. A inauguração de uma estrada é campanha. Se eu não fizesse essa campanha para eles. Se faço, eles dizem que é para mim. Entre fazer para eles e fazer para mim, eu prefiro fazer para nós, aqui”, ironizou.

#### MOBILIZAÇÃO

O ato foi montado pelo Ministério da Saúde e pelas prefeituras de Queimados, governada por Rogério do Salão (PL), e Nova

Iguaçu, ao lado do esqueleto do Hospital Geral de Queimados, cujas obras estão paradas desde 1992. Segundo Rogério, o município gastou R\$ 70 mil. O PT levou ônibus com militantes. O PC do B políticos da região mobilizaram adeptos. A prefeitura fez propaganda do ato com carros de som e pelo rádio. Foi assim que o pintor Rogério Oliveira da Silva e o aposentado José Fernandes Nascimento souberam e resolveram participar.

Ligados a Garotinho, os prefeitos de Duque de Caxias, São João de Meriti, Seropédica, Japeri e Guapimirim não foram ao ato. Lula, aparentemente, não deu importância, e, segundo pessoas próximas, estava animado. “Saio daqui feliz porque quando desci e me deparei com

FRASES

#### Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República

“Eu sempre disse que mentira tem pernas curtas. O dinheiro que vem de Brasília para cá é 54% de tudo que o Estado do Rio de Janeiro arrecada. Eu divido que em algum ano da história do Rio, ele tenha recebido essa quantidade de dinheiro”

“Algumas prefeituras não assumiram a totalidade das vagas. São Paulo, por exemplo, teve 30 mil inscritos e não teve as vagas ocupadas, porque depende muito do trabalho da prefeitura. Aqui, no Rio de Janeiro, foram mais de 30 mil inscritos e só tem 8 mil cursando, porque tem problema”

“Saio daqui feliz porque quando desci e me deparei com a fisionomia de vocês, eu disse a mim mesmo: essa é a minha gente, porque essa é a minha cara. A minha cara não é a cara da zona sul (do Rio), não é a cara da Avenida Paulista, a minha cara é a cara do povo sofrido deste país, que clama por justiça”

a fisionomia de vocês, eu disse a mim mesmo: essa é a minha gente, porque essa é a minha cara. A minha cara não é a cara da zona sul (do Rio), não é a cara da Avenida Paulista, a minha cara é a cara do povo sofrido deste país, que clama por justiça.”

Em clima de comício, ele cumprimentou pessoas e posou para fotos com integrantes da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis, antes de ir para Duque de Caxias, onde visitou o Inmetro (veja reportagem nesta página). Em seu discurso, Rogério do Salão elogiou Lula a se candidatar à reeleição. “Não ceda, presidente. O povo precisa. Se o senhor abrir mão disso, nunca mais o povo terá a oportunidade de ter um representante seu conduzindo-o ao progresso.” ■

Essa primeira matéria de 2006, *Lula diz ter a cara do povo e culpa rivais por atraso em seus programas*, assinada pelo jornalista Wilson Tosta, foi publicada no início do ano, em 21 de janeiro de 2006, contexto em que ainda não poderia haver divulgação de candidaturas ou a realização de campanhas eleitorais. No início do texto, o enunciatore contextualiza a reportagem da seguinte maneira: “Sob sol forte e gritos de ‘ão, ão, queremos reeleição’, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva **aproveitou** um ato público, em Queimados, na Baixada Fluminense, **para atacar** os principais adversários” (grifos nossos). A partir do emprego de “aproveitou”, pode-se inferir que o enunciatore avalia o discurso/participação de Lula no ato como campanha. Mas, no mesmo parágrafo, faz uso do verbo “dizer”, aparentemente mais neutro e usual no âmbito desse gênero. A matéria não versa sobre os acontecimentos do ato e sim sobre o discurso de Lula durante o evento, e vários trechos desse discurso são

reproduzidos sob a forma de discurso direto. Além disso, o enunciador concede uma espécie de direito de resposta por meio do paratexto “Secretário rebate números”.

Detalhes e informações sobre o evento ficaram em segundo plano, e parte significativa da matéria é composta pelo destacamento de falas de Lula durante o ato, tal como ocorre no segundo parágrafo do texto.

‘Vocês sabem o que fizemos na indústria naval do Rio, mas tem gente que diz que não é nossa, é deles’, **criticou** sem citar o casal Garotinho. ‘Não vou ficar discutindo quem é o pai da criança, quero saber quem é que está cuidando da criança, quem é que está dando comida para a criança, quem é que está alimentando e educando a criança’. Lula **reclamou** que queria fazer os programas Farmácia Popular e Bolsa Família com o Estado e Prefeitura do Rio, mas não houve acordo (TOSTA, 2006, p. A4, grifos nossos).

Verificamos que há verbos utilizados para explanar as frases destacadas – criticar e reclamar – que produzem um efeito de sentido de que Lula discursou em posição de ataque e que, de alguma forma, sua posição é a de que foi prejudicado pelas ações ou omissões de adversários políticos. Esse efeito também é produzido pelo título: “culpa rivais por atraso”.

Observamos, também, que alguns desses verbos escolhidos para introduzir os enunciados de Lula produziram uma atmosfera de embate em relação aos adversários políticos: “O presidente **rebateu** as queixas [...] Sem citar Serra ou Maia, Lula os **acusou** [...]” (grifos nossos). O enunciador destaca também uma fala de Lula utilizando um verbo com carga semântica mais neutra, o “afirmar”, no entanto, ao final, lança mão do uso do verbo “ironizar”, o que demonstra juízo de valor em relação à fala do político.

Lula **afirmou** que em 2006 será um ano de “colheita muito grande”, ao falar das realizações do governo. “ ‘É por isso que, de vez em quando, vocês vão ver algumas pessoas dizendo: ‘Esse ato de Queimados é campanha eleitoral. A inauguração de uma estrada é campanha.’ Se eu não fizesse era campanha para eles. Se faço, eles dizem que é para mim. Entre fazer para eles e fazer para mim, eu prefiro fazer para nós, aqui’, **ironizou**” (TOSTA, 2006, p. A4, grifos nossos).

Na primeira parte da reportagem, o enunciador destaca falas em que Lula se direciona, indiretamente, a adversários, segundo descrição do sujeito do discurso que introduz esses enunciados a partir do uso de verbos que remetem ao campo semântico da acusação e do ataque, compondo uma imagem de alguém que justifica possíveis falhas a partir de erros alheios.

Já na segunda parte do texto, intitulada *Mobilização*, o enunciador busca evidenciar como o evento transformou-se em uma mobilização político-partidária: “O PT levou ônibus com militantes. O PCdoB e políticos da região mobilizaram adeptos. A prefeitura fez propaganda do ato com carros de som e pelo rádio”. E, por fim, o enunciador estabelece uma alusão ao contexto de campanha eleitoral quando enuncia que “Em clima de comício, ele [Lula] cumprimentou e posou para fotos com integrantes da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis”, o que, para aquele momento, era considerado ilegal<sup>9</sup>.

A reportagem é acompanhada por dois paratextos. Um deles refere-se a três falas destacadas de Lula, das quais a última está também presente no corpo do texto:

Saio daqui feliz porque quando desci e me deparei com a fisionomia de vocês, eu disse a mim mesmo: essa é a minha gente, porque essa é a minha cara. **A minha cara não é a cara da zona sul (do Rio), não é a cara da Avenida Paulista, a minha cara é a cara do povo sofrido desse país, que clama por justiça** (TOSTA, 2006, p. A4, grifos nossos).

Nesse fragmento, destacamos em negrito, uma sequência sobreasseverada: “A minha cara não é a cara da zona sul (do Rio), não é a cara da Avenida Paulista, a minha cara é a cara do povo sofrido desse país, que clama por justiça”. É uma sequência breve, facilmente memorizável e encontra-se em posição saliente ao final do enunciado, com possibilidade de ser destextualizada, que condensa a tese de que a imagem de Lula é atrelada ao popular, ao povo que não foi ainda contemplado pela justiça social.

O destacamento das falas de Lula na forma de paratexto pode ser lido como um “esforço” do sujeito do discurso jornalístico para transmitir uma suposta imparcialidade. Os paratextos podem servir como “álibi” do fiador para que se produza um efeito de aparente objetividade do discurso, mas esse efeito é diluído pelo uso dos verbos de dizer presentes no corpo do texto, e também pelo próprio destaque concedido a essas frases e não a outras. O que é dado a conhecer do discurso proferido por Lula é filtrado pelo discurso jornalístico. O *ethos* do jornalista, nesse caso, é uma espécie de narrador onisciente, ele se permite dizer aquilo que supõe que Lula estivesse pensando quando proferiu seu discurso, além do fato de que os nomes dos “rivais” não são mencionados por Lula, e sim pelo jornalista. No texto, há um jogo notável entre a veiculação de uma imagem de imparcialidade e a adesão do sujeito a um posicionamento a respeito de Lula.

---

<sup>9</sup> Lei nº 9.504/1997, art. 36, § 1º: A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição.

Já no outro paratexto, intitulado *Secretário rebate números*, cujo texto é posto em relevo, pois está em negrito, o sujeito do discurso elabora um espaço de resposta dos adversários, atores sociais que não participaram do evento e que não foram citados por Lula ao longo da notícia, e sim referenciados pelo jornalista, tal como nos trechos: “o secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro, **disse** ontem que o presidente Lula está ‘**mal informado**’ e desconhece os próprios números federais em relação aos inscritos do programa em São Paulo”; “No Rio, a governadora Rosinha Garotinho (PMDB) também chamou Lula de ‘**mal informado**’. Para o prefeito do Rio, César Maia (PFL), o que Lula disse ‘**é quase verdade**’.” (grifos nossos). A partir da reprodução dessas falas em discursos diretos, o enunciador constrói uma representação de Lula de que ignora as informações verdadeiras ou de que sua narrativa não é fidedigna ou confiável – “é quase verdade”.

Sobre o uso do discurso direto, quando “relata falas consideradas como realmente proferidas, trata-se apenas de uma encenação visando criar um efeito de autenticidade, de uma espécie de imitação” (MAINGUENEAU, 2013, p. 182). O sujeito do discurso dá voz aos dois lados, aos adversários políticos e à Lula, com isso, reivindica uma suposta imparcialidade. A partir de um modo de enunciar, o fiador do discurso conduz o leitor a aderir a um movimento de representações da figura de Lula, adesão mediada por uma igualmente adesão à imagem que o sujeito do discurso constrói primeiro de si.

### 3.10 Matéria (8): “A banalidade do mau” (27 de junho de 2006)

## A banalidade do mal

**U**ma das principais diferenças entre um simples governante e um líder nacional, nas sociedades democráticas, é que ao primeiro, mesmo quando bom administrador, falta o atributo por excelência da liderança – a capacidade de inspirar um povo, pela força do exemplo, promovendo o que os seus concidadãos têm de melhor, e se fazendo símbolo e porta-voz de uma cultura cívica fundamentada em nítidos padrões éticos. Estes, por sua vez, fomentam um novo tipo de coesão social, em que governantes e governados traçam um círculo virtuoso que reduzirá o que houver na mentalidade popular de condescendência com a improbidade e a corrupção.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não bastasse o pouco apreço pelas servidões do cargo, o que assegura que ele jamais será lembrado como um grande gestor da coisa pública, exerce uma forma perversa de liderança, ao usar o seu inquestionável carisma e o seu notável talento de comunicador para deseducar os brasileiros. Ele não apenas arquivou o mote da decência, de que fazia praça em tempos idos. Pior: transformou a indecência em um pecadilho, se tanto, banalizando o mal, na percepção daqueles a quem se dirige. É impossível subestimar a contribuição do presidente para neutralizar a indignação com a cultura da trapaça no Brasil, que se costuma debitar ao suposto caráter macunaímico dos brasileiros.

É impossível tampouco esquecer a manifestação inaugural desse deplorável esforço de

tornar aceitável o que o próprio Lula e os seus companheiros de outrora proclamavam ser inaceitável. Numa estranha entrevista concedida em Paris, em 15 de julho do ano passado, pouco mais de um mês depois que o então deputado Roberto Jefferson incorporou ao léxico político nacional o termo mensalão, o presidente proferiu uma frase que entrou para a sua biografia, para a história do seu governo e para a crônica da baixa política no País: “O que o PT fez, do ponto de vista eleitoral, é o que é feito no Brasil sistematicamente.” Ele queria travestir o

### Um legado perverso para a educação política da sociedade

mensalão – o suborno rotineiro de deputados – de caixa 2, como se, por ser corriqueira, a prática fosse um delito menor.

Um mês mais tarde, visivelmente a contragosto, Lula disse na televisão que “temos que pedir desculpas”, sem esclarecer do que, e se declarou “traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento”, sem especificar que práticas foram essas e identificar os traidores. Agora, até essa ínfima concessão ao sentimento da sociedade, que parecia minar as suas chances reeleitorais, foi removida do palco. Em seu lugar, como se viu sábado na convenção petista que formalizou a sua candidatura, entrou a farsa do Lula injustificado, vítima dos intentos destrutivos do que chamou “setores elitistas” ou vergastou co-

mo “vozes do atraso, que fazem da agressão e da calúnia as suas principais armas”.

O presidente decerto não foi o primeiro homem público, nem será o último, a se convencer das próprias patranhas fabricadas originalmente para consumo externo, a fim de negar as suas malfetorias. A esta altura, de fato, é possível que ele tenha se impregnado da patacoada segundo a qual “a oposição aproveitou-se de algumas condutas equivocadas para generalizar culpas e tentar destruir o partido mais autenticamente popular do Brasil”. Ele também deve ter se induzido a crer que “nossos adversários tentaram se aproveitar de algumas situações para passar a falsa idéia de que nosso governo compactuava com atos ilícitos”. Algumas condutas. Algumas situações. Nonadas que, além de tudo, se afloraram, “é porque este foi o governo que mais apurou – e puniu – a corrupção em toda a história”.

O espantoso, nessa grande farsa, é que ela não precisaria ser tão grande. Sucessivas pesquisas indicam que uma parcela não desprezível do eleitorado, embora acredite que Lula pelo menos sabia de algo do que se aprontava em seu benefício – com dinheiro público –, não vê nisso motivo suficiente para removê-lo do Planalto pelo voto, quando a inflação está contida, a renda e o emprego formal aumentaram, o crédito se ampliou e ficou menos oneroso, o salário mínimo aumentou 35% em termos reais e o principal programa federal de transferência de renda chega a 9 milhões de famílias. Eis o legado do lulismo: a exumação do “rouba, mas faz”.

A matéria intitulada *A banalidade do mal* se refere a um editorial veiculado em junho de 2006, um ano depois das primeiras publicações sobre o denominado “escândalo do mensalão do PT”. Desde a escolha do título, o enunciador requer do interlocutor uma conexão com o mundo ético do letrado, na medida em que o título também atualiza certa memória discursiva com a qual o enunciador estabelece uma relação de aliança que pode ser estendida à relação estabelecida entre este e seu interlocutor. O enunciador parte do pressuposto de que compartilha com o interlocutor o conhecimento sobre a obra de Arendt, isto é, que detenha a informação necessária para que compreenda a mensagem e se filie ao posicionamento do jornal. O *ethos* que aqui emerge é o do erudito, que tem acesso a um capital cultural mais refinado.

O sujeito do discurso lança mão da intertextualidade quando elege esse título, em uma evidente referência a uma obra da filósofa política e jornalista alemã de origem judaica Hannah Arendt, nomeada “Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal”, na qual narra a cobertura do julgamento de um conhecido nazista sanguinário, Adolf Eichmann, entretanto, durante o processo de julgamento, figura-se a representação de um burocrata e um comum servidor público do governo nazista. Desse movimento da representação de um exterminador social a um simples funcionário do governo, a filósofa política elabora o conceito de “banalidade do mal”, atrelado à ideia de que a prática da maldade é atividade inerente à convicção ideológica das organizações políticas totalitárias.

No editorial, o título antecipa a imagem que será construída de Lula, então presidente e já candidato à reeleição, a partir da enunciação, mas sem evidenciar desde o início que o texto será referente àquela figura política. O enunciador introduz o texto distinguindo o que afirma ser um “líder nacional” e um “simples governante”, a partir da descrição do que faltaria a um governante virtuoso: “falta o atributo por excelência da liderança – a capacidade de inspirar um povo, pela força do exemplo, promovendo o que os seus concidadãos têm de melhor e se fazendo símbolo e porta-voz de uma cultura cívica fundamentada em nítidos padrões éticos”. Nesse trecho, as expressões “excelência da liderança”, “capacidade de inspirar”, “força do exemplo”, “promover o que os seus concidadãos têm de melhor”, “padrões éticos”, pertencem ao campo semântico da administração de uma empresa privada, do que se espera de um diretor executivo de uma empresa, cujos valores também representam a visão do jornalismo industrial como o feito pelo OESP. Aqui se revelam traços que remetem ao estereótipo do executivo ou do empresário, isto é, de um ator social filiado a um mundo ético do universo neoliberal, do campo dos negócios.

Somente a partir do segundo parágrafo, no entanto, o enunciador revela ao leitor qual será o mote central do texto, a posição do jornal em relação à atuação política de Lula. A seguir, a transcrição do trecho com destaques nossos:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não bastasse **o pouco apreço pelas servidões do cargo**, o que assegura que **ele jamais será lembrado como gestor da coisa pública**, exerce uma **forma perversa de liderança**, ao usar seu inquestionável carisma e seu notável talento de comunicador **para deseducar os brasileiros**. Ele não apenas **arquivou o mote da decência**, em que fazia praça em tempos idos. Pior: **transformou a indecência em um pecadilho**, se tanto, **banalizando o mal**, na percepção daqueles a quem dirige. É impossível subestimar a **contribuição do presidente para neutralizar a indignação com a cultura da trapaça** no Brasil, que se costuma debitar ao suposto **caráter macunaímico dos brasileiros** (OESP, 2006, p. A3, grifos nossos).

Os trechos destacados evidenciam uma maneira de dizer a partir de um tom julgador, visível, por exemplo, em: “pouco apreço pelas servidões do cargo”, “jamais será lembrado como gestor da coisa pública”, “forma perversa de liderança”, dentre outros enunciados. A partir desse tom, o leitor constrói uma representação do corpo do enunciador como fiador da voz do jornal, na medida em que se trata de um editorial. Ao mesmo tempo, essa voz mobiliza o coenunciador a aderir a um universo de sentidos constituído sobre a imagem de Lula como representante pouco virtuoso, que age ardidamente no campo da política e reforça o “caráter macunaímico dos brasileiros”, em referência ao personagem andradiano Macunaíma, que estampa características estereotípicas de um sujeito/herói sem escrúpulos, de caráter duvidoso.

Ao longo do texto, há uma construção de simulacros sobre a figura de Lula cuja composição imagética caminha para a aproximação da figura central do livro de Hannah Arendt (Adolf Eichmann), dado que o enunciador lança mão de termos e adjetivos que configuram a representação que o jornal, por meio do editorial, elabora sobre as práticas políticas do presidente:

o presidente proferiu uma frase que entrou para sua biografia, para a história do seu governo e para a crônica da **baixa política**; Agora, até a ínfima concessão ao sentimento da sociedade que parecia minar as suas **chances reeleitorais, foi removida do palco**; na convenção petista que formalizou sua candidatura, entrou a **farsa do Lula injustiçado**; O presidente decerto não foi o primeiro homem público, nem será o último, a se **convencer das**



**próprias patranhas** fabricadas pelo consumo externo. Eis o legado do lulismo: **a exumação do “rouba, mas faz.”**<sup>10</sup>.

Essa proximidade entre os dois personagens políticos, construída pelo leitor que partilha do mundo ético do saber intelectual, que se manifesta por meio da alusão à obra de Arendt, refere-se à ideia de que é inerente tanto às práticas políticas do governo Lula quanto às práticas do governo totalitário nazista a relativização do que é eticamente “correto” ou “incorreto”, por isso o uso da expressão “a banalidade do mal”.

Também por meio do olho, o texto em destaque no centro da página, “Um legado perverso para a educação política da sociedade”, o enunciador, ao destacar parte de seu próprio enunciado, reforça os efeitos de sentidos produzidos inicialmente pelo título da matéria “A banalidade do mal”, e que funciona quase como uma segunda parte do título, em que o enunciador responsabiliza Lula por “deseducar” os eleitores brasileiros quanto aos preceitos éticos e morais já tão prejudicados pelo “suposto caráter macunaímico dos brasileiros”.

A partir de um tom acusatório, duas características do gênero editorial que são o distanciamento da voz singular na enunciação, e a propriedade de dedicar-se a temas de grande interesse para a sociedade (ou para os interesses do Estado ou de grandes anunciantes), aproximam o texto da cena genérica do artigo de opinião assinado por um articulista. Emerge da enunciação um *ethos* indignado e inquisidor, cuja intensidade fortalece, de certa forma, a marcação do posicionamento político-partidário do jornal.

---

<sup>10</sup> O bordão “rouba, mas faz” surgiu na política brasileira na década de 50 do século XX, no contexto da campanha política do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros (1901-1969). Seus cabos eleitorais usavam esse *slogan* para propagar seus feitos, apesar das acusações de corrupção. Mais tarde, na década de 70, essa expressão foi atrelada às ações políticas do ex-político Paulo S. Maluf.

### 3.11 Matéria (9): “ ‘Vamos governar o País com o PT, o PMDB e fazer acordos pontuais’” (07 de setembro de 2006)

## ENTREVISTA

**Luiz Inácio Lula da Silva**, presidente da República e candidato à reeleição

**REGRA:** 'Se for reeleito, não há a menor hipótese de mudança nas regras do jogo para permitir um 3.º mandato'

**IDENTIDADE:** 'Se existe uma pessoa no Brasil que não precisa de uma estrela para dizer que é do PT sou eu'

**FOCO:** 'O Brasil precisa fazer a reforma política com urgência. Ela é a mãe de todas as reformas'

# 'Vamos governar o País com o PT, o PMDB e fazer acordos pontuais'

BRASÍLIA

Manter o superávit primário "da ordem de 4,25%", governar com a base partidária que apóia a campanha da reeleição, não se furtar a "fazer quantos acordos forem necessários com a oposição sobre questões de interesse nacional", ajudar na aprovação "urgente" de uma reforma política e não mexer nas regras do jogo da eleição e reeleição presidencial. Para o rombo da Previdência Social não há solução "milagrosa" - o jeito é apostar no crescimento econômico e fazer "o que temos feito nestes quatro anos".

O recitório para governar o Brasil num "eventual segundo mandato" é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e foi descrito no Estado em entrevista concedida por e-mail. O presidente foi o único dos candidatos ao Planalto que não compareceu à sede do jornal, no mês passado, para o ciclo de entrevistas *Eleições 2006 no Estado* - o candidato tucano, Geraldo Alckmin, abriu a série no dia 16 de agosto, com Cristovam Buarque (PPT) e Heloisa Helena (PSOL) na sequência.

Apesar da ausência, o presidente se prontificou a responder às perguntas dos jornalistas Roberto Godoy, Celso Ming, José Nêumanne Pinto, José Márcio Mendonça, Dora Kramer e Josué Leonal - profissionais do Grupo Estado que entrevistaram o presidente no auditório do jornal e formulariam também perguntas de internautas.

Nas respostas, Lula deixa claro que o PMDB na base de sustentação, mas ele em contradição ao afirmar que o PT deve "liderar a coalizão" - o que só será aceito pelos peemedebistas se o PT vier a eleger uma bancada de maioria folgada. Na entrevista, o candidato ficou o tempo todo distante das teses esquerdistas das *Diretrizes do Encontro Nacional do PT*, realizado em abril passado, e acena aos petistas apenas com duas frases de efeito: promover um "crescimento vigoroso", variante do "esperaço do crescimento" prometido para o primeiro mandato, e manter o "diálogo democrático" como movimentos sociais.

O presidente não se compromete com a redução de impostos e reafirma que a reforma tributária a aprovar é a que está no Congresso. A seguir, as respostas enviadas ontem ao jornal, mas quais Lula, mais uma vez, não diz por quem foi traído no escândalo dos mensaleiros. E culpa o Ministério Público por não haver ainda uma conclusão sobre a investigação do caso Waldemir Diniz:

• Se reeleito, pretende repetir a mecânica da formação multipartidária para criação de maioria parlamentar?

• Não poderia repetir uma coisa que não fez e com a qual não concordo, como é o caso da cooptação. Se reeleito, vou assumir pessoalmente a construção das alianças que o governo tem de fazer para garantir uma base de sustentação no Congresso e levar adiante os projetos necessá-



COMANDO - "Vou assumir pessoalmente a construção das alianças que o governo tem de fazer para garantir uma base de sustentação"

### FRASES

"Buscaremos uma estruturação do governo em torno de partidos que assumam responsabilidades claras perante a sociedade"

"Nunca, nem um dia sequer, deixei de cumprir rigorosamente a agenda de governo em função da crise"

"As relações do nosso governo com o MST e com todos os movimentos sociais e organizações da sociedade civil são boas, e podem melhorar ainda mais"

rios para continuar mudando o Brasil. Vou conversar com os aliados, com o PMDB, com outros partidos políticos e com os governadores. É assim que vamos construir as condições políticas para dar ao País a tranquilidade de que ele necessita. Além disso, o País precisa urgentemente de uma reforma política, que fortaleça os partidos e a identidade entre o voto do eleitor e um projeto nacional.

No caso da eleição do ex-ministro Antonio Palocci para a Câmara, estaria excluída a possibilidade de ele ocupar a liderança do governo, considerando que o cargo é de escolha do Planalto? Os petistas envolvidos em denúncias continuarão a fazer parte de seu convívio?

• A escolha de um nome para a liderança na Câmara dos Deputados só pode ser pensada depois das eleições. Por ora, posso afirmar que esse líder precisa ter capacidade de diálogo, de aglutinar a base do governo, e de construir os consensos necessários para o País.

O senhor já deu a entender que pretende fazer um governo de coalizão. Isso incluiria setores da atual oposição?

Nós vamos governar o País com as forças políticas que estão nos apoiando nas eleições, mas estaremos dispostos a fazer quantos acordos forem necessários com a oposição sobre questões de interesse nacional.

O PT vai perder espaços num eventual segundo mandato?

Se eu for reeleito, o papel do Partido dos Trabalhadores será o de liderar uma coalizão e ampliar o diálogo interno e externo, sempre sustentado em um programa de governo. Ao mesmo tempo, o PT deve afirmar suas posições com a devida autonomia no interior dessa coalizão. Buscaremos uma estruturação do governo em torno de partidos que assumam responsabilidades claras perante a sociedade. É importante que os partidos da base aliada sintam que suas propostas serão contempladas na execução das políticas públicas, cuja formulação não deve ficar restrita a este ou aquele grupo de determinado partido.

Há alguns anos o senhor afirmou que no Congresso havia 300 picaretas. Depois de quatro anos em que teve de lidar diretamente com tantos congressistas e depois de tantos escândalos, o senhor mantém essa afirmação?

Como chefe do Executivo, devo e tenho o maior respeito pelos outros Poderes da República. O Congresso Nacional é uma instituição fundamental da democracia, pela qual todos devemos zelar. Como presidente da República, o que me cabe é contribuir para aperfeiçoar essas instituições. Por isso, defendendo que o Brasil faça uma re-

forma política no próximo período.

O que mais atrapalhou o desempenho do governo: a atuação de seu ministro José Dirceu ou os escândalos do PT?

Acredito que o êxito de um governo não pode ser medido pela ausência de problemas, mas, sim, pela sua capacidade de superá-los e de aprender com eles. Esse aprendizado, às vezes, é doloroso. No entanto, fizemos tudo o que precisava ser feito: afastamos os supostos envolvidos, determinamos que a Polícia Federal e a CGU investigassem e não colocamos obstáculos a que as outras instituições, como o Ministério Público e o Legislativo - com três UPs - também investigassem com total independência. O governo, por sua vez, continuou a funcionar em ritmo acelerado. (...) Nunca, nem um dia sequer, deixei de cumprir rigorosamente a agenda de governo em função da crise. Essa tarefa tinha sido a principal lição: a de que o melhor remédio quando se têm problemas é trabalhar mais duro ainda.

Se uma eventual mudança nas regras do jogo permitisse disputar um terceiro mandato na Presidência, o senhor concorreria novamente em 2010?

Se eu for reeleito, não há a menor hipótese de mudança nas regras do jogo para permitir um terceiro mandato. Aliás, nunca defendi sequer a reeleição nem mudei as regras do jogo durante o meu governo.

Em todas as campanhas que disputou, um dos seus principais símbolos sempre foi a estrela do PT. Na campanha deste ano, a estrela vermelha praticamente desapareceu. E isso acontece na primeira eleição depois do escândalo do mensa-

eficazmente a corrupção. A questão da forma de fazer é relevante, mas muito mais importante é não deixar passar essa oportunidade de realizar a reforma política e fortalecer a ética na política brasileira.

O mesmo raciocínio vale para a reforma tributária. O que o leva a acreditar que desta vez será diferente do seu período presidencial que está se encerrando? Quando o senhor era da oposição, dizia sempre, sobre mudanças e reformas não realizadas, que faltava "vontade" política ao governo de então. Falou vontade política ao governo Lula nesses casos?

Não faltou vontade política. Ao contrário, essa foi uma prioridade do nosso governo. Ninguém pode esquecer que, em abril de 2003, eu fui ao Congresso Nacional com 27 governadores para levar uma proposta de reforma tributária. A parte federal foi votada, mas a estadual, ainda não. No mês passado, fizemos novo esforço para tentar a aprovação, propusemos até a concessão de 1% a mais do Fundo de Participação dos Municípios. A oposição, porém, não quis votar. Caso mude de idéia, poderemos ter a reforma tributária ainda este ano, com a redução do número de alíquotas do ICMS de 27 para 5. Se persistir a decisão de não votá-la agora, acredito que, com uma nova legislação no Congresso Nacional e com os novos governadores, será possível aprovar essa reforma tão necessária ao Brasil.

Reeleito, pretende mudar a relação de seu governo com o MST? O governo cumprirá ou continuará a ignorar a medida provisória que proíbe a inclusão das terras invadidas no projeto de reforma agrária e exclui do programa também os invasores?

As relações do nosso governo com o MST e com todos os movimentos sociais e organizações da sociedade civil são boas, e podem melhorar ainda mais. Elas são sustentadas pelo diálogo constante e por negociações em que os interlocutores se respeitam, mesmo quando debatem questões divergentes. Felizmente, passou o tempo no Brasil em que as organizações sociais eram tratadas como inimigas e o Estado não lhes oferecia um diálogo democrático. (...) Entre outras instâncias de diálogo e negociação, criamos também o Fórum Nacional do Trabalho, com participação tripartite - trabalhadores, empresários e governo - , que debateu profunda e amplamente uma proposta de reforma sindical, já encaminhada ao Congresso Nacional. E decidimos, em conjunto com os centrais sindicais, o significativo aumento real do salário mínimo deste ano, processo de diálogo que não ocorria no País desde 1963. Quanto a essa medida provisória, herdada do governo anterior, o Inca tem seguido estritamente o que manda a lei, que teve as condições de sua aplicação reinterpretadas pelo Supremo Tribunal Federal. As eventuais contradições, quando não solucionadas nesses termos, têm sido encaminhadas ao Judiciário.

O Brasil precisa fazer a reforma política com urgência. Ela é a mãe de todas as reformas. Nosso governo sempre teve consciência disso, embora a iniciativa e deliberação a respeito do assunto caibam ao Legislativo e não ao Executivo. De toda forma, tivemos de atender a outras prioridades, como vocês sabem, porque recebemos um país praticamente quebrado. Agora, finalmente, já colocamos o Brasil nos eixos. Nossa democracia completou um ciclo muito importante, no qual todos os grandes partidos foram grandemente fortalecidos.

Se eu for reeleito, não há a menor hipótese de mudança nas regras do jogo para permitir um terceiro mandato. Aliás, nunca defendi sequer a reeleição nem mudei as regras do jogo durante o meu governo.

A cena genérica desse próximo texto em análise, ‘*Vamos governar no País com o PT, o PMDB e fazer acordos pontuais*’, é a da entrevista, que, habitualmente, está inserida no quadro do jornalismo informativo, mais distante do campo dos gêneros opinativos. Em uma entrevista, estabelece-se uma aproximação entre leitores e o/s protagonista/s, mas é imprescindível considerar que esse contato é mediado pelas perguntas elaboradas pelo/s entrevistador/es, isto é, as informações que estarão presentes nas respostas serão decorrentes das perguntas selecionadas pelo/s jornalista/s. Quanto às respostas, o jornalista também pode editá-las. Não são raros os casos em que um entrevistado declara que sua fala foi descontextualizada na entrevista. No caso desta entrevista, ela foi concedida por e-mail devido à recusa de Lula de participar da entrevista no auditório do jornal, o que, por sua vez, evidencia uma tentativa de controlar os sentidos de seu discurso e o papel de edição do jornal.

O texto de abertura é introduzido por falas recortadas de Lula enunciadas por meio da entrevista, as quais os enunciadores nomeiam de “receituário” de Lula para governar o Brasil, estabelecendo, desta forma, uma distância entre o posicionamento discursivo dos entrevistadores e do entrevistado, isto é, a introdução da entrevista apresenta uma forma de edição das respostas de Lula: são destacados fragmentos, por destacamento fraco, que, pela própria destextualização, fazem com que se veicule uma imagem em alguma medida negativa do candidato a partir de sua própria fala. O enunciador pressupõe um leitor que participa de um mundo ético que insiste em “criminalizar” Lula ou, pelos menos, em associá-lo a traços indesejáveis à autoridade máxima nacional. Sobre a expressão “receituário”, termo emprestado do campo da Medicina, é possível apreender a produção de um sentido pejorativo, pois espera-se que um candidato à presidência desenvolva um plano de governo, mas não que prescreva uma receita pronta e estanque.

No segundo parágrafo, o enunciador aponta também um dado que considerara importante: “O presidente foi o único dos candidatos ao Planalto que não compareceu à sede do jornal, no mês passado, para o ciclo de entrevistas *Eleições 2006 no Estadão*”. E, ainda nesse texto introdutório, há uma aproximação da matéria com a atmosfera dos gêneros opinativos quando os enunciadores interpretam que “nas respostas, Lula deixa claro que quer o PMDB na base de sustentação, mas **cai em contradição** quando afirma que o ‘PT deve liderar a coalizão’”, emitindo um julgamento sobre uma resposta do entrevistado. E, ao final do texto, dão destaque ao chamado “escândalo do mensalão” quando atualizam uma memória discursiva sobre o suposto envolvimento de Lula no esquema nomeado de “mensalão”, quando enunciam sobre o silêncio de Lula que “não diz por quem foi traído no escândalo dos mensaleiros”.

Esse distanciamento discursivo também é provocado pela exposição da foto do rosto do entrevistado, o que é bastante comum no gênero entrevista, na medida em que “a foto autentica a aforização de um locutor como sendo sua fala, portadora de valores, aquela que vem da sua boca” (MAINGUENEAU, 2014, p. 44). Para compor essa matéria, foi escolhida uma foto espontânea do rosto de Lula, isto é, sem pose premeditada, em primeiríssimo plano, ângulo de 45 graus, com um olhar fixo em um ponto indeterminado, que parece contemplar algo distante, longínquo, e uma mão em direção à boca, o que revela certa hesitação ou nervosismo, cujo retrato gera um efeito de afastamento entre o entrevistado e o público.

No corpo textual da entrevista, das onze questões efetuadas, quatro foram relacionadas ao chamado “escândalo do mensalão” ou a denúncias de corrupção no PT. Dentre essas questões, destacamos uma que, possivelmente, tem maior função de dar visibilidade ao tema:

Em todas as campanhas que disputou, um dos seus principais símbolos sempre foi a estrela do PT. Na campanha desse ano, a estrela vermelha praticamente desapareceu. E isso acontece na primeira eleição depois do escândalo do mensalão, quando o senhor procurou, como linha de defesa, dissociar sua imagem da do partido. O senhor tem vergonha do PT?.

Quando o sujeito do discurso enuncia que o candidato “procurou, como linha de defesa, dissociar sua imagem da do partido”, emite, desde antes da resposta do protagonista, um juízo de valor sobre a conduta de Lula, e por meio de um tom inquiridor, a partir do qual julga que o candidato tem feito uma campanha com vistas a se defender de qualquer acusação que o relacione à conduta de parte dos correligionários de seu partido.

O tema “reforma política” é abordado em dois momentos do texto, em uma pergunta: “O senhor está prometendo fazer a reforma política. Esse assunto foi tema também de sua campanha anterior e de manifestações durante esse mandato. Por que não realizou as mudanças nestes quatro anos?”, e, também, dentro da seleção de frases de Lula no paratexto: “O Brasil precisa fazer a reforma política com urgência. Ela é a mãe de todas as reformas”, simbolizando que é uma pauta relevante para o enunciador. Na questão, o enunciador afirma que esse assunto também foi tema da campanha anterior, isto é, Lula tem prometido uma reforma política há mais de quatro anos. Na perspectiva discursiva, ele se encaixa no perfil do político que promete, mas não cumpre. O *ethos* pré-discursivo do entrevistador, ou seja, aquele que conhece o entrevistado ou pesquisa sobre ele para elaborar as questões, é confirmado na pergunta. O tom de julgamento está explicitamente presente nessa pergunta, mas também em outras perguntas, manifesta-se pela atualização de uma cenografia de

tribunal, na qual o inquirido, representado pela figura do entrevistado, é convocado a responder a um interrogatório. Isso é visível, por exemplo, na pergunta que fecha a entrevista: “Reeleito, pretende mudar sua relação com o MST? O governo cumprirá ou continuará a ignorar a medida provisória que proíbe a inclusão das terras invadidas no projeto da reforma agrária e exclui do programa também os invasores?”. O sujeito do discurso jornalístico evoca aqui uma conexão considerada polêmica entre o governo Lula e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o maior movimento social pela reforma agrária no Brasil. Quando opta pela adjetivação de terras como “invadidas” e pelo nome “invasores” para se referir às ações do MST, evidencia um posicionamento explicitamente contrário a esse movimento e requer do entrevistado a exposição de seu posicionamento quanto à “cumprir ou ignorar” um instrumento com força de lei (MP nº 2.183-56/2001) que exclui direitos dos ocupantes de terra por conflito agrário. Desta forma, o enunciador supõe a continuidade de um governo que atuava de forma ilegal. Na pergunta, aparece “continuará a ignorar”, o que pressupõe que o governo atuava de forma ilegal no primeiro mandato.

As questões escolhidas para compor a entrevista contêm elementos reveladores do posicionamento do OESP em relação ao governo petista. O caráter informativo do gênero entrevista supõe certa imparcialidade, o que não se verifica nas análises. À vista disso, os efeitos de sentido decorrentes do tom presente nas perguntas, o de acusação, por exemplo, que provoca essa distância da imparcialidade, fazem com que o *ethos* mostrado rompa parcialmente com o *ethos* pré-discursivo relacionado à cena genérica da entrevista. Ao mesmo tempo em que se reforça o *ethos* pré-discursivo do entrevistador como aquele que conhece bem o entrevistado e veicula-se uma imagem do enunciador como aquele que pode julgar o candidato e seu governo.

### 3.12 Matéria (10): “‘Sou um sobrevivente’, afirma Lula, mais pragmático a cada dia” (1º de outubro 2006)

# ‘Sou um sobrevivente’, afirma Lula, mais pragmático a cada dia

Com discurso menos ideológico e novos parceiros, presidente diz que PT ‘pagou o preço de chegar ao poder’

Vera Rosa  
BRASÍLIA

Aos poucos amigos íntimos que lhe restaram no governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não esconde sua aflição. Está preocupado, apesar do discurso oficial triunfalista, cantando vitória. Sob intenso cerco político, Lula tenta hoje liquidar a eleição no primeiro turno, após quase quatro anos de um mandato marcado por crises, para se fortalecer numa disputa que promete invadir 2007, ameaçando a governabilidade.

Com a cúpula do PT dizimada por escândalos e auxiliares envolvidos em ações criminosas, o presidente vestiu o figurino de “pai dos pobres” perseguido pelas “élites” e, num embate feroz com a oposição, aposentou o Lulinhá Paz e Amor que, em 2002, empunhava a bandeira da ética na política.

Na trajetória do socialismo utópico ao pragmatismo radical, Lula desbastou o discurso ideológico do PT, sepultou velhos dogmas da esquerda, manteve a política econômica que sempre criticou e aliou-se a inimigos que antes chamava de corruptos. Mas um Roberto Jefferson no meio do caminho e muitos “alopradados” do PT na reta final da campanha jogaram seu governo numa crise brutal, com desfecho imprevisível.

“Sou um sobrevivente”, desabafou Lula, há poucos dias, em conversa com amigos. Primeiro operário que chegou à Presidência do Brasil, na esteira de quase 53 milhões de votos, o homem que passou fome na infância se referia aos percalços de sua vida: da miséria em Garanhuns, no sertão pernambucano, às sucessivas crises no Palácio do Planalto. “O PT pagou o preço de chegar ao poder”, disse. “No governo, não tem essa história de ‘eu acho

## No palanque, Newtão é chamado de ‘meu querido companheiro’

que é assim’, ‘eu penso que é assado’. Cada gesto é concreto, para o bem ou para o mal.”

A amargura freqüente as conversas privadas de Lula desde que, há 16 dias, petistas foram flagrados pela Polícia Fede-



OS FINES E OS MEIOS - Sem os principais escudeiros, Lula corre atrás do PMDB para garantir governabilidade

ral tentando comprar um dossiê com denúncias que ligariam José Serra, candidato do PSDB ao governo paulista, à máfia dos sanguessugas. Favorito na disputa contra o tucano Geraldo Alckmin, o presidente repete como mantra que nada sabia. Mas sabe que, se for reeleito, uma penca de problemas baterá à sua porta a partir de 2007. O primeiro deles: a oposição, capitaneada pelo PSDB e pelo PFL, não lhe dará trégua.

No divã do poder, a guerra

entre os vários grupos do PT também é sangrenta e todos temem o risco do segundo turno. Mais do que isso, culpam-se por previsíveis danos à governabilidade num provável novo mandato. A luta travada no mosaico petista só espera o fim da eleição para ser encanarada.

### LINHA DO MEIO

Lula promete ressuscitar o pacto social proposto em 2002, que não saiu do papel. “Não por falta de vontade minha”, diz ele.

“Eu sou capaz de conversar com a extrema-esquerda e com a extrema-direita e continuar sendo a linha do meio. Até Fernando Henrique Cardoso eu vou chamar”, afirma, numa referência ao ex-presidente, hoje seu principal desafeto no PSDB. Todos os interlocutores de Lula sabem da sua mágoa em relação a FHC, que, nos últimos dias de uma campanha com cheiro de enxofre, definiu o rival como “demônio”.

Sem os seus principais escu-

### FRASES

“A classe que está no governo é a representante do poder econômico, a quem sempre nos oprimos” (1985)

“Eu acho que os bancos têm de ser estatizados. Acho que não há por que não estatizá-los” (1988)

“Sarney no início foi endeusado. Hoje não querem o Sarney nem para chaverinho” (1989)

“De todos os deputados no Congresso, pelo menos 300 são picaretas. As pessoas devem fazer uma autocritica sobre a escolha que fizeram nas eleições. Estes picaretas foram eleitos e não cairam no Congresso de pára-quadras” (1993)

“Eu não sou um produto de marketing. Sou um animal político. Se tiver de mudar, posso mudar na forma, não no conteúdo” (1999)

“Alimenteí ilusão com o PSDB em 1994. Chegamos a discutir profundamente e, na hora em que a direita deu cama para eles, foram deitar na cama e me largaram no beliche” (2000)

“Se eu ganhasse a Presidência para fazer o mesmo que FHC está fazendo, preferiria que Deus me tirasse a vida antes para não passar vergonha” (2000)

“Se não for para mudar a política econômica, não interessa ganhar a eleição” (2001)

“Nós, do PT, não temos o direito de errar” (2002)

“Eu passei parte dos últimos 30 anos falando mal dos governos. E cá estou eu como governo. Portanto, não posso falar mal de mim mesmo” (2006)

deiros, como o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu e o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci – o primeiro abatido pela crise do mensalão e o segundo, pela violação do sigilo bancário do caseiro Nildo –, o presidente também está cada vez mais pragmático quando o assunto é alianças. Em seu palanque desfilam personagens da política antes execrados pelo PT, como o senador José Sarney (PMDB-AP), o deputado Jader Barbalho (PMDB-PA) e o ex-governador

de Minas Newton Cardoso.

No último comício de Belo Horizonte, na terça-feira, Lula chamou Newtão, como é conhecido o atual candidato do PMDB ao Senado, de “meu querido companheiro”. Não parou por aí: elogiou sua vontade de “votar os projetos de interesse do Brasil”. No palanque, o neolulista não se fez de rogado. “Essa aliança não é só para essa eleição, não. É permanente, para acabar com essa linha dura do PSDB e do PFL”, anunciou.

### SUBTERRÂNEO

Vinte e quatro horas depois, Newtão já previa que Lula terá de dobrar a cota do PMDB no latifúndio da Esplanada, de três para seis ministérios, se quiser apoio amplo, geral e irrestrito. Após assistir impassível à política do “toma-lá-dá-cá” no Congresso, Lula jura que, se for reeleito, tudo será diferente com o “governo de coalizão” – traduzido por seus adversários como loteamento de cargos.

Muito antes de ser apontado pela Procuradoria-Geral da República como chefe de uma “quadrilha” instalada no coração do Planalto, Dirceu fechou acordo com o PMDB para uma parceria. Foi logo depois da eleição de 2002, mas, na última hora, Lula vetou a aliança e ficou refém dos interesses subterrâneos de pequenos partidos. Hoje, corre atrás do PMDB.

“Lula só percebeu a importância do PMDB após a minha derrota na presidência da Câmara”, constatou o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), que, sem o apoio da sigla, perdeu a eleição para Severino Cavalcanti (PP-PE), em fevereiro de 2005. A derrota expôs a fragilidade da base governista, sempre movida a negócios.

É na conta do sistema político que Lula debita a culpa pela desgraça que se abateu sobre o seu governo após o escândalo do mensalão. “O erro não é de um partido ou de uma pessoa: é da formação política. Isso é uma coisa crônica, incrustada que nem marisco”, compara.

Num discurso que vai do afago à fúria com os antigos companheiros, Lula hoje oscila entre ser mais ou menos PT, conforme suas conveniências. A salvação para todos os males, no seu diagnóstico, é a reforma política. Antes da eleição de 2002, dizia a mesma coisa. Mas a receita, até hoje, não foi aviada. ●

Extraída do Caderno Eleições 2006, de 1º de outubro de 2006, assinada por Vera Rosa, a reportagem “‘Sou um sobrevivente’, afirma Lula, mais pragmático a cada dia”, foi publicada no dia primeiro de outubro de 2006, data do primeiro turno do pleito presidencial desse ano, contexto em que surge um novo componente no embate entre as duas forças

políticas, o denominado “escândalo do mensalão”, que denunciava o pagamento de mensalidades para que deputados votassem a favor dos projetos do Executivo. A cena genérica da matéria é a da reportagem. O discurso jornalístico está baseado em um relato ampliado sobre fatos que eclodiram em tempo recente, mas que já produziram alterações de percepção pelo campo jornalístico e, talvez, pela sociedade.

A tessitura do texto é constituída a partir de uma quantidade significativa de enunciados destacados de Lula. Em um dos paratextos, por exemplo, é elencada uma série de frases que foram enunciadas durante a carreira política do candidato, figurando a ideia de que o ator político encenou variados papéis ao longo desta trajetória, como, por exemplo, a atuação do candidato de esquerda mais radical, representado pela frase: “A classe que está no governo é a representante do poder econômico, a quem sempre nos oporemos” (1985). Aqui, há um enquadramento histórico para as aforizações dos enunciados de Lula. Por meio dele, há uma narrativa sobre o candidato. O enunciador, por sua vez, coloca-se em uma posição superior e contribui para a construção de uma comunidade de reprovação a Lula.

Na matéria, o sujeito do discurso jornalístico discorre sobre o atual quadro eleitoral de Lula, a partir da reconstituição do “histórico político” do candidato. É elaborado um desenho representativo desse percurso no seguinte trecho: “Na trajetória do socialismo utópico ao pragmatismo radical, Lula desbastou o discurso ideológico do PT, sepultou velhos dogmas da esquerda, manteve a política econômica que sempre criticou e aliou-se a inimigos que antes chamava de corruptos”. Os adjetivos “utópico” e “radical”, utilizados para qualificar os termos “socialismo” e “pragmatismo”, validam o posicionamento do jornal, crítico à trajetória política do candidato, qualquer que seja sua atuação política.

E, ao transcrever essas frases, que tangenciam as linhas do texto, o sujeito do discurso busca garantir, por meio da memória discursiva, que haja conexão entre o “real”, que se estabelece pelo discurso, e os enunciados destacados que, no artigo, traduzem uma imagem de Lula como personagem multifacetado e incoerente, que, de fato, é produzida a partir dos seus próprios enunciados. O jornal, em alguma medida, a partir do destacamento das falas de Lula, difunde uma imagem gerada pelo próprio candidato, mas aquele que destaca, o enunciador, coloca em circulação um sentido que, frequentemente, é diferente do sentido do texto-fonte.

A atmosfera semântica do artigo tem como mote as relações de poder, no contexto do campo político, atrelada à ideia de submundo, conchavos, pactos e de atuações políticas escusas. Os seguintes enunciados destacados de falas de Lula patenteiam a ideia de que aquisição do poder político promoveu prejuízo de valores éticos: “O PT pagou o preço de

chegar ao poder”, disse. “No governo, não tem essa história de ‘eu acho que é assim’, ‘eu penso que é assado’. Cada gesto é concreto, para o bem ou para o mal”; definiu o rival como “demônio”; “meu querido companheiro” (em referência a um antigo opositor, em destaque na forma de olho); “O erro não é de um partido ou de uma pessoa: é da formação política. Isso é coisa crônica, incrustada que nem marisco”. Tal como previsto por Maingueneau (2014, p. 113) quando afirma que a máquina midiática tende a privilegiar os enunciados que podem causar escândalo, são destacados aqueles enunciados que poderiam ser interpretados como politicamente incorretos.

Quanto às escolhas lexicais do sujeito do discurso: “cúpula do PT”; “o presidente vestiu o figurino”; “ ‘Sou um sobrevivente’, afirma Lula, mais pragmático a cada dia” (título), “No divã do poder, a guerra entre os vários grupos do PT também é sangrenta”, “cheiro de enxofre”, “Não parou por aí”; política do “toma-lá-dá-cá”; “Lula jura”; “Lula hoje oscila”; “conveniências”, a carga semântica das expressões adotadas reforça a ambientação de “jogo do poder” acionada pelo discurso. Mediante a emersão de simulacros, construídos no fio do discurso, em especial, a partir dos enunciados do sujeito do discurso e dos destacamentos de falas de Lula, o arquétipo do poder aparece no texto não como representação de boas ações a partir da autoridade, mas sim como algo vil e repulsivo, de caráter duvidoso.

A fotografia que compõe o artigo – imagem de primeiro plano do candidato, ambientado em seu gabinete e que parece “brincar” com a bandeira do Brasil, vislumbrando a possibilidade da reeleição – e sua legenda “Os fins e os meios – sem os principais escudeiros, Lula corre atrás do PMDB para garantir governabilidade”, reforçam a ideia de que há uma busca pela continuidade no poder, independente dos métodos utilizados para esse propósito, o que valida a imagem construída no texto de que a aquisição do poder político provocou danos aos valores éticos do candidato.

Diante da cenografia constituída no artigo, em que há uso frequente da recontextualização de enunciados de Lula, é possível apreender do sujeito do discurso jornalístico um *ethos* de perito dos fatos, que se funda por meio de um tom assertivo e condenatório.



### 3.13 Matéria (11): “Dever cívico” (1º de outubro de 2006)

#### NOTAS & INFORMAÇÕES

## Dever cívico

As eleições de hoje são o ponto culminante da mais longa campanha eleitoral de que se tem notícia no Brasil. Desde 1º de janeiro de 2003, quando assumiu a Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva não deixou, um dia sequer, de se dedicar à campanha para a reeleição. Tudo o que fez, durante seu governo – a começar pelos discursos de cada dia –, teve como objetivo esticar o mandato por mais quatro anos – seus companheiros de copa e cozinha ainda alimentam planos para ficar pelo menos 20 anos no poder. O preço dessa ambição tem sido caríssimo para o Brasil.

Nestes quatro anos, não houve Poder que ficasse imune ao processo de desmoralização das instituições levado a cabo pelos companheiros que Lula colocou em postos-chave para executar o plano de conquista e manutenção do poder. O acheinhal chegou à ante-sala do presidente, no Palácio do Planalto, tomou de assalto Ministérios, invadiu o Congresso e respingou no Judiciário. A tudo isso o presidente Lula assistiu, impassível. Quando muito, classificou os crimes capitulados em lei, cometidos por mensaleiros, sanguessugas e gen-

te da mesma laia, como “erros”, pequenos percalços corrigidos com um puxão de orelha.

A lassidão moral que tomou conta das instituições somou-se o entorpecimento das consciências. Embora o presidente Lula seja, de fato, o maior comunicador de massas que já surgiu na política nacional, por si só essa qualidade não bastaria para mesmerizar a maioria dos eleitores, a ponto de cegá-los para os escândalos, a corrupção e o mau desempenho administrativo do governo petista. O que, decisivamente, consolidou e ampliou a popularidade de Lula, conquistada pelos bons resultados da política monetária em termos de controle da inflação e da política de assistência social, foram as “bondades” praticadas com largueza com o dinheiro público – sendo o melhor exemplo disso o próprio Bolsa-Família, que triplicou neste ano eleitoral o número de beneficiários.

Esses fatos marcam a diferença entre o pleito de hoje e as circunstâncias que cercaram as eleições de quatro anos atrás. Em 2002, o presidente Fernando Henrique comportou-se como um magistrado – o que Lula, então, teve de

reconhecer. Não transigiu com a austeridade fiscal e administrativa que era a sua marca desde que implantou o Plano Real, como ministro da Fazenda. Não colocou nem permitiu que se colocasse a máquina administrativa a serviço dos candidatos de seu partido. Enfim, deu à democracia brasileira um vigor e uma profundidade sem precedentes. O resultado



foi o nivelamento das oportunidades eleitorais, o que permitiu que o eleitorado – que ansiava por mudanças, desde que feitas no quadro da estabilidade – se voltasse para a candidatura de Lula, que meses antes da eleição havia abandonado o programa radical do PT, comprometendo-se com a continuidade da austeridade fiscal e monetária.

Quatro anos passados, do aperfeiçoamento das instituições, das reformas estruturais, da modernização do Estado para colocá-lo a serviço da população, e não de um grupelho que dele se serve, disso tudo só restam, quando muito, alguns resquícios. Os vícios político-eleitorais, que se acreditava expungidos da vida pública, voltaram revigorados.

É contra esse estado de coisas que os brasi-

leiros devem reagir – hoje, nas urnas.

Nas últimas semanas, sempre que surge um fato político e moralmente desabonador para o candidato à reeleição e seus “meninos alopados” – e tais fatos abundam –, eles, Lula à frente, têm denunciado que está em marcha um plano golpista para negar-lhe um segundo mandato. Inebriado pela sua popularidade, o presidente age como se tivesse direito divino a um outro período de governo. Nem ele tem esse direito nem há golpismo no ar – a não ser na nem um pouco ingênua imaginação dos estrategistas do projeto de poder do PT.

O presidente Lula, cuja eleição de quatro anos atrás foi um sopro de esperança de renovação da vida política nacional, hoje é, por ação e omissão, o grande responsável pela desmoralização do Congresso, pela politização da máquina administrativa e pela crescente repulsa da sociedade pela atividade política.

É contra isso que é preciso resistir. Ao contrário do que afirma o presidente Lula, para justificar a bandalheira de seus “meninos”, nem todos os políticos são iguais e nem todos os partidos são semelhantes. Hoje é dia de o eleitor consciente exigir a volta da ética na política e da probidade na administração.

O editorial “Dever Cívico” foi publicado na data do primeiro turno eleitoral de 2006, tal como a matéria anterior. No entanto, diferente do gênero reportagem, o editorial é um gênero opinativo e não possui autoria individual e sim institucional, isto é, retrata, de formas explícita e direta, o posicionamento da empresa jornalística, por isso, o peso dessa publicação é ainda mais significativa quanto à exposição da opinião do jornal sobre o então candidato Lula.

Houve uma série de matérias jornalísticas que, de alguma forma, denunciaram Lula de aproveitar situações para promover uma campanha eleitoral, como, por exemplo, visualizamos na primeira matéria analisada – *Lula diz ter a cara do povo e culpa rivais por atraso em seus programas*, de 21 de janeiro de 2006. Neste editorial, a acusação é patente já no trecho inicial:

As eleições de hoje são o ponto culminante da mais longa caminhada eleitoral de que se tem notícia no Brasil. Desde 1º de janeiro de 2003, quando assumiu a Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva não deixou, um dia sequer, de se dedicar à campanha para a reeleição. Tudo o que fez, durante seu governo – a começar pelos discursos de cada dia –, teve como objetivo esticar o mandato por mais quatro anos – **seus companheiros de copa e cozinha** ainda alimentam planos para ficar pelo menos 20 anos no poder. O preço dessa ambição tem sido caríssimo para o Brasil. (OESP, 2006, p. A3, grifo nosso)

O sujeito do discurso classifica as ações de Lula e de “seus companheiros de copa e cozinha”, cuja expressão indica um sentido pejorativo na medida em que “copa e cozinha” representam locais reservados para servilismos, como decorrentes de “ambição”. O enunciador também designa a atuação do candidato enquanto presidente como “plano de conquista e manutenção do poder”, de “achincalhe”, de “‘bondades’ praticadas com o dinheiro público”. A partir de um tom de alerta, o enunciador aventa:

Embora o presidente Lula seja, de fato, o maior comunicador de massas que já surgiu na política nacional, por si só essa qualidade não bastaria para mesmerizar [enfeitiçar] a maioria dos eleitores, **a ponto de cegá-los para os escândalos, a corrupção e o mau desempenho administrativo do governo petista** (OESP, 2006, p. A3, grifo nosso).

E, a partir da constituição de um *ethos* da moralidade e da ética, ocorre a incorporação do leitor que se identifica com um mundo ético representado pelo estereótipo do cidadão/eleitor ético e probo, e também preocupado com a eficácia da administração, e aqui se manifesta também o mundo ético do “homem de negócios” e da competência administrativa. O enunciador estabelece uma diferenciação entre o momento eleitoral de 2006 e o anterior, em 2002, e por meio disso uma comparação entre os candidatos representantes de partidos concorrentes também nas eleições de 2006. Tece, então, uma série de elogios ao presidente eleito no pleito anterior:

Em 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso comportou-se como um magistrado – o que Lula, então, teve de reconhecer. Não transigiu com a austeridade fiscal e administrativa que era sua marca desde que implantou o Plano Real, como ministro da Fazenda. Não colocou nem permitiu que se colocasse a máquina administrativa a serviço dos candidatos de seu partido. Enfim, deu à democracia um vigor e uma profundidade sem precedentes (OESP, 2006, p. A3, grifo nosso).

O enunciador lança mão de um tom de campanha eleitoral para conclamar seu leitor a aderir àqueles mundos éticos, nos quais também faz habitar os representantes do partido de oposição ao candidato Lula.

O tom de convocação do eleitorado a não votar em Lula fica ainda mais evidente ao caminhar para o fim do texto: “É contra esse estado de coisas que os brasileiros devem reagir – hoje, nas urnas”; “O presidente Lula [...] o grande responsável pela desmoralização do Congresso, pela politização da máquina administrativa e pela crescente repulsa da sociedade pela atividade política”; “É contra isso que é preciso resistir”; “Hoje é o dia do eleitor

consciente exigir a volta da ética na política e da probidade na administração.” A cenografia que emerge do editorial é a do gênero manifesto, feição já indiciada pelo título, *Dever Cívico*. Desta forma, um editorial com essas características visa não somente emitir a opinião da empresa jornalística, mas influenciar abertamente a escolha do leitor/eleitor.

### 3.14 Matéria (12): “Presidente resgata ‘Lulinha paz e amor’ para enfrentar 2º turno” (03 de outubro de 2006)

# Presidente resgata ‘Lulinha paz e amor’ para enfrentar 2º turno

Na segunda coletiva de seu mandato, ele distribui sorrisos, baixa tom, agradece votos e tenta mostrar humildade

**Tânia Monteiro  
Adriana Fernandes**  
BRASÍLIA

Um dia depois de ser surpreendido com a necessidade de disputar um segundo turno nas eleições com o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mudou de comportamento e resolveu conceder a segunda entrevista coletiva em seus quatro anos de mandato. Resgatando o estilo “Lulinha, paz e amor” da campanha vitoriosa de 2002, distribuiu sorrisos, baixou o tom de enfrentamento com a oposição, recolheu as críticas à imprensa e chegou a defender a exibição das fotos do dinheiro usado por petistas para comprar o dossiê Vedoin. “Fico pedindo a Deus que não me aconteça nada até desvendar esse mistério”, disse Lula. “O fato concreto é que tinha o dinheiro, tinha as fotografias que poderiam ter sido mostradas no dia (que foram feitas), ou quando bem entendessem.”

No sábado, durante entrevista no salão de festas do prédio em que mora em São Bernardo do Campo, o presidente endossou a teoria conspiratória de setores de seu partido sobre o dossiê Vedoin e criticou o delegado que deu publicidade às imagens, acusando-o de ter participado de uma operação com fins políticos. “Ou ele fez de má fé ou está mancomunado com alguém”, disse naquela oportunidade.

Ontem a estratégia foi outra. Abriu à tarde o Palácio da Alvorada à imprensa para negar a fama de “pai dos pobres” e pedir voto dos ricos, dos radicais do PSOL e até dos seguidores do ex-presidente Fernando Collor – eleito senador por Alagoas. “Não conheço eleitores de primeira ou segunda categorias.” Agradeceu os votos recebidos e justificou por que não venceu no primeiro turno, tentando mostrar humildade: “Não venci porque não venci. Falta voto. Não tinha eleição ganha”, afirmou, garantindo ter confiança em que esses votos “certamente não vão faltar para ganhar no segundo turno”.

Durante a entrevista, o presidente não arriscou críticas nem mesmo aos que elegeram politi-



**PROMESSA** – Lula preferiu não dizer se sua ausência no debate resultou em perda de votos, mas afirmou que vai ao próximo confronto na TV

#### O QUE ELE TAMBÉM DISSE

##### Luiz Inácio Lula da Silva Presidente

“Quero saber o que ele (o dossiê Vedoin) tem, por que valia tanto, por que tantas pessoas se envolveram numa coisa que para mim não tem nenhum sentido” (21/9)

“Eu preciso que a sociedade saiba de onde veio o dinheiro, quem deu o dinheiro, mas saiba o conteúdo do dossiê” (22/9)

“Dia 1º de outubro é dia da onça

beber água e essa oncinha está com sede. Vão ter que se curvar à maioria do povo brasileiro” (24/09)

“Nunca falei que ia ganhar no 1º turno por modéstia, por respeito. Mas agora falo, nós vamos ganhar essas eleições domingo e, se alguém achar que vai para o 2º turno, pode esperar para concorrer em 2010. Porque essa, nós já matamos no 1º turno” (24/09)

cos com histórico de denúncias de irregularidades, como Collor. “As pessoas que voltaram (ao Congresso) não foram condenadas, tinham o direito de concorrer, de acordo com a lei, concorreram e se elegeram. Não sou eu quem vai questionar o eleitor de ninguém.” Apesar de criticar a operação dossiê Vedoin, Lula também não quis responsabilizar o PT pelo episódio. “Não vou culpar o PT porque o PT é muito grande. Não posso condenar a família toda porque um membro cometeu um desatino, porque meia dúzia de pessoas acredita em

Papai Noel e fantasia”, argumentou, repetindo a tese de que “quem aceita negociar com bandido vira bandido também”.

#### DEBATES

Lula preferiu também não dizer que sua ausência no debate da TV Globo, no primeiro turno, tenha influenciado a perda de votos na reta final. Mas afirmou que agora, no segundo turno, não faltará aos debates. “Espero que idéias e programas de governo sejam debatidos”, declarou. Ele afastou ainda a possibilidade de se licenciar do cargo para

disputar o segundo turno. “É possível fazer campanha sem deixar o exercício da Presidência”, afirmou, informando que fará viagens de campanha nos fins de semana e aproveitará os dez minutos no programa eleitoral gratuito e os debates para conquistar votos. “Nesta fase, você não precisa fazer tanto esforço físico, é mais um esforço intelectual.”

Lula considerou “sóbria” a decisão da candidata derrotada à Presidência Heloísa Helena (PSOL) de liberar os militantes nesta fase da eleição. “O PT já passou por isso várias vezes”, observou. “Podem deixar que os eleitores estão mobilizados e pensando em quem votar, independentemente de a gente decidir.” Quanto aos votos dos eleitores de Cristovam Buarque, ele se limitou a dizer que vai esperar a posição do Diretório Nacional do PDT.

Collor chegou até a ser elogiado por Lula. Disse que ele já pagou pelas irregularidades que resultaram no processo de impeachment, em 1992. “O Collor está há 14 anos de castigo, agora o povo de Alagoas resolveu mandar ele de volta para cá”, observou. “Com a experiência que ele tem de presidente da República, certamente poderá, se quiser, fazer um trabalho excepcional no Senado. Eu não vou dizer que o eleitor de fulano de tal não sabe votar.”

#### PAI DOS POBRES

De olho nos votos do eleitorado de Alckmin, o presidente disse que as políticas sociais do governo beneficiaram os ricos à medida que diminuiu o número de pessoas na miséria e aumentou o total de consumidores das fábricas. “Até os ricos ganham com esse processo de riqueza contínuo.”

Horas depois da entrevista, Lula comandou no Alvorada uma reunião para definir estratégias para o segundo turno. O deputado reeleito Jader Barbalho (PMDB), acusado pelo Ministério Público de desvios de recursos públicos, foi um dos que participaram do encontro. Também estiveram no Alvorada o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e os irmãos Ciro Gomes e Cid Gomes – governador eleito do Ceará. •

Em *Presidente resgata ‘Lulinha paz e amor’ para enfrentar 2º turno*, reportagem publicada três dias após o primeiro turno, no caderno Eleições 2006, as jornalistas retomam um importante *slogan* das eleições de 2002, enunciada no auge da campanha pelo próprio candidato Lula, “Lulinha não quer briga. Lulinha quer paz e amor”, durante um comício na cidade do Rio Branco (AC), em agosto daquele ano.

Apesar de o gênero reportagem pertencer ao escopo do jornalismo informativo, não se pode perder de vista que os “fenômenos jornalísticos são perfeitamente intencionados” (MELO, 2003, p. 51), isto é, o discurso jornalístico está longe de ser imune à percepção/posicionamento do sujeito desse discurso sobre os fatos que informa ou sobre os personagens que descreve. No caso desta matéria, o enunciador, desde o início, lança pressuposições sobre a conduta do candidato ao ter conhecimento sobre o resultado do primeiro turno: “Um dia depois de ser **surpreendido** com a necessidade de disputar um segundo turno nas eleições com o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mudou de comportamento e resolveu conceder a segunda entrevista coletiva em seus quatro anos de mandato” (grifos nossos). Ao enunciar que o candidato foi “surpreendido”, emerge um *ethos* onisciente em que o enunciador é detentor de um saber absoluto. Durante a reportagem, o tema central será uma análise do comportamento de Lula durante uma coletiva de imprensa, sobre a qual alerta o enunciador: “segunda entrevista coletiva em seus quatro anos de mandato”.

No decorrer da matéria, o sujeito do discurso constrói uma leitura do *ethos* de Lula como candidato, apesar de designá-lo sempre como presidente ao longo do texto: “Resgatando o estilo “Lulinha, paz e amor” da campanha vitoriosa de 2002, distribuiu sorrisos, baixou o tom de enfrentamento com a oposição, recolheu as críticas à imprensa e chegou a defender a exibição das fotos do dinheiro usado por petistas para o dossiê Vedoin”. E destaca frases do candidato/presidente que endossariam essas características. Além de relatar uma possível contradição de comportamento do então candidato,

No sábado [um dia antes das eleições], durante entrevista [...] o presidente endossara a teoria conspiratória de setores de seu partido sobre o dossiê Vedoin e criticara o delegado que deu publicidade às imagens, acusando-o de ter participado de uma operação com fins políticos [...] Ontem [durante a coletiva] a estratégia foi outra. Abriu à tarde o Palácio da Alvorada à imprensa para negar a fama de “pai dos pobres” e pedir o voto dos ricos, dos radicais do PSOL e até dos seguidores do ex-presidente Fernando Collor (MONTEIRO e FERNANDES, 2006, p. H2).

para demonstrar a diferença da conduta/feitio de Lula entre o contexto do primeiro e do segundo turno, o sujeito do discurso lança mão do destacamento forte de frases suas, no paratexto, referentes ao cenário eleitoral anterior ao primeiro turno, sem descrever, no entanto, o contexto de enunciação, cujo objetivo seria o de comprovar essa mudança de “estratégia” do candidato, por exemplo: “‘Dia 1º de outubro é dia da onça beber água e essa oncinha está com sede. Vão ter que se curvar à maioria do povo brasileiro’ (24/09)”. E

também: “Nunca falei que ia ganhar no 1º turno por modéstia, por respeito. Mas agora falo, nós vamos ganhar essas eleições domingo e, se alguém achar que vai para o 2º turno, pode esperar para concorrer em 2010. Porque essa, nós já matamos no 1º turno’ (24/09)”. Demarcando características de incoerência do discurso e do posicionamento de Lula diante de uma reviravolta no resultado eleitoral.

A partir de um tom de revelação, na medida em que são destacados trechos do discurso do próprio candidato dentro e fora do contexto da coletiva, ao mesmo tempo que se aproxima de um tom de imputação, pois cita a presença na campanha petista de personagens políticos marcados por denúncias de corrupção, o ex-presidente Fernando Collor e o deputado Jader Barbalho, o sujeito do discurso jornalístico delinea uma imagem de Lula como um estrategista ao “resgatar” não só o *slogan* “Lulinha paz e amor”, como também possíveis comportamentos e discursos da conjuntura eleitoral de 2002, ao mesmo tempo em que pretende demonstrar, a partir de falas destacadas de Lula, incongruência entre o posicionamento do candidato antes e depois da notícia sobre a existência de um segundo turno. Desta forma, a partir do modo como constrói a imagem de Lula, o sujeito do discurso jornalístico reforça uma característica também presente nos outros textos analisados, que é a do *ethos* dos promotores de justiça, que materializam suas acusações a partir do resgate de provas supostamente produzidas pelo próprio acusado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o aparente fim de uma jornada de pesquisa na área dos estudos discursivos, a impressão é a de que existe ainda uma miríade de possibilidades de leitura do objeto, devido não só à complexidade de qualquer objeto que diga respeito à linguagem humana ou à história, mas também devido aos limites do nosso conhecimento. Essa sensação da inconclusividade representa a condição mais interessante de embarcar nessa área: a viabilidade da chegada a destinos/resultados diversos, a partir de um aparato teórico e metodológico que transborda as fronteiras de um só campo.

Para a tarefa aqui proposta, a fim de lidarmos com um arquivo que remete a memórias discursivas tão significativas e ainda vívidas historicamente para a política brasileira, trouxemos para nossa pesquisa vozes de variadas áreas de conhecimento, o que poderia ser arriscado em termos de aplicação conceitual e metodológica, mas as particularidades do campo investigado, o jornalístico, e a heterogeneidade dos acontecimentos histórico-discursivos da esfera política do país fomentaram a necessidade de buscarmos referências que sustentassem nosso trabalho e a fim de alcançarmos possíveis respostas para a questão central dessa pesquisa: há ou não linearidade na construção discursiva do *ethos* do sujeito do discurso jornalístico do OESP? Isto é, os discursos que compuseram o jornal em 1989 e em 2006 constituíram alguma mudança ou significativa mudança desse *ethos*. Pelo fato de nosso *corpus* pertencer a dois momentos históricos relevantes, o pleito de 1989, a primeira eleição presidencial pós-redemocratização, e o pleito de 2006, ano da reeleição do ex-presidente Lula, obtivemos um bom acesso ao contexto discursivos dos enunciados, especialmente, devido a nossa escolha pelo jornal OESP, que dispõe de um considerável acervo *online* das matérias publicadas.

Para alcançar possíveis respostas, primeiro, foi preciso compreender como o discurso do OESP se constituiu. Em vista disso, observamos a presença de dois elementos discursivos interligados: a construção imagética de Lula como consequência da prática discursiva do jornal e, a partir dela, e a “maneira de ser” e a “maneira de dizer” do sujeito do discurso jornalístico. Por meio da atuação enunciativa desses sujeitos que compõem o cosmo do jornal (jornalistas, articulistas e o próprio jornal figurado pelo editorial), esse discurso constrói seu *ethos* e, ao mesmo tempo, seu anti-*ethos*, isto é, expressa pela enunciação as características que rejeita e que seriam incompatíveis com seu posicionamento. Além disso, procuramos

descrever e analisar quais seriam, de fato, essas características composicionais do *ethos* do sujeito do discurso nos cenários discursivos de 1989 e de 2006.

De acordo com Maingueneau (2008a, p.60), o *ethos* é constituído pelo ato de enunciação e, também, pelas características que os co-enunciadores atribuem ao enunciador “antes mesmo que ele fale”. Por isso, para nossa empreitada, foi imprescindível reconhecer as diferenças entre o *ethos* discursivo e o *ethos* pré-discursivo presentes no material analisado, o que também foi possível dado que nosso *corpus* foi composto por textos oriundos de variados gêneros de discurso, pois “mesmo que o destinatário não saiba nada antecipadamente sobre o *ethos* do locutor, o simples fato de um texto pertencer a um gênero de discurso ou a certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos*”.

No contexto discursivo do ano 1989, verificamos que, na maior parte das matérias analisadas, o sujeito do discurso jornalístico ilustrou uma figuração de Lula a partir do estereótipo do indivíduo rústico, de certa forma, desconectado do universo do político de gabinete, despreparado para um cargo de tamanha relevância, além de lembrar constantemente o leitor sobre a filiação do candidato à ideologia de esquerda. A maneira de dizer do enunciador ativou a incorporação do co-enunciador ao afiançar o mundo ético da classe média, representante da maior parcela do mercado consumidor, que vivia no contexto da redemocratização e que temia, naquele cenário de final da Guerra Fria, o “fantasma” do comunismo. Emergiu dos discursos analisados de 1989 o tom sarcástico, de superioridade e, por vezes, jocoso em relação à figura de Lula, que foi possível de apreender especialmente quando o *ethos* mostrado se distanciava do *ethos* pré-discursivo da objetividade e imparcialidade preconizadas pelo próprio campo jornalístico a respeito dos gêneros discursivos informativos. Um dado que observamos foi o de que era uma preocupação menos latente do sujeito do discurso jornalístico destacar enunciados do candidato para demarcar a distância entre o posicionamento do jornal e do candidato, por exemplo, falas de Lula, por vezes, eram referenciadas nos títulos sem a demarcação por aspas. Outro dado que indicia essa não preocupação é o fato de que localizamos, durante a seleção do material, poucos editoriais cujo tema tratasse da figura de Lula.

Quanto ao contexto discursivo do ano 2006, o sujeito do discurso jornalístico direcionou a construção imagética de Lula, sobretudo, com base nos acontecimentos políticos relacionados ao denominado “escândalo do mensalão”. Do estereótipo do candidato alienado dos meandros da política nacional para o estereótipo do político corruptível, que, em alguma medida, aceitou as regras do jogo para alcançar e permanecer no poder. Já o estereótipo do político despreparado, que não sabe administrar e precisa da ajuda constante de assessores,



está presente nos dois contextos discursivos. Distintamente do ano 1989, em 2006 houve a publicação de diversos editoriais cujo mote foi a figura de Lula, de onde apreendemos as qualificações com maior grau pejorativo, que configuraram, por exemplo, um *ethos* mostrado de superioridade, retratando um sujeito que tem a prerrogativa de julgar os demais. Nas matérias de 2006 também verificamos que, ao destacar enunciados de Lula, houve uma preocupação maior em delimitar o distanciamento discursivo entre o discurso jornalístico e o político; o sujeito do discurso fez mais uso de aspas assim como lançou mão constantemente do destaque de enunciados de Lula em espaços de paratexto, o que foi pouco utilizado em 1989. Emergiu do discurso jornalístico de 2006 o *ethos* da moralidade e da ética, a partir de traços que compõem a imagem de um enunciador que se supõe onisciente, detentor de um saber absoluto e que, por isso, pode dizer a Verdade de um lugar seguro. Também é possível apreender da aura discursiva de 2006 características de um sujeito perito dos fatos, o que ativa a adesão do leitor ao mundo ético do homem de negócios, do universo neoliberal.

As alterações das condições sócio-históricas, indubitavelmente, provocaram mudanças no jogo de forças que desenham o arranjo dos posicionamentos. Desta forma, examinamos que, comparativamente, houve modificações na composição das características discursivas das matérias de 1989 e 2006, isto é, as feições discursivas do sujeito do discurso jornalístico do OESP se alteraram tal como a figuração de Lula como sindicalista e metalúrgico em 1989 e a figuração de Lula como presidente da república.

Com relação aos destacamentos, nos materiais dos dois períodos, prevalecem os destacamentos fortes: o enunciador destaca enunciados de Lula proferidos em entrevistas a rádios, conversas com amigos, atos públicos, situações enunciativas as quais seria difícil retomar para checar as mudanças entre o texto-fonte e a aforização. Com esse procedimento, o enunciador constrói uma imagem de si como uma referência segura: ele é aquele que sabe tudo o que aconteceu e/ou foi dito e, portanto, pode julgar o candidato porque dispõe de um quadro informacional completo.

A proposta central da nossa pesquisa não foi a de preencher lacunas, mas a de fomentar novas leituras sobre o discurso jornalístico. A imprensa escrita faz parte de um arquivo histórico importante para compreendermos que leituras podem ser feitas sobre os acontecimentos, *como* essas leituras são realizadas e o que mobiliza a adesão dos leitores a dados posicionamentos.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 3. ed. Col. Biblioteca de Autores Clássicos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.
- AZEVEDO, F. A. *Eleições presidenciais, clivagem de classe e declínio da grande imprensa*. Revista USP, São Paulo, n. 90 (Marketing Político), p. 84-101, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34809/37547>. Acesso em: 29 mar. 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i90p84-101>
- AUTHIER-REVUZ. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19. Campinas, IEL, 1990, p. 25-42.
- AZEVEDO, F. A. *PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014)*. Revista *Opinião Pública*, Campinas, vol. 24, n. 2, p. 270-290, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v24n2/1807-0191-op-24-2-0270.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019. <https://doi.org/10.1590/1807-01912018242270>
- BAKHTIN, M. Gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 6. ed. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011. Adendo, p. 261-306.
- BARROS FILHO, C. de. *Ética na comunicação*. 7. ed. Atualização de Sérgio Praça. São Paulo: Summus, 2016.
- BENVENISTE, E. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Geral I*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991.
- BOURDIEU, P. Jornalismo e ética. Anais da Conferência de Fundação do Centro de Pesquisa da Ecole Supérieure de Journalisme. Lille: *Cadernos de Jornalismo*, nº 1, 1996. Disponível em: <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/Bjournal.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- \_\_\_\_\_. L'économie des échanges linguistiques. In: *Langue française*, nº34, 1977. Linguistique et sociolinguistique. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/lfr\\_0023-8368\\_1977\\_num\\_34\\_1\\_4815](https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1977_num_34_1_4815). Acesso em: 15 set. 2019. <https://doi.org/10.3406/lfr.1977.4815>
- \_\_\_\_\_. *Sobre a televisão*. Trad. de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- CARREIRÃO, Y. de S. A eleição presidencial brasileira de 2006: uma análise preliminar. Florianópolis: Caderno Política & Sociedade. *Revista de Sociologia Política*, v. 6, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1686>. Acesso em 20 mar. 2019.

CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAVALCANTI, J. R. Considerações sobre o *ethos* do sujeito jornalista. In: MOTTA, A.R.; SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 173-184.

CAVALCANTI, J. R. *No “mundo dos jornalistas”*: interdiscursividade, identidade, *ethos* e gêneros. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), UNICAMP. Campinas, 2006.

CHARADEAU, P; MAINGUENEAU, P. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, P.; BIANCHINI, D. *Caracterização da demanda futura de usuários da internet no Brasil: uma contribuição para o desenvolvimento de políticas governamentais de inclusão digital e acesso a internet*. JISTEM J.Inf.Syst. Technol. Manag. (Online), São Paulo, v.5, n.1, p. 135-162, 2008. Disponível em: <http://ref.scielo.org/y4bsmh>. Acesso em: 15 abr. 2019.

DINIZ, E. *Empresários e governo Lula: percepções e ação política entre 2002 e 2006*. Artigo apresentado no workshop Empresa, Empresários e Sociedade, realizado em Porto Alegre, de 2 a 5 de maio de 2006. Disponível em: [http://www.fee.rs.gov.br/5workshop/pdf/mesa02\\_eli.pdf](http://www.fee.rs.gov.br/5workshop/pdf/mesa02_eli.pdf). Acesso em: 15 mar. 2019.

FICO, C. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2016.

FOLHA DE S. PAULO. "Lulinha paz e amor" fugiu dos conflitos. Caderno Poder, 27 out. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41288.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FUCHS, A. *As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica*. São Paulo: Alfa, 1985, p. 111 – 129.

HOBBSAWN, E. A era de ouro. In: \_\_\_\_\_. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Parte II, p. 223-363.

KRIEG-PLANQUE, A. *“Frases pequenas”*: um objeto para análise do discurso político e da mídia. Trad. de André W. A. de Assis. Revista Communication & Langages, Paris, nº 168, 2011, p. 23-42

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A.R.; SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 11-30.

\_\_\_\_\_. Aforização, enquadramento interpretativo e configuração humanista. *Revista Coleção Mestrado em Linguística*, Franca, v. 6. 2011. Disponível em: <http://publicacoes.unifran.br/index.php/colecaoMestradoEmLinguistica/article/view/542/434>. Acesso em: 17 abr.2018.

\_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. Trad. de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. Aforizações políticas, mídias e circulação de enunciados. *Linguasagem*, São Carlos, ed. 20, dez. 2012. Trad. de Roberto Leiser Baronas e Fernanda Mussalim. Disponível em: [http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao20/artigos/artigo\\_001.pdf](http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao20/artigos/artigo_001.pdf). Acesso em: 10 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

\_\_\_\_\_. Enunciação presa e enunciação destacada. In: \_\_\_\_\_. *Discurso e análise do discurso*. Trad. de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. cap. 11, p. 131-138.

\_\_\_\_\_. *Frases sem texto*. Trad. de Sírio Possenti *et alii*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. *Gênese dos discursos*. Trad. de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. de Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. Retorno crítico sobre o *ethos*. Trad. de Paula Camila Mesti. In: BARONAS, R. L.; CARREON, R. O.; MESTI, P. C. (org.). *Análise do discurso: entorno da problemática do ethos, do político e de discursos constituintes*. Campinas: Pontes, 2016, p. 13-33.

MAPA das Eleições de 1989. São Paulo: CepespData e TSE, 2018. 1 mapa. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/09/21/Um-hist%C3%B3rico-das-disputas-presidenciais-desde-1989-em-mapas>. Acesso em: 2 abr. 2019.

MAPA das Eleições de 2006 São Paulo: CepespData e TSE, 2018. 1 mapa. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/09/21/Um-hist%C3%B3rico-das-disputas-presidenciais-desde-1989-em-mapas>. Acesso em: 2 abr. 2019.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELO, J. M. de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Editorial "Instituições em frangalhos"*. São Paulo, Ano 89, Nº 28.737, 1968. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19681213-28737-nac-0003-999-3-not>. Acesso em: 20 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. *Lula faz crítica indireta a Serra, ao casal Garotinho e a Cesar Maia*. São Paulo, Caderno Política, 2006. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-faz->

[critica-indireta-a-serra-ao-casal-garotinho-e-a-cesar-maia,20060120p55034](#). Acesso em: 01 out. 2019.

PAÍS tem democracia “relativa”, diz Geisel. Memorial da Democracia. São Paulo, *Memorial da Democracia*, 1977. Disponível em: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/pais-tem-democracia-relativa-diz-geisel>. Acesso em: 04 set. 2018.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

PONTES, J. A. V. *Histórico Grupo Estado*. Disponível em: [www.estadao.com.br/historico/resumo/conti5.htm](http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti5.htm). Acesso em: 20 abr. 2019.

POSSENTI, S. *Questões para o analista do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009a.

\_\_\_\_\_. Simulacro e interdiscurso em slogans. In: \_\_\_\_\_. *Os limites do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009b.

RANCIÈRE, J. Sobre a teoria da ideologia. In: *Lecturas de Althusser*. Buenos Aires: Galerma, 1970, p. 328-330.

SINGER, A. V. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, N. W. (1911-1999). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

STARLING, H. M. M. Moralismo capenga. Brasília: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2009. Disponível em: [www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/moralismo-capenga](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/moralismo-capenga). Acesso em 17 abr. 2019.

VEZZELLI, E. *A construção do ethos discursivo na imprensa em língua italiana em São Paulo: o caso de La Difesa*. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

WERNECK VIANNA, L. Revolução passiva e república. In: *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

**ANEXOS**













TERÇA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 1989

Política

O ESTADO DE SÃO PAULO

O candidato do PT ficou até as 23 horas de sábado num site próximo a São Paulo com meia dúzia de assessores. Passou o domingo em casa e foi para o Rio de Janeiro disposto a colocar no ar, ao vivo, para todo o Brasil, uma nova imagem: a

do Lula do segundo turno — um candidato menos radical, dono de um vocabulário mais amplo e disposto a provar que tem mais condições de cumprir o que anda prometendo nesta campanha do que o Lula que foi ao ar durante os debates promovidos ao longo do primeiro turno

# No segundo turno, Lula modera discurso

LUCIANO SUASSUNA

Às 10 horas da manhã de sábado, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, iniciou meia dúzia de sessões num site próximo a São Paulo e iniciou sua preparação para o debate do dia seguinte. Cercado de conselheiros para assuntos econômicos e políticos, o economista Aluísio Mercadante e o secretário-geral do partido, deputado José Dirceu, Lula assumiu o papel de Fernando Collor de Melo — como se estivesse no lugar de seu adversário, ele fazia as perguntas que imaginava ser de responder em rede nacional de televisão.

Lula quis saber se o PT defendia a luta armada, se previa invasões de terra ou ainda se era como realizar o que anda prometendo na campanha eleitoral. Três horas depois, ele estava pronto para apresentar ao vivo, para todo o Brasil, o Lula do segundo turno — menos radical, dono de um vocabulário mais amplo e decidido a provar que possui mais condições de administrar o País do que o Lula que foi ao ar no primeiro turno.

Durante as três horas de debate com Fernando Collor de Melo, nos estúdios da TV Masébie, no Rio de Janeiro, o Lula jurou, no dia 29 de junho, anunciando no Paraná que a política do PT era "tomar a terra de quem não a ocupa".

No debate, Lula afirmou que a terra tem de ser ocupada para que trabalhadores não morram mais debaixo de pedras e cedam lugar ao Lula que define um limite para a reforma agrária. "Nos estabelecemos um patamar mínimo de terras que, se não produtivas, vão ser desapropriadas", afirmou.

Lula já chegou a ser complementado com a proposta de uma luta armada para mudar o País. No debate de domingo, porém, ele apresentava outras credenciais: "Estão me chamando de revolucionário, quando eu quero a luta armada". Pois está aqui a minha arma", afirmou, mostrando a Constituição. O Lula do PT que se apresentou no colégio eleitoral trazia um novo candidato que usa, sem condescendência, a palavra "necesar".

"Aprendi que em política nada se dá por concedido", afirmou o candidato de São Paulo, o candidato do PT, insistindo na negociação do setor econômico dos tucanos do PSDB. "Percebi isso quando vi que tinha chances de ganhar eleição".

Montado sobre uma plataforma de oito centímetros de altura, utilizada para encobrir no vídeo a diferença de estatura

entre os dois candidatos, Lula usou um vocabulário novo. Usou expressões como "assustalar", "coaxial", "indubitavelmente" ou "replicar", falou sobre economia com dados e num jargão próprio aos estúdios do tema e discutiu acordos e negociações políticas com a moderação de quem passou dois anos na Constituinte.

Acostumado a maltratar o português fluentemente, o Lula do primeiro turno transformou-se, no debate de domingo, em alguém bem mais cuidadoso com a língua. O Lula do primeiro turno, comemorou, após o debate, o senador Jamil Haddad (PSB-RJ). Lula cortou o cabelo um dia sob grande expectativa.

Antes de ir para o Rio de Janeiro, ele ainda deu um pequeno cochilo ao almoço. Vinjou num jatinho particular e foi recebido com festa no Aeroporto Santos Dumont. Mesmo acompanhado de sua mulher, Marieta, chegou a ser beijado por eleito-



Cordão policial separa militantes do PT e do PRN: sem descimentos graves, batalha entre adversários foi só verbal

## Torcidas fazem guerra de slogans

TIMÓTEO LOPES

RIO — Cerca de 500 manifestantes foram até a frente da TV Masébie, antecorrendo, na Rua do Russel, aguardar a chegada de seus candidatos. Durante quase duas horas, militantes do PT e do PRN, instalados em áreas separadas pela Polícia Militar, enfrentaram-se numa batalha de slogans. Mas não houve descimentos graves. A única ameaça de tumulto ocorreu durante a chegada dos concorrentes, quando torcidas deixaram o espaço reservado a eles e invadiram o destinado aos adeptos do PRN.

O problema foi logo contornado pelos policiais, que até aceitaram a sugestão de um militante petista para que fosse feito um cordão humano entre as duas torcidas. Estava garan-

tida a paz, mas não por muito tempo. Logo, um coro de partidários do PRN atacava: "Um, dois, três, vai dar Collor outra vez". Os petistas devolviam: "Um, dois, três, o lugar do Collor é no xadrez".

Fernando Collor de Melo chegou ao Rio às 18h30 e saiu por um portão lateral do Aeroporto Santos Dumont para evitar militantes do PT que aguardavam Lula Inácio Lula da Silva no salão de desembarque. Ficou na suíte presidencial do Hotel Casuarina, em Ipanema com a mulher Rosane, até a hora de sair para o debate, às 20h30. Foi o primeiro a chegar ao prédio da emissora num comboio de oito motocicletas e escoltado por duas motocicletas e duas patrulhas da PM. Com os vidros do Opala todos fechados, sorriu e acenou para seus partidários, que gritavam e aplaudiam.

# Um confronto inacabado

Por mais de duas horas os candidatos Fernando Collor de Melo, do PRN, e Lula Inácio Lula da Silva, do PT, discutiram vários temas considerados fundamentais em seus programas de governo: a própria negociação do programa, objetivando alianças políticas, a reforma agrária, a redução da inflação e os problemas com a saúde pública, entre outros. Nenhum assunto foi resolvido em apenas uma resposta. A seguir, a íntegra dos principais trechos, de acordo com a ordem do debate realizado no domingo à noite:

**Reforma agrária**  
"O comentário que eu gostaria de fazer é a respeito exatamente das mudanças de propostas do candidato. O deputado começou tratando da questão da reforma agrária, incluindo a simples invasão das terras... O nosso programa destina cinco bilhões de dólares para a questão, visando o assentamento de 500 mil famílias para os próximos cinco anos... e vejo também que essa reforma agrária do deputado começara pelas terras de seu próprio candidato a vice-presidente, que é um senador do Rio Grande do Sul, proprietário de um grande latifúndio naquela região." (Collor)

**Produção e empolgação**  
"O que nós precisamos é ter um governo legitimado pelo voto popular, o que acontecerá, sem dúvida, no próximo dia 17 de dezembro. Esse será o grande choque, o choque da credibilidade... Eu quero dizer que o meu programa não foi mexido um pontinho... porque nós não negociamos absolutamente nada." (Collor)

"Enquanto o candidato anuncia políticas, basta que não negociada, basta que não negociada, a atender para ver quem não se comprometeu e aí percebemos que a política se repete." (Lula)  
"É interessante não observar o apoio de que ele dispõe hoje. Toda a família do senhor José Sarney, que ocupa a Presidência da República, já declara formalmente o voto ao deputado Luiz Inácio Lula da Silva. Ninguém representa mais, neste país, todos os equívocos cometidos, todos os erros patrocinados do que o governo que ele é." (Collor)

**RECURSOS PARA PROGRAMA DE REFORMAS**  
"Se você começar a moralizar as empresas estatais, se você suspender o pagamento da dívida externa e se você negociar a dívida interna, indubitavelmente nós vamos ter dinheiro para poder começar a investir no social." (Lula)  
"Ele propõe o calote da dívida interna e o calote da dívida externa, ou seja, unilateralmente não se paga mais a dívida externa e não se paga mais a dívida interna. Decida fazer um repêdio total à dívida." (Collor)

**POBREZA**  
"Política social não é apenas dar as coisas para os pobres. É criar condições do pobre deixar de ser um peixe, de ser uma pessoa que vive de viver." (Lula)  
"Quando ele diz que vai romper unilateralmente, não vai pagar a dívida interna, isso significa que ele está penalizando o pequeno poupador, aquele que está mensalmente depositando nas cadernetas de poupança... Nós precisamos é acabar de uma vez por todas com essa história dos banheiros ganhando cada vez mais dinheiro, sendo os síndicos dessa massa falida que é o Brasil." (Collor)

**ALIANÇAS POLÍTICAS**  
"A minha candidatura nasceu e atingi a liderança nas pesquisas sem o apoio de nenhum senador,

de nenhum deputado, de nenhum governador, de nenhum empresário, de nenhum banqueiro, de ninguém do sistema militar. Eu apenas me permito não fazer acordos espúrios, se apenas me permito não modificar um milímetro sequer do meu programa para obter acordos, para obter vantagens eleitorais." (Collor)  
"Eu sinto orgulho das alianças que estou fazendo. Quando esse pessoal estava exilado pela briga com a ditadura militar, o meu adversário comia pela mão do regime militar, era indicado prefeito fictício, ganhando a prefeitura de presente de casamento em Macaé." (Collor)  
"O deputado do PT fala do meu passado com a mesma paixão que a vidente Laila Alkimim tentou falar do meu futuro. E

um pouco de desconhecimento de causa". (Collor)  
**DEUS**  
"Eu jamais utilizaria Deus como cabo eleitoral. Eu acho que nem sabe se eu acredito em Deus e Deus... Eu já cansei de dizer que sou cristão, creio em Deus, mas acho que a minha crença é uma coisa muito íntima minha." (Lula)  
"Em relação à questão que foi tocado o santo nome de Deus, o deputado diz que é cristão e eu me pergunto por que ele e o seu partido defenderam na Constituição a retirada da expressão 'sob a proteção de Deus', a retirada do nome de Deus." (Collor)

**EQUILÍBRIO EMOCIONAL**  
"Eu nunca fiz esse gesto. O gesto que eu faço e que é conhecido de todo o brasileiro é esse gesto que eu sempre faço de punho erguido. Ninguém sabe do que eu sou tido pacificista ao longo de todo esse processo eleitoral." (Collor)  
"Se houver equilíbrio político do candidato, haverá menos violência nas ruas desse campanha para presidente da República." (Lula)  
"Não sou eu quem defendo a luta armada, eu sou contra a violência, mas eu não abro mão, minha missão, de defender a minha honra, de defender a minha dignidade. Nestas vezes corre sangue e não é sangue de barata." (Collor)  
"Outro dia eu passei me transformar no homem do livro, andar com a Constituição debaixo do braço. Fala está aqui a minha arma... E aí dizem que a

classe média se assusta quando o Lula fala isso. Não, porque eu quero uma sociedade de classe média." (Lula)  
**PRIVATIZAÇÃO**  
"Todo mundo conhece a luta, o Brasil para evitar a privatização das empresas estatais..." (Lula)  
"Eu já posso dar uma procuração para ele, onde eu tenho Collor de Melo, essa terra possa ser doada à Cruz Vermelha, que não dá temos terra... E aí relação à questão da privatização, um dos grandes males que o País atravessa é justamente a presença do Estado na economia. O Estado é gigantesco, enorme e corrupto... Por isso defendendo a redução do tamanho do Estado." (Collor)

**COLABORAÇÃO DO GOVERNO**  
"Caso se chegue à Presidência, será que você colaborará com o governo? Acirra como eu acirra, democraticamente, pensando no Brasil?" (Collor)  
"Eu entendo o que você quer, mas eu não quero morrer na praia. Eu estou convencido de que você vai fazer o que você quer, mas eu não quero morrer na praia. Eu entendo o que você quer, mas eu não quero morrer na praia. Eu estou convencido de que você vai fazer o que você quer, mas eu não quero morrer na praia." (Lula)

**POBREZA AGRI-CULTIVA**  
"A minha proposta é aumentar o salário mínimo passo que foi reduzido e já reduzido salário do classe trabalhadora." (Lula)  
"Talvez o deputado não tenha lido bem a proposta. Com essa inflação é difícil e muita gente sem cruzado, estão empobrecendo, não falar em dólar." (Collor)  
"Quando eu estava dizendo o salário, pensei que você estava concordando já eleições e Privatização do Brasil." (Lula)

Lula e Collor, nos estúdios da TV: trocas de farpas e um debate de bom nível

A4 SÁBADO, 21 DE JANEIRO DE 2006  
O ESTADO DE SÃO PAULO

# NACIONAL

## GOVERNO

# Lula diz ter a cara do povo e culpa rivais por atraso em seus programas

Em discurso, presidente cita iniciativas que não teriam avançado por falta de colaboração de Serra, Maia e Rosinha

Wilson Tosta  
RIO

Sob os gritos de "Lula, Lula, Lula, queremos reeleição", o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou um ato público em Quimadas, na Baixada Fluminense, para atacar os principais adversários, o prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), o secretário de Governo do Rio, Anthony Garotinho (PMDB), e criticar o prefeito do Rio, César Maia (PTL). Diante de cerca de 10 mil pessoas, disse que vários programas federais não avançaram mais por falta de colaboração das duas prefeituras e do governo do Rio, chefiado por Rosinha Garotinho (PMDB), mulher de Garotinho.

"Vocês sabem o que fizemos na indústria naval do Rio, mas tem gente que diz que não é nossa, é deles", criticou, sem citar o casal Garotinho. "Não vou ficar discutindo quem é o pai da criança, quero saber quem é que está cuidando da criança, quem é que está dando comida para a criança, quem é que está alimentando e educando essa criança." Lula reclamou que queria fazer os programas Farmácia Popular e Bolsa Família com o Estado e a prefeitura do Rio, mas não houve acordo.

O presidente rebateu as acusações do casal Garotinho, de falta de atenção com o Estado. "Sempre disse que mentira tem pernas curtas. O dinheiro que vem de Brasília para cá é 54% de tudo que o Estado do Rio arrecada. Davido que em algum ano da história do Rio, ele tenha recebido essa quantidade de dinheiro." Rosinha não compareceu ao ato, que liberou R\$ 100 milhões para o setor de saúde.

Sem citar Serra ou Maia, Lula acusou pelos problemas do ProJovem, que dá bolsa a jovens de 17 a 24 anos para que retomem os estudos. "Algumas prefeituras não assumiram a totalidade das vagas. São Paulo teve 30 mil inscritos e não teve as vagas ocupadas, porque depende muito do trabalho da pre-



CRÍTICA - "Os adversários já estão em campanha e gostariam que o presidente ficasse trancado no gabinete", disse Lula, na visita ao Inmetro

## Secretário rebate números

Encarregado pelo prefeito de São Paulo, José Serra, de acompanhar a implantação do programa ProJovem na capital, o secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pesaró, disse ontem que o presidente Lula está "mal informado" e desconhece os próprios números federais em relação aos inscritos no programa em São Paulo. Segundo Lula, 30 mil jovens se inscreveram na cidade, mas o programa não tem dado certo "porque depende muito da Prefeitura". "Foram 17.250 inscrições e 4 mil jovens já foram matriculados. O programa está em plena fase de

implantação, inclusive em Bello Horizonte, administrada pelo PT. Não há, portanto, nenhum problema e temos convicção de que o projeto vai dar certo", disse Pesaró. Para ele, as informações de Lula não passam de "discurso político". No Rio, a governadora Rosinha Garotinho (PMDB), também chamou Lula de "mal informado". Para o prefeito do Rio, César Maia (PTL), o que Lula disse "é quase verdade". Ele explicou que programas como o ProJovem levam tempo para atrair o público. ■ ANA PAULA SCAVOCCA E WILSON TOSTA

feitura. No Rio foram mais de 30 mil inscritos e só há 8 mil cursando, porque tem problema."

Lula afirmou que 2006 será um ano de "colheita muito grande", ao falar das realizações do governo. "É por isso que, de vez em quando, vocês vão ver algumas pessoas dizendo: 'Esse ato de Quimadas é campanha eleitoral'. A inauguração de uma estrada é campanha". Se eu não fizesse era campanha para eles. Se faço, eles dizem que é para mim. Entre fazer para eles e fazer para mim, eu prefiro fazer para nós, aqui", ironizou.

## MOBILIZAÇÃO

O ato foi montado pelo Ministério da Saúde e pelas prefeituras de Quimadas, governada por Rogério do Salão (PL), e Nova

Iguaçu, ao lado do esqueleto do Hospital Geral de Quimadas, cujas obras estão paradas desde 1992. Segundo Rogério, o município gastou R\$ 70 mil. O PT levou ônibus com militantes. O PC do B políticos da região mobilizaram adeptos. A prefeitura fez propaganda do ato com carros de som e pelo rádio. Foi assim que o pintor Rogério Oliveira da Silva e o aposentado José Fernandes Nascimento souberam e resolveram participar.

Ligados a Garotinho, os prefeitos de Duque de Caxias, São João de Meriti, Seropédica, Japeri e Guapimirim não foram ao ato. Lula, aparentemente, não deu importância, segundo pessoas próximas, estava animado. "Saio daqui feliz porque quando desci e me deparei com

## FRASES

### Lula Inácio Lula da Silva

Presidente da República  
"Eu sempre disse que mentira tem pernas curtas. O dinheiro que vem de Brasília para cá é 54% de tudo que o Estado do Rio de Janeiro arrecada. Eu davado que, em algum ano da história do Rio, ele tenha recebido essa quantidade de dinheiro"

"Algumas prefeituras não assumiram a totalidade das vagas. São Paulo, por exemplo, teve 30 mil inscritos e não teve as vagas ocupadas, porque depende muito do trabalho da prefeitura. Aqui, no Rio de Janeiro, foram mais de 30 mil inscritos e só tem 8 mil cursando, porque tem problema"

"Saio daqui feliz porque quando desci e me deparei com a fisionomia de vocês, eu disse a mim mesmo: essa é a minha cara. A minha cara não é a cara da zona sul (do Rio), não é a cara da Avenida Paulista, a minha cara é a cara do povo sofrido deste país, que clama por justiça"

a fisionomia de vocês, eu disse a mim mesmo: essa é a minha gente, porque essa é a minha cara. A minha cara não é a cara da zona sul (do Rio), não é a cara da Avenida Paulista, a minha cara é a cara do povo sofrido deste país, que clama por justiça."

Em clima de comício, ele cumprimentou pessoas e posou para fotos com integrantes da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis, antes de ir para Duque de Caxias, onde visitou o Inmetro (veja reportagem nesta página). Em seu discurso, Rogério do Salão exortou Lula a se candidatar à reeleição. "Não ceda, presidente. O povo precisa. Se o senhor abrir mão disso, nunca mais o povo terá a oportunidade de ter um representante seu conduzindo-o ao progresso." ■

## 'Os incomodados tenham paciência pois vou viajar mais'

Lula diz que colhe frutos de seu governo e reclama: "O que as pessoas não querem é que eu colha"

Alexandre Rodrigues  
RIO

O presidente Lula mandou ontem um recado à oposição: pretende intensificar a agenda de inaugurações sem medo das acusações de que atua como candidato. "As pessoas que estão incomodadas com as minhas viagens tenham paciência porque eu vou viajar muito mais", disse Lula, no final de rápida entrevista na saída de sua visita ao Inmetro, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Para o presidente, é natural que a oposição classifique como eleições as viagens que tem

feito para anunciar ações do governo, mas não admitiu que já trabalhe pela reeleição. "A cultura política do Brasil sempre foi essa. Quem está no governo não pode estar preocupado com essas críticas", disse o presidente. "Na verdade, os adversários que já estão em campanha gostariam que o presidente da República ficasse trancado no gabinete."

Mas, num sinal de que já se

prepara para o embate eleitoral, o presidente apressou-se em trocar a frase "não sou candidato" por "não estou candidato", ao responder sobre os motivos que o levam a adiar a decisão de concorrer a um novo mandato. "Só tenho que decidir no momento certo. O partido só tem convenção em junho. Por que eu teria que deixar de governar para entrar em campanha? Eu vou governar o País." Aos críticos de sua postura, repetiu: "Tenho que governar o Brasil, é para isso que fui eleito. Estou no último ano de mandato, não plantamos um pomar e agora estamos colhendo os frutos. O que as pessoas não querem é que eu colha", disse Lula, citando como exemplo a ponte entre o Brasil e o Peru que inauguraria ainda o ano de 2006.

## IBOPE

O presidente não quis comentar a última pesquisa do Ibope, na qual lidera todas as simulações de intenção de voto, empantando tecnicamente somente com o prefeito de São Paulo, Jo-

sé Serra (PSDB). "Não me preocupo com pesquisa. Há muitos anos que não falo de pesquisa, nem quando estou bem, nem quando estou mal. Pesquisa é uma fotografia que você tira uma vez e aparece de um jeito e na outra aparece de outro jeito", desconfiou.

Lula visitou as instalações do centro técnico do Inmetro, onde foram investidos US\$ 400 milhões pelo governo federal, ao lado dos ministros do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende. Entre os laboratórios que conheceram está o de goniôfotometria, que tem moderno equipamento para aferição de lâmpadas. Diante do presidente do instituto, João Jornada, e de uma platéia de funcionários, Lula foi aplaudido ao prometer criar até março um plano de cargos e salários para os servidores do instituto. Ele anunciou que deve fazer o mesmo em breve com a Embraer. ■

## No Acre, presidente recebe hoje apelo para disputar reeleição

Governador Jorge Viana entregará a Lula manifesto de petistas do Estado durante sua visita a obras

Liège Albuquerque  
ENVIADA ESPECIAL  
RIO BRANCO

O governador do Acre, Jorge Viana (PT), pretende entregar hoje ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um manifesto em defesa de sua reeleição, assinado por ele e por parlamentares acreanos. "O movimento que o PT deveria fazer, e espero estar dando o pontapé inicial, é pedir encarecidamente que Lula queira se recandidatar e não pressionar para que ele se decida logo, como se houvesse dúvida de que ele é o melhor candidato do partido", afirmou ontem o governador, enquanto aguardava a chegada de Lula, prevista para o início da noite. No encontro, o presidente deve assinar contratos de R\$ 250 milhões para obras no Estado.

"Seria um prejuízo irreparável para o PT interromper o trabalho de Lula", afirmou. O primeiro programa do presidente no Estado será visitar obras de uma ponte da BR-317, no município de Assis Brasil. A



VIANA - "É o melhor candidato"

tarde, em Senador Giomardi, deve inaugurar um assentamento agroflorestal. Na opinião de Viana, Lula precisa de um novo mandato "para desafiar erros do primeiro". Seria preciso, continuou, promover "a abertura de um diálogo maior com a sociedade, buscar aliados em outros partidos mais cedo, ter menos burocracias e morosidades internas, comunicar melhor suas ações de infra-estrutura e até do social".

"Só agora, no fim deste man-

dato, estamos buscando alianças nacionais com o PMDB, por exemplo", disse ele ao Estado. "Isso deveria ter sido feito antes. Tolerância é ainda uma palavra muito cara para alguns setores do PT", comentou.

O presidente, para ele, sofre por "ingratitude" de aliados e da oposição. Os "ingratos" seriam seus atuais colegas de outros Estados que, ao receber a operação tapa-buraco criticaram a falta de manutenção das rodovias federais. "O que eles estão fazendo com os recursos da Cide?", perguntou.

O Acre, prosseguiu, está esquecido há anos pelos governos. "Esta será a primeira vez na história que o Estado receberá um ministro da Fazenda (Palocci)". Ele criticou ainda a oposição por estar chamando o governo de "assassino" por conta das mortes de pedreiros petistas de Campinas e Santo André. "A oposição está indo além dos limites", atacou. O PFL, em sua opinião, começou de forma séria, e depois "descambou para os absurdos" ■

Conselho de Administração:
Presidente: Roberto C. Mesquita
Membros: Fernando Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, João César Mesquita, Maria Cecília V. C. Mesquita, Patricia Maria Mesquita

Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1958)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1998)

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1984)
Nestor Ranget Pastana (1927-1933)
Pímino Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br
Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02098-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01066-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax 1º (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

Retrocesso administrativo

Concebida para flexibilizar a gestão de pessoal nas diferentes instâncias do poder público, permitir à União, Estados e municípios dar um tratamento diferenciado às carreiras técnicas e acabar com as disparidades de vencimentos entre Executivo, Legislativo e Judiciário para cargos de atribuições iguais ou semelhantes, a reforma administrativa promovida pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso e introduzida em 1998 pela Emenda Constitucional (EC) n.º 19 está sendo derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Destinadas a substituir as antigas e paquidêrmicas autarquias e demais órgãos da administração direta, repletos de amanuenses inopetos e "marias candelárias", as agências foram concebidas como órgãos enxutos, com técnicos altamente qualificados e remuneração compatível com os salários pagos pela iniciativa privada. Mas, apoiadas pelo PT, que na época estava na oposição e tinha no funcionalismo um de seus pilares eleitorais, as velhas e viciadas lideranças corporativas do funcionalismo se opuseram a essa inovação, impetrando no STF ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) tanto contra o regime diferenciado de remuneração adotado para as agências quanto contra a reforma administrativa promovida pela EC nº 19.

Corrida de obstáculos

Ministros de 25 a 30 países dos mais importantes do comércio internacional vão reunir-se em Genebra, nesta semana, para tentar, num esforço quase desesperado, abrir caminho para a conclusão, até o fim do ano, da maior negociação comercial da história, a Rodada Doha. Se tiverem êxito, ainda terão de convencer dezenas de outros governos a aceitar os acordos alinhavados, pois os membros da OMC são 149 e basta 1 voto contrário para impedir um acordo.

A banalidade do mal

Uma das principais diferenças entre um simples governante e um líder nacional, nas sociedades democráticas, é que ao primeiro, mesmo quando bem administrador, falta o atributo por excelência da liderança - a capacidade de inspirar um povo, pela força do exemplo, promovendo o que os seus concidadãos têm de melhor, e se fazendo símbolo e porta-voz de uma cultura cívica fundamentada em valores nobres e éticos.

Negociação sobre indústria, só se avançar o debate sobre agricultura

ram prorrogar sua validade. Extinta a cláusula de paz, o Brasil pode obter, na OMC, a condenação de subsídios ao algodão exportado pelos EUA. Do ponto de vista do Brasil e de outros grandes exportadores agrícolas, como a Argentina, a Austrália e a Nova Zelândia, a mera proposta de uma nova cláusula de paz é inquestionável, especialmente porque os americanos tentam impedir, na Rodada Doha, certos subsídios potencialmente danosos à concorrência internacional.

Um legado perverso para a educação política da sociedade

mensalio - o suborno rotineiro de deputados - de caixa 2, como se, por ser corriqueira, a prática fosse um delito menor. Um mês mais tarde, visivelmente a contragosto, Lula disse na televisão que "tenho que pedir desculpas" sem especificar o que, e se declarou "traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento". É impossível substituir a contribuição do presidente para neutralizar a indignação com a cultura da trapaça no Brasil, que se costuma debitar ao suposto caráter macunafímico dos brasileiros.

Terceiro lugar

Se o PT do Estado de São Paulo cochilar, com certeza vai amargar um terceiro lugar nas próximas eleições, por que o segundo colocado nessa corrida será Orestes Quercia. Quem viver verá.

Parlamentarismo

Até que enfim alguém no Brasil se lembrou de que existe um sistema de governo, o parlamentarismo, melhor do que o presidencialismo apoteose de importados dos EUA. O ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o deputado Roberto Freire (PPS) têm razão: no parlamentarismo o Legislativo não pode ser tão irres-

OPSDB errou

À comovente mensagem do leitor Sr. Mário Sanchez (26/6), de Itaituba, desaconselhando os apodados a votar no "Gerardo", é só mais uma demonstração de como o PSDB errou em escolher o tal candidato para concorrer com Lula. Aliás, diga-se de passagem, não há certeza de que o partido realmente apoiasse Alckmin, mas ele se aproveitou das vacilações e se impôs contra José Serra, o único que teria chances de derrotar o lulismo, conforme mostravam as pesquisas.

Mandoca no trigo

Depois de sermos o único país que tem um vergonhoso rodízio de carros, como o de São Paulo, onde se colocam livramentos e lombadas destruidoras em ruas e estradas, em que um quarto da gasolina para nossos carros é álcool, vem agora essa novidade de adicionar 10% de farinha de mandioca ao trigo. Estamos mesmo nas mãos de uma mudança suprapartidária de idiotas. Ou seja, estamos ferrados, para não usar termo chulo.

Mega-Sena

Parabéns ao leitor Sr. Antonio Fernando Guimarães pela carta Mega-Sena (24/6). Eu e amigos comungamos de sua opinião e gostaríamos que a nossa imprensa, quarto poder da República, aquela que às vezes cobra liberdade, não se furtasse a investigar a fundo esse tema. Mas que não deixe o caso virar alvo de CPI, pois aí não vai dar em nada.

'Cartas do Exílio'

Aplausos de pé para o lançamento do livro Cartas do Exílio, compilação da correspondência trocada entre o jornalista Julio de Mesquita Filho e sua esposa, Marina Vieira de Carvalho Mesquita, durante seus dois períodos passados fora do Brasil - 1933 e 1938 - durante a ditadura Vargas. Um farol de luz forte a iluminar mentes e corações dos que crêem na liberdade e na democracia. Um exemplo de integridade, caráter e intransigência com os mandos e desmandos dos tiranos enloumeados pelo poder. Parabéns aos editores Ruy Mesquita Filho,

Mary Lou Paris e Diana Mindlin

o pai patrocinador Banco Cacique. Livro de cabeceira para o Brasil. J. S. DECOL decol@globo.com São Paulo

Embra com a imparcialidade comprometida

Embra com a imparcialidade comprometida, em razão dos laços de parentesco, não posso deixar de manifestar a satisfação de poder contar com mais esta obra organizada por Ruy Mesquita Filho, a exemplo da bellissima publicação em quatro volumes sobre a 1.ª Guerra Mundial. É de homens como Julio de Mesquita Filho que o País precisa, se quiser sair do círculo vicioso em que se encontra no nosso quadro político atual.

ATENÇÃO: As cartas devem ser enviadas com assinatura, identificação, endereço e telefone ou remetida e poderão ser resumidas. O Estado se reserva o direito de selecionar as para publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.

A4 QUINTA-FEIRA, 7 DE SETEMBRO DE 2006  
O ESTADO DE SÃO PAULO



# NACIONAL Eleições 2006

## ENTREVISTA

### Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República e candidato à reeleição

**REGRA:** 'Se for reeleito, não há a menor hipótese de mudança nas regras do jogo para permitir um 3.º mandato'

**IDENTIDADE:** 'Se existe uma pessoa no Brasil que não precisa de uma estrela para dizer que é do PT sou eu'

**FOCO:** 'O Brasil precisa fazer a reforma política com urgência. Ela é a mãe de todas as reformas'

# 'Vamos governar o País com o PT, o PMDB e fazer acordos pontuais'

**BRASILIA**

Manter o superávit primário "da ordem de 4,25%", governar com a base partidária que apóia a campanha da reeleição, não se furçar a "fazer quantos acordos forem necessários com a oposição sobre questões de interesse nacional", ajudar na aprovação "urgente" de uma reforma política e não mexer nas regras do jogo da eleição e reeleição presidencial. Para o rombo da Previdência Social e a reeleição "milagrosa" - o jeito é apostar no crescimento econômico e fazer "o que temos feito nestes quatro anos".

O recetário para governar o Brasil num "eventual segundo mandato" é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e foi descrito ao Estado em entrevista concedida por e-mail. O presidente foi o único dos candidatos ao Planalto que não compareceu à sede do jornal, no mês passado, para o ciclo de entrevistas *Elêgias 2006* no *Estado* - o candidato tucano, Geraldo Alckmin, abriu a série no dia 16 de agosto, com Cristovam Buarque (PMDB) e Heloísa Helena (PSOL) na sequência.

Apesar da ausência, o presidente se prontificou a responder às perguntas dos jornalistas Roberto Godoy, Celso Ming, José Nêumanne Pinto, José Márcio Mendonça, Dora Kramer e José Leonel - profissionais do Grupo Estado que entrevistaram o presidente no auditório do jornal e formulariam também perguntas de entrevistas.

Nas respostas, Lula deixa claro que quer o PMDB na base de sustentação, mas não em contradição ao afirmar que o PT deve "liderar a coalizão" - o que só será aceito pelos peemedebistas se o PT vier a eleger uma bancada de maioria folgada. Na entrevista, o candidato fica o tempo todo distante das teses esquerdistas das *Dirtrizes do Encontro Nacional* do PT, realizado em abril passado, e acena aos petistas apenas com duas frases de efeito: promover um "crescimento vigoroso", "variante do 'espantaculo do crescimento' prometido para o primeiro mandato, e manter o "diálogo democrático" com os movimentos sociais.

O presidente não se compromete com a redução de impostos e reafirma que a reforma tributária a aprovar é a que está no Congresso. A seguir, as respostas enviadas ontem ao jornal, mas quais Lula, mais uma vez, não diz por quem foi traído no escândalo dos mensaleiros. E culpa o Ministério Público por não haver ainda uma conclusão sobre a investigação do caso Waldemiro Diniz.

Se reeleito, pretende repetir a mecânica da cooptação pluripartidária para formação de maioria parlamentar?

Não poderia repetir uma coisa que não fez e com a qual não concordo, como é o caso da cooptação. Se reeleito, vou assumir pessoalmente a construção das alianças que o governo tem de fazer para garantir uma base de sustentação no Congresso e levar adiante os projetos necessá-



COMANDO - "Vou assumir pessoalmente a construção das alianças que o governo tem de fazer para garantir uma base de sustentação"

**FRASES**

"Buscaremos uma estruturação do governo em torno de partidos que assumam responsabilidades claras perante a sociedade"

"Nunca, nem um dia sequer, deixei de cumprir rigorosamente a agenda de governo em função da crise"

"As relações do nosso governo com o MST e com todos os movimentos sociais e organizações da sociedade civil são boas, e podem melhorar ainda mais"

rios para continuar mudando o Brasil. Vou conversar com os aliados, com o PMDB, com outros partidos políticos e com os governadores. É assim que vamos construir as condições políticas para dar ao País a tranquilidade de que ele necessita. Além disso, o País precisa urgentemente de uma reforma política, que fortaleça os partidos e a identidade entre o voto do eleitor e um projeto nacional.

No caso da eleição do ex-ministro Antonio Palocci para a Câmara, estaria excluída a possibilidade de ele ocupar a liderança do governo, considerando que o cargo é de escolha do Planalto? Os petistas envolvidos em denúncias continuarão a fazer parte de seu convívio?

A escolha de um nome para a liderança na Câmara dos Deputados só pode ser pensada depois das eleições. Por ora, posso afirmar que esse líder precisa ter capacidade de diálogo, de aglutinar a base do governo e de construir os consensos necessários para o País.

O senhor já deu a entender que pretende fazer um governo de coalizão. Isso incluiria setores da atual oposição?

Nós vamos governar o País com as forças políticas que estão nos apoiando nas eleições, mas estaremos dispostos a fazer quantos acordos forem necessários com a oposição sobre questões de interesse nacional.

O PT vai perder espaços num eventual segundo mandato?

Se eu for reeleito, o papel do Partido dos Trabalhadores será o de liderar uma coalizão e ampliar o diálogo interno e externo, sempre sustentado em um programa de governo. Ao mesmo tempo, o PT deve afirmar suas posições com a devida autonomia no interior dessa coalizão. Buscaremos uma estruturação do governo em torno de partidos que assumam responsabilidades claras perante a sociedade. É importante que os partidos da base aliada sintam que suas propostas serão contempladas na execução das políticas públicas, cuja formulação não deve ficar restrita a este ou aquele grupo de determinada política.

Há alguns anos o senhor afirmou que no Congresso havia 300 picaretas. Depois de quatro anos em que teve de lidar diretamente com governistas e depois de tantos escândalos, o senhor mantém essa afirmação?

Como chefe do Executivo, devo e tenho o maior respeito pelos outros Poderes da República. O Congresso Nacional é uma instituição fundamental da democracia, pela qual todos devemos zelar. Como presidente da República, o que me cabe é contribuir para aperfeiçoar essas instituições. Por isso, defendendo que o Brasil faça uma re-

forma política no próximo período.

O que mais atrapalhou o desempenho do governo: a atuação de seu ministro José Dirceu ou os escândalos do PT?

A estrela vermelha está presente na minha campanha. Sou fundador do PT e tenho muito orgulho do meu partido e da contribuição essencial que não demos à democracia e aos direitos sociais no Brasil. O PT, nestes 26 anos, trouxe para a cena política atores sociais que jamais tiveram voz no País. Além disso, se existe uma pessoa no Brasil que não precisa de uma estrela para dizer que é do PT sou eu.

O senhor está prometendo fazer a reforma política. Esse assunto foi tema também de sua campanha anterior e de manifestações durante este seu mandato. Por que não realizou as mudanças nestes quatro anos?

O Brasil precisa fazer a reforma política com urgência. Ela é a mãe de todas as reformas. Nosso governo sempre teve consciência disso, embora a iniciativa e deliberação a respeito do assunto cabham ao Legislativo e não ao Executivo. De toda forma, tivemos de atender a outras prioridades, como vocês sabem, porque recebemos um país praticamente quebrado. Agora, felizmente, já colocamos o Brasil nos eixos. Nossa democracia completou um ciclo muito importante, no qual todos os grandes partidos foram governo. Por isso, acredito que existam todas as possibilidades de aprovar uma reforma política e eleitoral. Tenho certeza de que a grande maioria da sociedade sabe que é preciso mudar a estrutura política - com a fidelidade partidária, o financiamento público de campanhas e outras medidas - para corrigir distorções e combater ainda mais

eficazmente a corrupção. A questão da forma de fazer é relevante, mas muito mais importante é não deixar passar essa oportunidade de realizar a reforma política e fortalecer a ética na política brasileira.

O mesmo raciocínio vale para a reforma tributária. O que o leva a acreditar que desta vez será diferente do seu período presidencial que está se encerrando? Quando o senhor era da oposição, dizia sempre, sobre mudanças e reformas não realizadas, que faltava "vontade" política ao governo de então. Falou vontade política ao governo Lula nesses casos?

Não faltou vontade política. Ao contrário, essa foi uma prioridade do nosso governo. Ninguém pode esquecer que, em abril de 2003, eu fui ao Congresso Nacional com 27 governadores para levar uma proposta de reforma tributária. A parte federal foi votada, mas a estadual, ainda não. No mês passado, fizemos novo esforço para tentar a aprovação, propusemos até a concessão de 1% a mais do Fundo de Participação dos Municípios. A oposição, porém, não quis votar. Caso mude de ideia, poderemos ter a reforma tributária ainda este ano, com a redução do número de alíquotas do ICMS de 27 para 5. Se persistir a decisão de não votá-la agora, acredito que, com uma nova legislação no Congresso Nacional e com os novos governadores, será possível aprovar essa reforma tão necessária ao Brasil.

Reeleito, pretende mudar a relação de seu governo com o MST? O governo cumprirá ou continuará a ignorar a medida provisória que proíbe a inclusão das terras invadidas no projeto de reforma agrária e exclui do programa também os invasores?

As relações do nosso governo com o MST e com todos os movimentos sociais e organizações da sociedade civil são boas, e podem melhorar ainda mais. Elas são sustentadas pelo diálogo constante e por negociações em que os interlocutores se respeitam, mesmo quando debatem questões divergentes. Felizmente, passou o tempo no Brasil em que as organizações sociais eram tratadas como inimigas e o Estado não lhes oferecia um diálogo democrático. (...) Entre outras instâncias de diálogo e negociação, criamos também o Fórum Nacional do Trabalho, com participação tripartite - trabalhadores, empresários e governo -, que debateu profunda e amplamente uma proposta de reforma sindical, já encaminhada ao Congresso Nacional. E decidimos, em conjunto com as centrais sindicais, o significativo aumento real do salário mínimo deste ano, processo decisório que não ocorreu no País desde 1983. Quanto a essa medida provisória, herdada do governo anterior, o Inera tem seguido estritamente o que manda a lei, que teve as condições de sua aplicação reinterpretadas pelo Supremo Tribunal Federal. As eventuais controvérsias, quando não solucionadas nesses termos, têm sido encaminhadas ao Judiciário. ■

H4 ESPECIAL | DOMINGO, 1 DE OUTUBRO DE 2006  
O ESTADO DE S. PAULO

## Eleições 2006

# 'Sou um sobrevivente', afirma Lula, mais pragmático a cada dia

Com discurso menos ideológico e novos parceiros, presidente diz que PT 'pagou o preço de chegar ao poder'

Vera Rosa  
BRASILIA

Aos poucos amigos íntimos que lhe restaram no governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não esconde sua aflição. Está preocupado, apesar do discurso oficial triunfalista, cantando vitória. Sob intenso cerco político, Lula tenta hoje liquidar a eleição no primeiro turno, após quase quatro anos de um mandato marcado por crises, para se fortalecer numa disputa que promete invadir 2007, ameaçando a governabilidade.

Com a cúpula do PT dizimada por escândalos e auxiliares envolvidos em ações criminosas, o presidente vestiu o figurino de "pai dos pobres" perseguido pelas "élites" e, num embate feroz com a oposição, apresentou o Lulinha Paz e Amor que, em 2002, empunhava a bandeira da ética na política.

Na trajetória do socialismo utópico ao pragmatismo radical, Lula desbastou o discurso ideológico do PT, se livrando dos velhos dogmas da esquerda, manteve a política econômica que sempre criticou e aliou-se a inimigos que antes chamava de corruptos. Mas um Roberto Jefferson no meio do caminho e muitos "aloparados" do PT na reta final da campanha jogaram seu governo numa crise brutal, com desfecho imprevisível.

"Sou um sobrevivente", desabafou Lula, há poucos dias, em conversa com amigos no Palácio do Planalto. "O PT pagou o preço de chegar ao poder", disse. "No governo, não tem essa história de 'eu acho

### No palanque, Newtão é chamado de 'meu querido companheiro'

que é assim', 'eu penso que é asado'. Cada gesto é concreto, para o bem ou para o mal."

A amargura frequentada em conversas privadas de Lula desde que, há 16 dias, petistas foram flagrados pela Polícia Fetc-



OS FINIS E OS MEIOS - Sem os principais escudeiros, Lula corre atrás do PMDB para garantir governabilidade

ral tentando comprar um dossiê com denúncias que ligariam José Serra, candidato do PSDB ao governo paulista, à mafiosa dos sanguessugas. Favorito na disputa contra o tucano Geraldo Alckmin, o presidente repete como mantra que nada sabia. Mas sabe que, se for reeleito, uma penca de problemas baterá à sua porta a partir de 2007. O primeiro deles: a oposição, campetizada pelo PSDB e pelo PFL, não lhe dará trégua.

No divã do poder, a guerra

entre os vários grupos do PT também é sangrenta e todos temem o risco do segundo turno. Mais do que isso, culpam-se por previsíveis danos à governabilidade num provável novo mandato. A luta travada no mosaico petista só espera o fim da eleição para ser encançada.

### LINHA DO MEIO

Lula promete ressuscitar o pacto social proposto em 2002, que não saiu do papel. "Não por falta de vontade minha", diz ele.

"Eu sou capaz de conversar com a extrema-esquerda e com a extrema-direita e continuar sendo a linha do meio. Até Fernando Henrique Cardoso eu vou chamar", afirma, numa referência ao ex-presidente, hoje seu principal desafeto no PSDB. Todos os interlocutores de Lula sabem da sua mágoa em relação à FHC, que, nos últimos dias de uma campanha com cheiro de enxofre, definiu o rival como "demônio". Sem os seus principais escu-

### FRASES

"A classe que está no governo é a representante do poder econômico, a quem sempre nos opoemos" (1989)

"Eu acho que os bancos têm de ser estatizados. Acho que não há por que não estatizá-los" (1988)

"Sarney no início foi endeusado. Hoje não querem o Sarney nem para chaverinho" (1989)

"De todos os deputados no Congresso, pelo menos 300 são picaretas. As pessoas devem fazer uma autocrítica sobre a escolha que fizeram nas eleições. Estes picaretas foram eleitos e não cairam no Congresso de pára-quebras" (1993)

"Eu não sou um produto de marketing. Sou um animal político. Se tiver de mudar, posso mudar na forma, não no conteúdo" (1999)

"Alimentei ilusão com o PSDB em 1994. Chegamos a discutir profundamente e, na hora em que a direita deu cama para eles, foram deixar na cama e me largaram no beliche" (2000)

"Se eu ganhasse a Presidência para fazer o mesmo que FHC está fazendo, preferiria que Deus me trasse a vida antes para não passar vergonha" (2000)

"Se não for para mudar a política econômica, não interessa ganhar a eleição" (2001)

"Nós, do PT, não temos o direito de errar" (2002)

"Eu passei parte dos últimos 30 anos falando mal dos governos. E cá estou eu como governo. Portanto, não posso falar mal de mim mesmo" (2006)

deiros, como o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu e o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci - o primeiro abalado pela crise do mensalão e o segundo, pela violação do sigilo bancário do caseiro Nildo -, o presidente também está cada vez mais pragmático quando o assunto é alianças. Em seu palanque desfiliam personagens da política anti-PT, como o senador José Sarney (PMDB-AP), o deputado Jader Barbalho (PMDB-PA) e o ex-governador

de Minas Newton Cardoso.

No último comício de Belo Horizonte, na terça-feira, Lula chamou Newtão, como é conhecido o atual candidato do PMDB ao Senado, de "meu querido companheiro". Não parou por aí: elogiou sua vontade de "votar os projetos de interesse do Brasil". No palanque, o petista não se fez de rogado. "Essa aliança não é só para essa eleição, não. É permanente, para acabar com essa linha dura do PSDB e do PFL", anunciou.

### SUBTERRÂNEO

Vinte e quatro horas depois, Newtão já previa que Lula terá de dobrar a cota do PMDB no latifúndio da Esplanada, de três para seis ministérios, se quiser apoiar amplo, geral e irrestrito. Após assistir impassível à política do "toma-lá-dá-cá" no Congresso, Lula jurou que, se for reeleito, tudo será diferente com o "governo de coalizão" - traduzido por seus adversários como loteamento de cargos.

Muito antes de ser apontado pela Procuradoria-Geral da República como chefe de uma "quadrilha" instalada no coração do Planalto, Dirceu fechou acordo com o PMDB para uma parceria. Foi logo depois da eleição de 2002, mas, na última hora, Lula vetou a aliança e ficou refém dos interesses subterrâneos de pequenos partidos. Hoje, corre atrás do PMDB.

"Lula só percebeu a importância do PMDB após a minha derrota na presidência da Câmara", constatou o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), que, sem o apoio da sigla, perdeu a eleição para Severino Cavalcanti (PP-PE), em fevereiro de 2005. A derrota expôs a fragilidade da base governista, sempre movida a negócios.

É na conta do sistema político que Lula debita a culpa pela desgraça que se abateu sobre o seu governo após o escândalo do mensalão. "O erro não é de um partido ou de uma pessoa: é da formação política. Isso é uma coisa crônica, enraizada que nem marisco", compara.

Nem discurso que vai do afago à fúria com os antigos companheiros, Lula hoje oscila entre ser mais ou menos PT, conforme suas conveniências. A salvaguarda para todos os males, no seu diagnóstico, é a reforma política. Antes da eleição de 2002, dizia a mesma coisa. Mas a receita, até hoje, não foi aviada. ●

## No auge da crise, Nossa Senhora na lapela

Emotivo, presidente faz promessa, chora nos comícios e se comove até com novela de TV

BRASILIA

Em 96 dias de campanha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez 41 comícios, ficou com a voz embargada em pelo menos uma dezena deles e chorou outras tantas vezes. Não é uma coisa rara: desde os tempos em que era torneiro mecânico, Lula chora até com novela. A fisionomia amarrada foi uma defesa que ele próprio criou quando presidiu o Sindicato dos Meta-

lúrgicos de São Bernardo do Campo, de 1975 a 1980, época em que o enfezado personagem João Ferrador estampava a camiseta dos operários.

Quinze quilos mais magro, prestes a completar 61 anos - que serão comemorados no próximo dia 27 -, Lula ainda conserva o carisma do líder de massas e tem o hábito de cantar até dez quando está nervoso, para não estourar. Embora seus comícios nem de longe reidm o pú-

blico de antigamente, com crise ou sem crise o presidente continua empolgando militantes do PT, que jogam bilhetinhos e atiram até camisetas no palanque para ele autografar.

"Abaixem as bandeiras para que eu possa ver o rosto de vocês e para que vocês possam perceber como eu estou mais bonito!", pediu Lula na terça-feira, logo que pegou o microfone na Praça da Estação, em Belo Horizonte. "Não tem coisa mais

importante do que fazer o último comício na terra onde nasci politicamente", disse ele dois dias depois, em São Bernardo, ao explicar por que havia trocado o debate na TV Globo pelo comício com os companheiros.

"Lula é pura intuição. É isso que o diferencia dos outros", afirma José Carlos Espinoza, segurança do tipo "armário", que o acompanha desde 1986 e hoje trabalha no gabinete da Presidência, em São Paulo.

Com medo de anestesia, Lula fez um pacto com Espinoza muito antes de ser presidente: se um dia ficasse inválido e dependente dos outros quer que o omissão pratique a eutanásia. "Ele me falou isso, mas interpretet como brincadeira. Dizia assim: se eu morrer, venho puxar a sua perna. Eu respondi: 'Deus me livre! Não brinque com isso.'"

Na crise do mensalão, Lula confidenciou que somente as viagens lhe davam "oxigênio"

para continuar. Católico, fez promessa para Nossa Senhora Aparecida, exibindo a imagem na lapela do paletó. Nessa época, a emoção brotava quando lembrava de sua mãe, Eurídice Ferreira de Melo, a dona Linda, que morreu em 1980 quando ele estava preso, enquadrado pela Lei de Segurança Nacional por causas das greves no ABC.

"Depois que Lula saiu da prisão, soltou todos os passarinhos que tinha na gaiola", conta o amigo Frei Betto. O frade católico minicano foi um dos responsáveis pela organização do Fome Zero, marca que abriga o programa Bolsa-Família, mas pediu para deixar o governo no fim de 2004, por discordar da política econômica. ● v.a.

### LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

**1945:** Nasce em Garanhuns (PE), no dia 27 de outubro. Muda-se com a família aos sete anos para Santos (SP)

**1975:** É eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Três anos depois, é reconduzido ao cargo e apóia a greve Saab-Scania



**1980:** Funda o PT em 10 de fevereiro. É preso. De abril a maio comandada a prisão, a maior greve dos metalúrgicos, que dura 41 dias

**1982:** Fica em quarto lugar na disputa pelo governo paulista - sua primeira eleição. Quatro anos depois, é eleito deputado constituinte com o maior número de votos do País



**1989:** Disputa a eleição presidencial e perde no 2.º turno para Fernando Collor. Concorre novamente em 1994 e 1998 e é derrotado por Fernando Henrique Cardoso, nas duas ocasiões no 1.º turno

**2002:** Na sua quarta tentativa é eleito presidente, vencendo José Serra no 2.º turno



**2006:** Apesar de crises como do mensalão, que encheram homens de sua confiança, disputa como favorito a reeleição

WEGDAFF/ICAE





H2 | ESPECIAL | TERÇA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2006 | O ESTADO DE S. PAULO

# Eleições 2006

## Presidente resgata 'Lulinha paz e amor' para enfrentar 2º turno

Na segunda coletiva de seu mandato, ele distribuiu sorrisos, baixa tom, agradece votos e tenta mostrar humildade

Tânia Monteiro  
Adriana Fernandes

Um dia depois de ser surpreendido com a necessidade de disputar um segundo turno nas eleições com o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mudou de comportamento e resolveu conceder a segunda entrevista coletiva em seus quatro anos de mandato. Resgatando o estilo "Lulinha, paz e amor" da campanha vitoriosa de 2002, distribuiu sorrisos, baixou o tom de enfrentamento com a oposição, recebeu as críticas à imprensa e chegou a defender a exibição das fotos do dinheiro usado por petistas para comprar o dossiê Vedoin. "Fico pedindo a Deus que não me aconteça nada até desvendar esse mistério", disse Lula. "O fato concreto é que tinha o dinheiro, tinha as fotografias que poderiam ter sido mostradas no dia (que foram feitas), ou quando bem entendessem."

No sábado, durante entrevista no salão de festas do prédio em que mora em São Bernardo do Campo, o presidente endossou a teoria conspiratória de setores de seu partido sobre o dossiê Vedoin e criticou o delegado que deu publicidade às imagens, acusando-o de ter participado de uma operação com fins políticos. "Oa ele fez de má fé ou está mancomunado com alguém", disse naquela oportunidade.

Ontem a estratégia foi outra. Abriu à tarde o Palácio da Alvorada à imprensa para negar a fama de "pai dos pobres" e pedir voto dos ricos, dos radicais do PSOL e até dos seguidores do ex-presidente Fernando Collor - eleito senador por Alagoas. "Não conheço eleitores de primeira ou segunda categoria". Agradeceu os votos recebidos e justificou por que não venceu no primeiro turno, tentando mostrar humildade: "Não veni porque não venci. Falou voto. Não tinha eleição ganha", afirmou, garantindo ter confiança em que esses votos "certamente não vão faltar para ganhar no segundo turno". Durante a entrevista, o presidente não arriscou críticas nem mesmo aos que elegeram político



ANDRÉ DUSEK/AGF

PROMESSA - Lula preferiu não dizer se sua ausência no debate resultou em perda de votos, mas afirmou que vai ao próximo confronto na TV

### O QUE ELE TAMBÉM DISSE

#### Luiz Inácio Lula da Silva Presidente

"Quero saber o que ele (o dossiê Vedoin) tem, por que volia tanto, por que tantas pessoas se envolveram numa coisa que para mim não tem nenhum sentido" (22/9)

"Eu preciso que a sociedade saiba de onde veio o dinheiro, quem deu o dinheiro, mas saiba o conteúdo do dossiê" (22/9)

"Dia 1º de outubro é dia doença"

beber água e essa oncinha está com sede. Vão ter que se curar à maioria do povo brasileiro" (24/09)

"Nunca falei que ia ganhar no 1º turno por modestia, por respeito. Mas agora falo, nós vamos ganhar essas eleições domingo e se alguém achar que vai para o 2º turno, pode esperar para concorrer em 2010. Porque essa, nós já matamos no 1º turno" (24/09)

com histórico de denúncias de irregularidades, como Collor. "As pessoas que voltaram (ao Congresso) não foram condenadas, tinham o direito de concorrer, de acordo com a lei, concorreram e se elegeram. Não sou eu quem vai questionar o eleitor de ninguém". Apesar de criticar a operação dossiê Vedoin, Lula também não quis responsabilizar o PT pelo episódio. "Não vou culpá-lo do PT porque o PT é muito grande. Não posso condenar a família toda porque um membro cometeu um deslize, porque meia dúzia de pessoas acredita em

Papai Noel e fantasia", argumentando, repetindo a tese de que "quem aceita negociar com bandido vira bandido também".

### DEBATES

Lula preferiu também não dizer que sua ausência no debate da TV Globo, no primeiro turno, tenha influenciado a perda de votos na reta final. Mas afirmou que agora, no segundo turno, não faltará aos debates. "Espero que ideias e programas de governo sejam debatidos", declarou. Ele afastou ainda a possibilidade de se licenciar do cargo para

disputar o segundo turno. "É possível fazer campanha sem deixar o exercício da Presidência", afirmou, informando que fará viagens de campanha nos fins de semana e aproveitará os dez minutos no programa eleitoral gratuito e os debates para conquistar votos. "Nesta fase, você não precisa fazer tanto esforço físico, é mais um esforço intelectual."

Lula considerou "sobria" a decisão da candidatura derrotada à Presidência Heloísa Helena (PSOL) de liberar os militantes nesta fase da eleição. "O PT já passou por isso várias vezes", observou. "Podem deixar que os eleitores estão mobilizados e pensando em quem votar, independentemente de a gente decidir". Quanto aos votos dos eleitores de Cristovam Buarque, ele se limitou a dizer que vai esperar a posição do Diretório Nacional do PDT.

Collor chegou até a ser elogiado por Lula. Disse que ele já pagou pelas irregularidades que resultaram no processo de impeachment, em 1992. "O Collor está há 14 anos de castigo, agora o povo de Alagoas resolveu mandar ele de volta para cá", observou. "Com a experiência que ele tem de presidente da República, certamente poderá, se quiser, fazer um trabalho excepcional no Senado. Eu não vou dizer que o eleitor de fulano de tal não sabe votar."

### PAI DOS POBRES

De olho nos votos do eleitorado de Alckmin, o presidente disse que as políticas sociais do governo beneficiaram os ricos à medida que diminuiu o número de pessoas na miséria e aumentou o total de consumidores das fábricas. "Até os ricos ganharam com esse processo de riqueza contínua."

Horas depois da entrevista, Lula comandou no Alvorada uma reunião para definir estratégias para o segundo turno. O deputado reeleito Jader Barbalho (PMDB), acusado pelo Ministério Público de desvios de recursos públicos, foi um dos que participaram do encontro. Também estiveram no Alvorada o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e os irmãos Ciro Gomes e Cid Gomes - governador eleito do Ceará. ●

## Collor quer zerar passado e se aliar a Lula

Senador eleito diz que tanto presidente como ele são sensíveis à população sofrida

Depois de sair na madrugada para abraçar descamisados da periferia que o elegeram senador por Alagoas, o atlético ex-presidente Fernando Collor de Mello acordou cedo ontem. As 7 horas falou para o jornal *Bom Dia Alagoas*, da TV Gazeta, de Maceió. Logo depois, em seu comitê eleitoral, conversou com jornalistas e concedeu entrevistas por telefone a emissoras de rádio.

Péto ereto, a voz empastada, tentou passar a imagem de estadista desprendido, pronto para defender uma profunda reforma política, "a mãe de todas as reformas", e com estatura para apontar

erros e acertos no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do qual se sente muito próximo, por causa da sensibilidade que os dois teriam diante dos "problemas que afligem a população sofrida".

Ele estava falando e simpático, após ter evitado os jornalistas durante a campanha. Mas insistia em desconsiderar a memória dos interlocutores. Como outros políticos acusados de corrupção que voltaram à cena, Collor está convencido de que é possível zerar o passado. "Tem um autor que já dizia: 'Meu filho, quem não sabe virar a página não merece ler o livro'". Em uma das várias referências a Lula, Collor afirmou que Lula deveria ter compare-



PABLO DE LICA

IMPEACHMENT - Primeiro discurso será sobre saída de Brasília, em 1992

cido ao último debate, na TV Globo. Criticou marqueteiros e até fez comparações com sua campanha presidencial, dando a entender que teria agido com ética. Pulou a página que narra o episódio no qual patrocinou uma das maiores baixarias na história do horário eleitoral.

Foi em 1989, quando disputava com Lula a Presidência. A poucos dias da eleição, Collor exibiu na TV imagens da ex-mulher do concorrente do PT. Ela o acusou de tê-la pressionado para que fizesse um aborto, quando estava grávida de Lurian. Collor venceu em 1992, acusado por

denúncias de corrupção, foi obrigado a deixar o cargo e teve os direitos políticos cassados por oito anos.

Ele adiantou ontem que em seu primeiro discurso como senador deverá apresentar sua versão do impeachment e depois esquecer tudo. Ao tentar conferir ares de

grandeza à sua vitória, o ex-presidente a atribuiu a uma espécie de ansia da população alagoana por fazer justiça. Ela teria assumido "os sofrimentos e as humilhações" que ele sofreu no impeachment. Afirmou até que no futuro os cientistas políticos irão produzir estudos sobre o fato de ter vencido com apenas 28 dias de campanha.

Sabe-se que Collor só entrou na reta final da campanha, na última hora do último dia permitido pela Justiça Eleitoral, por temer ficar mais uma vez sem apoio popular. Depois de recuperar seus direitos políticos em 2000, Collor já tinha tentado em outras duas ocasiões voltar à cena política. A primeira como prefeito de São Paulo e a segunda, como governador de Alagoas.

Na intenção de voltar a Brasília, após 14 anos de afastamento, o senador eleito disse que preferiu Lula a Geraldo Alckmin (PSDB) no Palácio do Planalto, o que é irônico. No passado, na presidência do PT, Lula foi um dos políticos mais ativos na articulação dos movimentos que acabariam desaguando no afastamento de Collor. ●

**Roldão Arruda**  
MACEIO